

TEXTO REFERÊNCIA E EMENDAS

24º CONGRESSO DO SINPEEM



A educação em crise
e a crise na educação

De 29 de outubro a 01 de novembro de 2013

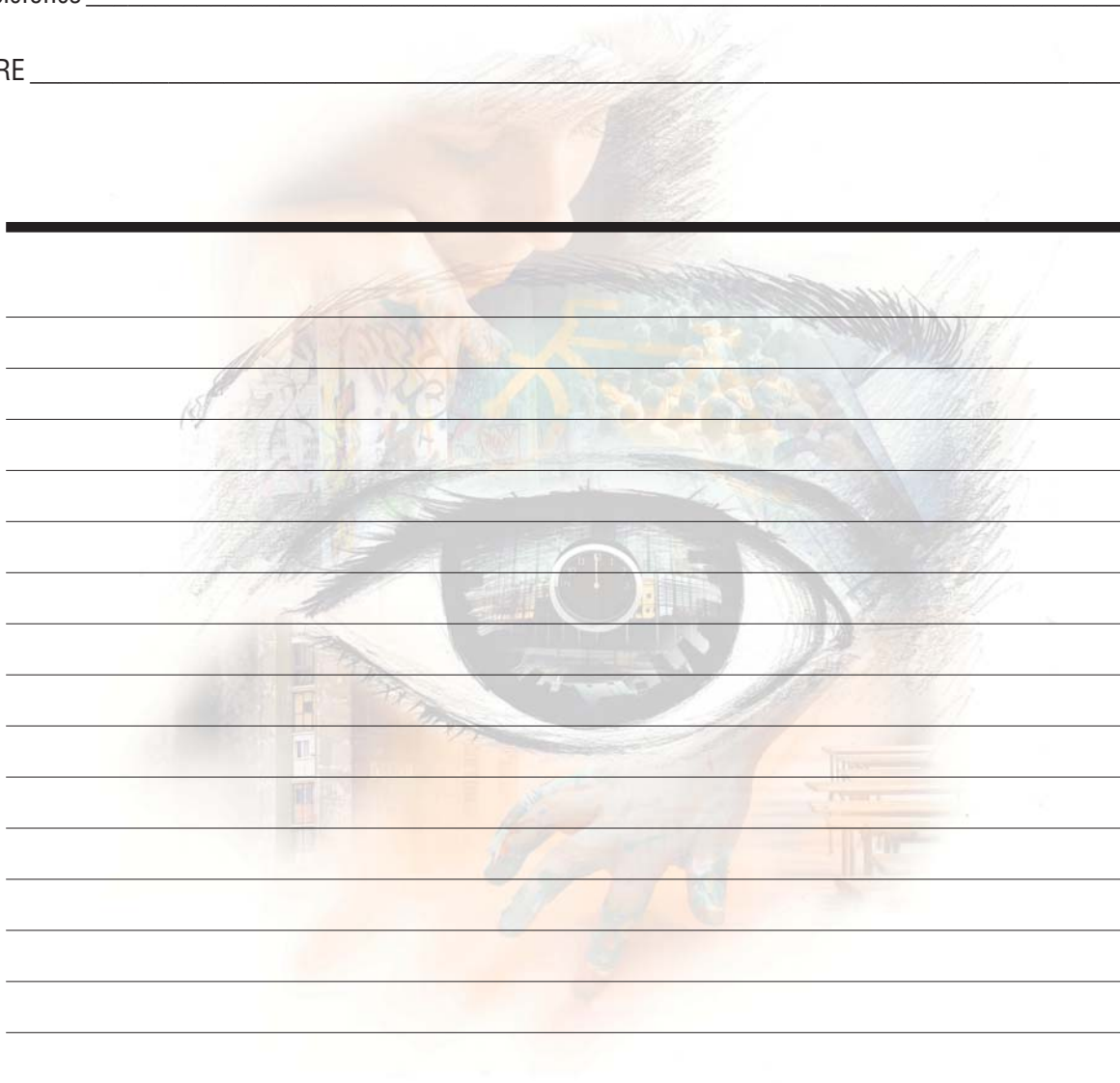


Nome _____

Unidade _____

Telefones _____

DRE _____



Colegas

Vivemos um momento rico para o debate político, econômico e de questões sociais. As manifestações ocorridas em várias cidades do Brasil colocaram na ordem do dia temas importantes e escancararam a necessidade de mudanças profundas, inclusive na educação.

Em 2012, durante o 23º Congresso, que teve como central “A escola pública como compromisso do Estado e da sociedade”, ao tratarmos da conjuntura política internacional apontamos para as mudanças que vinham ocorrendo sob o impacto da crise do sistema financeiro internacional, iniciada em 2007, cujo epicentro estava concentrado nos EUA, mas que espalhou suas consequências para todo o mundo e a reação dos povos em vários países da Europa e da Ásia, exigindo mudanças radicais na política e o fim da exploração e miséria. Em relação à política nacional, apontamos os reflexos e os riscos para o Brasil da crise mundial, ainda que o governo federal apontasse que teria poucos efeitos na nossa economia.

Como se pode constatar hoje, pelos indicadores econômicos que apontam elevação da inflação, queda no Produto Interno Bruto (PIB) e a crise política que se instalou, infelizmente, temos de afirmar que não estávamos errados.

Pouco depois da eleição municipal, ao analisarmos a situação política na cidade de São Paulo e as demandas relacionadas à educação e às reivindica-

ções da categoria, apontamos que tínhamos obtido conquistas nos últimos anos, que garantiam preventivamente reajustes para 2013 e 2014. Reafirmamos nossa independência e autonomia em relação a qualquer governo e a necessidade de continuarmos lutando, posto que jamais contamos com concessões e/ou atos de benevolência de qualquer governo.

As dificuldades que tivemos neste ano, com o governo Haddad tentando, por meio de propaganda de custo elevado, enganar a população sobre os nossos salários e reajustes, reafirmam que fizemos a leitura correta e indicamos também que não temos outra alternativa que não seja unir a categoria e lutar por direitos e reivindicações.

Quanto às questões educacionais e funcionais, apontamos conquistas que obtivemos, mas alertamos para a necessidade de ter um Plano Municipal de Educação apoiado em princípios, diretrizes e metas factíveis, debatidas amplamente com a participação dos profissionais de educação e com os usuários da escola pública.

Reorganização dos planos de cargos e carreiras do pessoal dos Quadros de Apoio e do Magistério e a necessidade de uma ampla reforma administrativa da Secretaria Municipal de Educação fizeram parte dos debates que realizamos em congressos anteriores. Sobre estas questões temos resoluções. Algumas estão na ordem do dia e outras precisam ser alteradas, atualizadas, adaptadas às mudanças que ocorreram na educação. E este é o desafio dos participantes deste congresso.

Bom debate e bom Congresso a todos!

A DIRETORIA

CLAUDIO FONSECA
Presidente



1 - INTRODUÇÃO

1.1 - A EDUCAÇÃO EM CRISE E A CRISE NA EDUCAÇÃO

1.1.A - A palavra crise não sai de cena do nosso cotidiano, tampouco a própria crise, quando se trata de Brasil, ainda que em determinados momentos sejam realizadas campanhas institucionais que colocam o país como referência de desenvolvimento econômico, técnico-científico, político, educacional e em outras áreas sociais.

1.1.B - Na educação, por exemplo, apesar de alguns avanços pontuais, em especial os relacionados ao acesso à educação, não podemos deixar de considerar que é um setor em crise. E para entendê-la não podemos desconsiderar vários aspectos históricos associados ao modelo de desenvolvimento imposto ao país e questões da atualidade.

1.1.C - Nas últimas décadas, por exemplo, tem ocorrido progressivamente uma integração entre os universos do conhecimento e do trabalho. Até algumas décadas antes, a separação entre conhecimento e trabalho era mais nítida. Hoje, pode-se dizer que esta diferença já não mais existe. Na chamada “economia da informação”, o conhecimento transformou-se no principal fator de produção, no valor fundamental, na moeda forte que movimenta toda a economia; em decorrência disto, tem sido tratada como mercadoria em sentido industrial.

1.1.D - Regida por princípios básicos de acumulação, a produção mundial de bens e valores cresce a cada dia, tendo o conhecimento como motor. No entanto, algo parece andar errado com a atribuição de valores e a distribuição de riquezas produzidas com a quantificação do conhecimento incorporado.

1.1.E - A concentração de renda é crescente em todos os países, dos mais pobres aos mais desenvolvidos, do ponto de vista econômico, o que constitui forte indício de um problema conceitual crônico: quanto mais eficiente é o funcionamento do sistema, mais iniquidade ele provoca. E, quanto mais desigual socialmente é uma nação, mais desigual é o acesso aos serviços, inclusive à educação.

1.1.F - A economia baseada no modelo desenvolvimentista concentrador de poder e riqueza está em crise e suas instituições não estão imunes a este processo.

1.1.G - A escola é um espaço de cooperação da força de trabalho e de formação/formatação da população. Os efeitos de sua prática vão para além de suas paredes, mas, de maneira geral, ficam aquém de uma qualificação técnica do sujeito.

1.1.H - Pode-se constatar que apenas uma pequena parcela dos que vão à escola pode aspirar a tal qualificação. Não porque as expectativas dos pobres sejam pequenas, mas porque os serviços oferecidos aos pobres se destinam a mantê-los pobres e ordeiros, submissos a esta ordem. As migalhas de políticas compensatórias (Leve-Leite, Renda Mínima, Bolsa Família, entre outros programas) visam promover a coesão social e diminuir subversões e dissidências. Uma escola que oferece o mínimo funciona para manter um quadro de desigualdade perversa e ainda figura como favor e não como direito, com vistas a produzir gratidão e conformismo.

1.1.I - A política social compensatória não impediu que a crise na educação se aprofundasse. A situação educacional no Brasil continua uma calamidade. No mesmo período em que os bancos, as grandes empresas e o agronegócio superaram metas de lucratividade, o Brasil permaneceu como o terceiro pior país em distribuição de renda.

1.1.J - Vincular a discussão sobre conhecimento, trabalho, produção e concentração de riqueza à educação que é oferecida à população é mais que uma necessidade, porque se houve uma época em que os educadores podiam se situar ao largo de tais preocupações, seguramente já vai muito longe.

1.1.K - Portanto, a conquista da educação pública de qualidade para todos deve ser uma temática presente no cotidiano dos profissionais de educação que objetivam a construção de uma sociedade justa e democrática. A discussão do público, enquanto pertencente a todos, deve ser recuperada de maneira intrinsecamente associada à necessidade das lutas coletivas para garanti-lo. Pois, como mostra o nosso cotidiano quanto à organização sindical e no geral, na história do último século não há avanços significativos em relação à garantia dos direitos sociais e políticos da classe trabalhadora, sem a conquista de níveis mais profundos de organização, mobilização popular e contestação ideológica.

1.1.L - Debater, como pretendemos neste 24º Congresso “A educação em crise e a crise na educação”, é um desafio urgente para compreender que a escola como mecanismo de controle e espaço onde se manifestam as contradições do sistema extrapola a sua função de preparação de força de trabalho, investindo em mecanismos de modulação fina e rápida, visando à adesão da massa à lógica liberal, constituída por relações de mercado.

1.1.M - E quando estas relações estão em crise colocam em crise as instituições, entre elas, a escola. Nosso papel, além de entender o que ocorre com a educação e com a escola, é usar as várias formas de participação que potencializam conquistas e promovam transformações em sua estrutura.

2 - CONJUNTURA INTERNACIONAL

2.A - O que ocorre mundo afora se reflete, em maior ou menor grau, sobre as tendências nacionais, em particular quando elas são influenciadas por crises, como a iniciada em 2007, quando o mundo sofreu um verdadeiro terremoto financeiro. Houve desdobramentos na economia, tendo como centro principal os Estados Unidos e como área crítica secundária a Europa.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – MOVIMENTO UNIFICADO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 2.A:

A crise que abalou os mercados e países em âmbito mundial não é algo que se originou por deficiência de gerenciamento, não é crise financeira, é crise econômica e mundial. Faz parte da inevitável crise geral do sistema capitalista. Nesse sentido todos os governos do mundo inteiro jogam para os trabalhadores o custo para pagar a conta da diminuição dos lucros. Como exemplo, temos o aumento das tarifas de transporte, da saúde, a retirada de direitos trabalhistas, centenas de milhares de demissões, privatizações, terceirizações etc.

2.B - Os acontecimentos políticos econômicos e movimentos sociais que ocorrem atualmente no nosso país exigem, para a sua compreensão, que analisemos também o que ocorre no mundo. Portanto, analisar a conjuntura política internacional e os seus reflexos em nossas vidas como cidadãos, servidores públicos e educadores é, com certeza, uma tarefa indispensável, sob pena de nos vitimizarmos como categoria e ficarmos isolados das lutas gerais dos trabalhadores.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 2.B:

A combinação de fatores, como a recolonização imposta pelo imperialismo, a inflação nos preços dos alimentos causada pela crise mundial mais a existência de governos ditatoriais e opressores a serviço das grandes potências imperiais e agentes diretos da recolonização de seus países pelo imperialismo levaram os povos árabes a uma situação de miséria e revolta crescentes que estão na raiz dos processos em curso, que derrubaram os ditadores do Egito e da Líbia.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – MOVIMENTO UNIFICADO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 2.B POR:

A economia baseada no sistema capitalista gera a desigualdade, a miséria, a fome o desemprego, a especulação financeira, etc., produção anárquica, o consumo dos superfluos leva à degradação ambiental. Somente uma sociedade socialista com novas bases para superar o capitalismo.

2.1 - UM MUNDO EM CRISE PROLONGADA E PERMANENTE

2.1.A - A mundialização produtiva e a liberalização financeira e comercial facilitaram a rápida propagação da crise deflagrada em 2007 pelos Estados Unidos, que atingiu, de forma diferenciada, os países em desenvolvimento, inclusive as chamadas economias emergentes, entre elas o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que ainda assim garantiram algum dinamismo à economia mundial.

2.1.B - Este fenômeno evidencia o desenvolvimento desigual do capitalismo na atualidade. A queda das exportações, a contração do crédito e alguma forma de contágio das quebras financeiras – além das próprias repercussões das medidas econômicas adotadas pelos países de capitalismo mais avançado – são efeitos globais que afetam, em maior ou menor grau, o conjunto dos países.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – OPOSIÇÃO DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 2.1.B:

A crise do capital lança a economia mundial à recessão. Há um avanço mundial do desemprego, da inflação e crescimento negativo. Apesar dos prognósticos otimistas, os países imperialistas não crescem e os países semicoloniais, também não.

Crescem as divergências políticas e econômicas entre G8 e União Europeia. Contudo, não desacordo na tarefa de ampliar a exploração sobre os trabalhadores. Para tanto, os governos demitem em massa, seja indiretamente pelas privatizações, terceirizações, parcerias com setores privados ou diretamente, fechando de postos de trabalho. Educação e Saúde são os mais atingidos.

Há ascenso das lutas em diversos países à revelia das direções sindicais e políticas, como também de explosões da juventude. Os trabalhadores devem entrar em cena, por a prova suas direções.

2.1.C - A crise do sistema capitalista acelera tendências presentes na economia mundial e expõe as debilidades estruturais da economia dos Estados Unidos do ponto de vista quer da sua indústria manufatureira, quer de seu sistema bancário ou ainda do seu mercado financeiro – além das crescentes dificuldades na sua liderança política internacional, evidenciando a forma relativa, complexa e gradual do declínio histórico da superpotência.

2.1.D - Os EUA deixaram de ser a locomotiva da expansão produtiva mundial, mantêm gigantescos déficits – nas transações correntes externas, especialmente na balança comercial e nas contas públicas –, resultando em imensa dívida externa e dependência das entradas estruturais massivas de capitais estrangeiros, o que revela o seu parasitismo. No entanto, mesmo nestas condições se mantêm pelo poderio bélico que possui, como força interventora, atacando a soberania e a autonomia de várias nações, sendo o principal defensor das formas de desenvolvimento desigual que é a essência do capitalismo.

2.2 - GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA, LUCRATIVIDADE E BRUTAL EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES

2.2.A - A marca da atual crise econômica é a brutal exploração sobre o trabalho. A oligarquia financeira e os governos, que a ela servem no mundo, buscam repassar todas as suas consequências para os trabalhadores. A grande crise, longe de amainar, espalhou-se especialmente nos países chamados centrais, numa enorme devastação social, atingindo duramente as condições de vida dos povos desses países e destruindo forças produtivas.

2.2.B - Na maioria dos países há uma violenta regressão social e perda de conquistas em vários aspectos. Junto à queda do Produto Interno Bruto (PIB) e dos preços (deflação) e à estagnação em vários países, a explosiva elevação do desemprego se tornou um drama social sem qualquer solução no horizonte.

2.2.C - O próprio relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Tendências Mundiais do Emprego 2013, registra ter havido o acréscimo de 5,1 milhões de trabalhadores desempregados em 2013, ultrapassando o número de 202 milhões de desempregados neste ano. Na estimativa deste órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2014 haverá a adição de, pelo menos, mais três milhões de desempregados.

2.2.D - Para a OIT, o desemprego atinge fortemente a juventude. Calcula-se que 74 milhões de jovens estão parados. Não é de se estranhar a reação da juventude, principal força em movimento contra as mazelas políticas e economias instituídas pelas políticas neoliberais impostas pelos governos, mesmo aqueles considerados democráticos e populares.

2.2.E - Conforme o relatório, mesmo que a economia capitalista mundial recupere o crescimento, a retomada “não será suficientemente forte para reduzir o desemprego com rapidez”.

2.2.F - Dentre as tragédias sociais, aumentam os casos de suicídios, relacionados ao aumento do desemprego e ao agravamento da situação social dos trabalhadores. Em sua evolução, além do desemprego massivo, a crise e as políticas adotadas como “resposta” a ela vêm produzindo mais exploração, com cortes de salários e de aposentadorias, redução de gastos públicos e sociais, além de privatizações, como também ocorre no nosso país.

2.2.G - O número de casos de violência, homicídios, depressão, abuso de drogas e prostituição aumentou gravemente nos países europeus mais atingidos pela crise e estão presentes também nos países considerados em desenvolvimento. Cresce por toda parte do mundo o narcotráfico, um negócio capitalista de alta lucratividade e um perigoso fenômeno de terríveis consequências sociais.

2.3 - NÃO HÁ LUZ NO FINAL DO TÚNEL NOS MARCOS DO NEOLIBERALISMO

2.3.A - A gravidade da crise mundial sugere que a economia pode ter ingressado em um ciclo de prostração de longa duração. Há estimativas de que só em 2018 os EUA conseguirão retornar aos seus níveis de desemprego de antes da crise. Segundo o Banco Central da Alemanha, não haverá recuperação econômica na Europa antes de 2023.

2.3.B - Em geral, as políticas adotadas não conseguiram interromper o curso da crise.

2.3.C - As principais crises do capitalismo em 1873, 1929 e, de certa forma, em 1974, foram longas e resultaram em profundas alterações nas estruturas produtiva, tecnológica, financeira e no padrão de concorrência, além dos impactos geopolíticos. Por sua vastidão e prolongamento, a atual crise não é apenas um colapso normal, passageiro e não pode deixar de expressar as contradições estruturais entre a produção social e a apropriação privada nem entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Ela demonstra que o parasitismo e o desenvolvimento desigual são traços fundamentais do capitalismo em seu estágio atual de desenvolvimento. E, por causa da própria crise, o protecionismo, as guerras comerciais e a concorrência são acirrados entre os capitais, com seus efeitos sobre as formas de inserção e participação das distintas economias nacionais na produção e comércio globais.

2.4 - AS FORÇAS NEOLIBERAIS ATACAM A DEMOCRACIA E OS DIREITOS OS TRABALHADORES QUE REAGEM EM VÁRIAS PARTES DO MUNDO

2.4.A - A crise mundial mostra a falência do neoliberalismo, que só aprofunda a crise social. Mas, paradoxalmente, os Estados imperialistas, sob a tutela do grande capital monopolista, não abrem mão da orientação política neoliberal e, para garanti-la, violam a soberania nacional e asfixiam a democracia em muitos países, impondo governos “tecnocratas” de sua confiança.

2.4.B - Os parlamentos, por sua vez, como é bem visível na Europa e, em algumas situações, no Brasil, se tornam palcos de legitimação dos “pacotes de austeridade”, enviados por governos de diferentes forças políticas que se revezam, mas mantêm a mesma política neoliberal.

2.4.C - A luta dos trabalhadores contra os cortes nos direitos sociais tem levado a um crescente autoritarismo dos governos que adotam as políticas neoliberais de “austeridade”, com a escalada de medidas repressivas.

2.4.D - Visando a fragilizar a resistência dos trabalhadores e dos povos, as forças políticas a serviços da política neoliberal fazem apologia das novas redes sociais da Internet e uma campanha aberta contra a política, os partidos políticos, os sindicatos e as centrais sindicais, numa jornada autoritária para desmoralizar a própria democracia.

2.4.E - No entanto, por maior e mais brutal que seja a ofensiva do imperialismo, os povos lutam, abrem caminhos e acumulam forças, na perspectiva para a sua libertação nacional, social e econômica.

2.4.F - Em vários países árabes, como o Egito e a Tunísia, ocorreram revoltas legítimas que foram contidas, momentaneamente, em seu potencial revolucionário e reorientadas pela ação do imperialismo e da direita em cada país, que promoveram a ascensão do fundamentalismo islâmico.

2.4.G - Na Síria trava-se uma batalha decisiva. O país está sofrendo uma agressão militar multinacional patrocinada por países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), inclusive a Turquia e seus aliados Arábia Saudita e Catar. A agressão imperialista está destruindo e quer dividir o país, aguçar conflitos étnicos, religiosos e sectários.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 2.4.G:

O Congresso do SINPEEM deve adotar uma postura internacionalista, de total solidariedade aos povos que lutam no Oriente Médio contra o imperialismo e contra as ditaduras genocidas que servem aos interesses do grande capital internacional.

2.4.H - O povo palestino luta contra a política genocida e opressora do Estado de Israel.

2.4.I - Nos Estados Unidos e na Europa crescem a indignação e a revolta popular. Os trabalhadores têm realizado heroicas jornadas de luta em defesa de seus salários, empregos e direitos.

2.4.J - Na Europa, a rejeição popular às políticas de “austeridade” e às alterações na relação entre capital e trabalho, por meio do aprofundamento da espoliação e exploração das massas trabalhadoras, tem levado os trabalhadores europeus às ruas, em fortes protestos e massivas greves gerais, além de levá-los aos movimentos espontâneos de massa.

2.4.K - Simbolizando a grande resistência dos trabalhadores e o acirramento da luta de classes provocado pela crise, em abril de 2013 a Grécia foi tomada pela 19ª greve geral em quatro anos.

2.4.L - Em Portugal, quase uma dezena de greves gerais e grandes mobilizações populares em todo o país têm sido a marca da resposta ao “pacto de agressão”, comandado pelo grande capital financeiro internacional e seus operadores.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 2.4.L:

Em sua crise, o imperialismo pressiona os governos para subjugar as nações aos seus interesses, visa sobreviver suprimindo direitos e empregos, pilhando as riquezas nacionais para alimentar o capital especulativo. Os trabalhadores lutam contra essa ofensiva, buscando apoio na independência das organizações que construíram. A política de ajuste fiscal sacrifica os povos. Diante de sua crise - e dos processos revolucionários na Tunísia e Egito - o imperialismo intensifica a política de guerra para dar sobrevida ao regime da propriedade privada dos grandes meios de produção.

2.4.M - Variadas formas de luta e movimentos de resistência, mais organizados ou de caráter mais espontâneo, surgiram nos cinco continentes, reunindo centenas de milhares de participantes – em especial a juventude que utiliza as redes sociais –, combinando passeatas e ocupações de espaços públicos por longos períodos.

2.4.N - No Brasil, movimentos ocorreram em várias cidades e Estados e continuam em curso manifestações contrárias aos desmandos, à corrupção e ao modelo econômico mantido pelas oligarquias, resultantes de uma combinação de partidos conservadores, capitaneados pelo governo de Lula/Dilma. Essas iniciativas configuraram amplas formas de denúncia contra a oligarquia financeira e o capitalismo e de luta por melhores condições de vida e liberdades democráticas.

2.4.O - Esses movimentos, embora com traços em comum, tiveram orientações, feições e resultados distintos em cada país. Em alguns casos, a falta de direção política consequente reduziu o impacto transformador dos movimentos e, em outros, foram capitalizados por setores conservadores e de direita. E ainda em outros, houve vitórias parciais ou até avanços mais importantes.

2.4.P - A análise do atual desenvolvimento do capitalismo e suas danosas consequências para os trabalhadores indicam à nossa organização que não temos problemas restritos à nossa categoria e aos brasileiros. Indicam, também, a necessidade de desenvolvermos ações políticas que possam, em conjunto com os povos de todas as nações, acabar com este regime de iniquidade, exploração e miséria: o sistema capitalista.

2.4.Q - Aos trabalhadores e aos combatentes progressistas impõe-se resistir aos efeitos da crise e acumular forças nas lutas do presente para as batalhas decisivas no futuro, a fim de conquistarem o poder político necessário para mudanças estruturais no atual sistema de concentração de renda e exploração dos trabalhadores.

2.5 - A UNIDADE DOS TRABALHADORES É ARMA IMPRESCINDÍVEIS PARA RESISTIR E LUTAR CONTRA A DESIGUALDADE SOCIAL E ECONÔMICA

2.5.A - É cada vez mais evidente que a magnitude dos problemas postos pela crise e as necessidades da humanidade e do planeta extrapolam em muito a capacidade resolutiva do atual modelo econômico mundial.

2.5.B - A contradição que a crise evidencia é a necessidade urgente de mudança, com o fim da exploração e da miséria que recai sobre milhões de trabalhadores. Mudanças que não virão simplesmente como resultado de movimentos espontâneos. Com certeza serão fruto da resistência e da mobilização política e social, da luta em múltiplas vertentes e cenários. Tais lutas já estão em curso, protagonizadas por movimentos que ocorrem aqui e em várias partes do mundo.

2.5.C - Neles, ainda que forte campanha de mídia queira negar, se destaca o insubstituível papel das organizações dos trabalhadores, dos estudantes, da juventude, das mulheres e da intelectualidade progressista.

2.5.D - São lutas as mais diversas, como a ocorrida nos protestos durante o mês de Junho em várias cidades do Brasil e também através das greves, protestos, manifestações por liberdades democráticas, rebeliões de massas populares, movimentos de resistência aos governos autoritários, contra a ocupação de países, e lutas de libertação nacional.

2.5.E - Não há quem discorde que as transformações no modo de produzir e consumir serão inevitáveis. Sem pensar em superar a economia de mercado, a velocidade e a flexibilidade, ao lado do uso intensivo da ciência, da tecnologia, da permeabilidade das ações organizadas da cidadania, mais do que nunca, são indispensáveis.

2.5.F - Os trabalhadores precisam e devem lutar por uma nova sociedade, fundamentada nos princípios da solidariedade humana, igualdade social, direito e soberania dos povos e da liberdade.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 - FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 2.5.F

Há manifestações dos trabalhadores em toda parte do mundo. A crise afeta a todos os países e os planos de austeridade ditados pelos organismos internacionais têm em comum a redução de salários, ataques à previdência, desemprego (a Espanha tem 50% de sua juventude desempregada), privatizações, ataques aos direitos dos trabalhadores para preservar os altos lucros dos capitalistas. É a velha fórmula de tirar dos trabalhadores para dar aos ricos. A crise não foi feita pelos trabalhadores, a conta não é nossa, por isso é necessário chamar a mobilização por um programa que inclua salário, educação, saúde, previdência pública para todos, na perspectiva da construção do poder dos trabalhadores e do povo na construção do socialismo.

2.6 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) participar das campanhas e lutas contra o atual modelo econômico baseado nas altas taxas de juros e no superávit econômico;
- b) defender e promover campanhas pela autodeterminação das nações e liberdade dos povos;

- c) promover e participar de campanhas pela paz, pelo respeito ao meio ambiente e à dignidade humana;
- d) promover e participar de movimentos por distribuição de renda e erradicação da pobreza;
- e) combater o uso das políticas assistencialistas como legitimadoras de poder político eleitoral;
- f) defender a anulação das dívidas externas dos países pobres, pela expropriação dos latifúndios e pela realização da reforma agrária;
- g) posicionar-se contra o uso de armas químicas e nucleares causadoras da destruição do meio ambiente e de doenças geneticamente irreversíveis;
- h) defender a saída imediata das tropas brasileiras do Haiti;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA h DO PARÁGRAFO 2.6:

- ❖ **que a diretoria do SINPEEM seja representada no Comitê Defender o Haiti é defender a nós mesmos;**
- i) todo apoio à luta do povo palestino contra o estado de Israel.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 2.A AO 2.6 POR:

A crise mundial expõe a desagregação do sistema capitalista. Os governos atuam para salvar o capital e descarregar a crise sobre os trabalhadores. A saída burguesa é de destruição de forças produtivas.

Acirram-se as tendências bélicas. Os conflitos no norte da África, Iraque, Afeganistão e Síria expressam o intervencionismo das potências sobre as nações oprimidas.

As mobilizações dos explorados potenciam a luta de classes. Demonstram a necessidade histórica da propriedade privada se transformar em coletiva e comprovam que a fase de crise estrutural do capitalismo corresponde à transição para o socialismo, que só pode vir pela revolução proletária. Daí o papel dos sindicatos como instrumentos auxiliares do partido revolucionário na luta pela derrubada do capitalismo.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA I DO PARÁGRAFO 2.6:

- ❖ **somos solidários e estamos ao lado do povo sírio contra a ditadura genocida de Bashar Al-Assad e do povo egípcio contra os militares genocidas.**

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA I DO PARÁGRAFO 2.6:

- ❖ **não a intervenção imperialista na Síria e na Argélia;**
- ❖ **não a colaboração das organizações dos trabalhadores com as políticas e fóruns que atacam direitos e conquistas para “salvar” o sistema financeiro.**

3 - CONJUNTURA NACIONAL

3.A - Os trabalhadores em todo o mundo enfrentam as consequências da crise do modelo de desenvolvimento capitalista, iniciada em 2007. A receita aplicada pelas instituições internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, G-20 –, para defender os grandes bancos e os interesses das multinacionais que controlam o mercado mundial, é fazer com que os povos paguem a conta da crise com a perda de direitos, com o desemprego em massa que vem ocorrendo em vários países da Europa, com a retomada de privatizações e os ataques à soberania das nações.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – MOVIMENTO UNIFICADO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 3.A:

Os empresários nacionais, seguindo a lógica de que quem deve pagar o custo da crise são os trabalhadores patrocinaram milhares de demissões no Brasil desde 2008, com o aumento das privatizações e terceirizações. O Projeto de Lei nº 4.330 no Congresso Nacional oficializa em todo o território nacional a precarização no trabalho.

3.B - Mas, por toda a parte os trabalhadores buscam o caminho da luta para se defenderem dessas medidas. E, ainda que seja necessária muita reflexão sobre o que vem ocorrendo no Brasil desde junho, não podemos ignorar que são respostas ao modelo econômico e político que revela esgotamento e incapacidade de responder às demandas sociais, principalmente da juventude.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – MOVIMENTO UNIFICADO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 3.B:

A grande TRAVA para que essas lutas se transformem e massivas mobilizações de forma independente de governos e patrões, e conquistem as reivindicações da categoria, são as direções sindicais. Quase todas as direções sindicais são ligadas de alguma forma aos governos federal, estaduais e municipais - como o presidente do Sinpeem, o qual foi vereador da base de apoio do governo Kassab, e que hoje segue com a política de colaboração.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – OPOSIÇÃO DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 3.B:

A crise atinge o Brasil e Dilma garante os lucros de bancos e empresas, para isso, amplia cortes e privatização. A política americana de dólar alto amplia a perspectiva de aprofundamento, com os problemas advindos da desvalorização da moeda local.

Dilma segue com as reformas e com o congelamento salarial, o endividamento do trabalhador cresce, criando a bolha do crédito, sem dizer da inflação sem controle e o crescimento zero da indústria. Isso reafirma o caráter recessivo da economia brasileira.

As explosões chegaram ao Brasil, contudo, o trabalhador segue controlado por direções sindicais burocratizadas, que assinaram um pacto de colaboração com os governos e patrões. A CUT e seus sindicatos devem romper com essa política e mover-se para o campo das mobilizações e da luta direta.

3.C - Assim como ocorreu na migração da sociedade agrícola para a industrial, grandes transformações na economia são provocadas nesta fase de transição entre a era industrial para a era informacional. Mudanças ocorreram na economia, mas na cultura e também na política ocorrem agora.

3.D - Os partidos e movimentos tradicionais, inclusive o sindical, ainda estão tateando na compreensão do que está ocorrendo e as reações às suas consequências.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 10 – EDUCADORES SOCIALISTAS NA LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 3.D:

O Brasil mudou radicalmente desde junho. Embriões de novas formas de organização da luta surgiram, como as assembleias populares, fóruns de luta etc. Agora é preciso reunir todas essas lutas em um nível superior. É preciso construir um programa unitário e um plano de ação comum que mantenha a radicalidade de junho e faça o movimento avançar. Um caminho para isso é construir um grande Encontro Nacional de todos os movimentos de junho reunindo o que há de mais combativo na juventude e entre os trabalhadores. Um encontro organizado pela base, com democracia e sem o controle dos velhos aparatos e da velha burocracia. Assim teríamos condições de organizar pela base uma verdadeira greve geral de 24 horas e voltar a colocar os governos contra a parede e arrancar nossas reivindicações.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 3.D POR:

Os partidos da base aliada do governo, bem como as direções sindicais aliadas a ele, foram surpreendidos; 11 de julho ficará marcado na história como um ensaio de greve geral que paralisou milhares de trabalhadores do país.

3.E - De fato, não é de fácil compreensão a extensão do que acontece e seus reflexos. Espalhados por todo o Brasil, jovens munidos de celulares e câmeras, transmitem em tempo real, manifestações que ocorrem nos centros urbanos e nos cantos mais distantes do país, via web, diretamente do olho do furacão, deixando a velha “grande mídia” detentora de enorme poder econômico e político comendo poeira.

3.F - Por força dos movimentos que ganham as ruas, quebra-se a lógica da mediação representativa em que os partidos políticos são as entidades intermediárias.

3.G - Parece que a descrença e a insatisfação generalizada tomaram conta e as pessoas que estão nas ruas desejam mudar as instituições que não veem como suas representações legítimas. Há um clamor pela autorrepresentação. Com certeza, há um sintoma de crise de um modelo de democracia para o qual ainda não surgiram respostas e, pelo visto, nem representação.

3.H - Ao contrário do que tentam transmitir, os principais meios de comunicação e todos aqueles assustados ou preocupados com a perda do monopólio do fazer político, os movimentos atuais não negam a política. Negam o modo atual do fazer política. Isto está evidente. Basta navegar por estas redes para se concluir, observando as bandeiras e palavras de ordem levantadas por grupos e/ou indivíduos isoladamente, que nunca se discutiu tanto sobre política.

3.I - E nestas redes há palavras de ordem centrais como a defesa da educação, da saúde, fim da corrupção, fim de qualquer tipo de discriminação, entre outras. Ou seja, nelas há forças centrais, apesar de não haver ainda um centro. São vários movimentos e não um movimento. Daí a dificuldade e o grande desafio de compreender, partindo do princípio de que expressa claramente “a sensação de que algo precisa mudar”.

3.J - Os movimentos querem mudanças que resultem em um novo modelo político, fundado em um novo diagnóstico.

3.K - Ao debaterem a situação política nacional, os profissionais de educação, com certeza, farão conexão com este rico momento oportunizado pelos movimentos que estão nas ruas, com seu dinamismo, novas formas de comunicação e mobilização e com as bandeiras que ergueram apontando educação, saúde, moradia, mobilidade e combate à corrupção como políticas que podem criar bases para um país de direitos e eliminação das desigualdades.

3.1 - BRASIL TEM CRESCIMENTO PEQUENO

3.1.A - No Brasil, apesar de todo o ufanismo contido nas propagandas oficiais do governo, os impasses da sociedade, a rigor, não necessitaram da crise econômico-financeira mundial para serem expostos, porque o inegável processo de modernização e aumento de complexidade da economia e da sociedade continuou ocorrendo pelo viés da modernização conservadora, que perpetua a exploração, a desigualdade social e econômica e as tradicionais oligarquias no mando do poder político.

3.1.B - A partir do segundo mandato do ex-presidente FHC e até hoje, a gestão macroeconômica está apoiada no tripé constituído pelo câmbio flutuante, por metas de superávit fiscal primário (recursos do orçamento da União reservados ao pagamento da dívida pública) e pelo regime de metas de inflação.

3.1.C - O fato, no entanto, de terem sido mantidas as bases da política macroeconomia adotada ao final da década de 1990 não significa que não tenha havido alterações na gestão da política econômica.

3.1.D - De certa forma, o Brasil retomou o seu crescimento econômico com recursos públicos que, durante a crise econômica mundial, socorreram o setor privado, com injeção de crédito, isenções e outras medidas de caráter fiscal e tributário.

3.1.E - Um crescimento que possibilitou alguns avanços na reestruturação do mercado de trabalho, com elevação do ritmo de geração de empregos formais e melhoria de renda, mas com data marcada e que neste momento dá sinais de esgotamento.

3.1.F - Por todas as evidências e comparações podemos afirmar que continuamos sob o domínio das chamadas políticas neoliberais, com o Estado mínimo, quando se trata de questões sociais, e Estado máximo, para garantir os lucros dos bancos, das grandes empresas nacionais e multinacionais. Passamos por um amplo processo de privatizações no governo FHC e acreditou-se na reversão delas no governo Lula, o que não aconteceu, tampouco até este momento, no governo Dilma. Ao contrário: as privatizações foram mantidas e agora se fala em concessões, nome novo para o mesmo resultado de desmonte do Estado brasileiro.

3.1.G - No governo Dilma, de ampla coalizão (em que se destaca, ao lado do PT, o PMDB), as reivindicações dos trabalhadores não tiveram respostas positivas. A política de valorização do salário mínimo foi interrompida e, neste momento, com o apoio da base de sustentação do governo, há um verdadeiro rolo compressor na tentativa de aprovar a lei que dispõe sobre a terceirização também de atividades fim. Isto implica em eliminação de direitos trabalhistas. Dá-se continuidade aos leilões do petróleo e anuncia-se a privatização de portos, aeroportos e rodovias, contrariando a crítica às privatizações realizadas no passado e compromissos anunciados durante campanhas eleitorais.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 3.1.G:

A governabilidade petista tem implicado em graves retrocessos no plano dos direitos sociais, humanos e civis, fortalecendo o conservadorismo, conforme se verifica na eleição de Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, de Blairo Maggi para a de Defesa do Meio Ambiente no Senado e no impulsionamento e sustentação de propostas retrógradas, como o projeto do Estatuto do Nascituro, que estabelece a “Bolsa Estupro”, ferindo direitos das mulheres e a laicidade do Estado brasileiro.

3.1.H - O governo aumenta o superávit primário para pagar a dívida e insiste na austeridade e nos cortes de gastos que esmagam os serviços públicos. Ao mesmo tempo, os patrões e os governos se preparam para endurecer contra as campanhas salariais no setor público e privado. Em nome da “competitividade” das empresas e do combate ao déficit público negam reajustes salariais e impõem restrições e/ou redução de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas.

3.1.I - Por outro lado, os movimentos sociais e os trabalhadores vão à luta. Em São Paulo, nos meses de abril e maio, os profissionais de educação convocados pelo SINPEEM foram à luta por suas reivindicações e contra a falta de diálogo e negociação pelo prefeito Fernando Haddad. Em outros oito Estados houve greve de professores pelo piso nacional, de valor que sequer expressa a importância estratégica dos educadores ditas em vários discursos de autoridades, incluindo o ministro da Educação, que governadores e prefeitos não querem aplicar.

3.1.J - O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou recentemente em meio ao aumento da inflação e queda na projeção do PIB para 2013 que o Brasil fechou o primeiro semestre com 30 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros e que isso revela a confiança dos investidores. Para manter o tom de otimismo, não fala da queda na balança comercial e do aumento da dívida pública que já alcança a casa de R\$ 2,7 trilhões, contra R\$ 800 bilhões em 2008. Dívida que impossibilita investimentos em infraestrutura e deixa o país nas mãos de banqueiros e especuladores financeiros.

3.1.K - As conquistas alcançadas pelo Brasil em setores de ponta da economia, da pesquisa científica, da cultura, da vida social e até mesmo dos beneficiados com políticas compensatórias são, todavia, incapazes de encobrir o grande abismo que separa seu povo, com a continuidade das grandes desigualdades em consequência de um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador de renda, vigente em longo período histórico.

3.1.L - Além da desigualdade social, a qualidade de vida nas cidades, onde vive a maioria da população, se agrava por um conjunto de problemas relacionados à mobilidade urbana, educação de baixa qualidade, sistema de saúde precário, segurança, moradia e saneamento.

3.1.M - Nas periferias, a situação é ainda pior, visto que faltam ou são precários os serviços públicos – em especial o transporte – e os índices de violência e criminalidade são elevados. O flagelo das drogas destrói grande número de pessoas, especialmente os jovens. Entre outras causas dessa situação, se destaca o fato de a reforma urbana não ter sido realizada. Se por um lado a opção dos governos Lula e Dilma de realizarem composição com as forças conservadoras assegurou a tal governabilidade, por outro obstruíram mudanças necessárias e de maior profundidade para o atendimento às demandas dos trabalhadores.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 3.1 POR:

Na periferia faltam serviços públicos, como delegacias e abrigos para mulheres vítimas de violência e repressão policial contra jovens negros.

3.1.N - É igualmente precário o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Diariamente, os que dele mais necessitam – os trabalhadores e os mais pobres – vagam de hospital em hospital sem receber o atendimento do qual carecem, mesmo em situações de gravidade.

3.1.O - A educação pública, sobretudo a básica, além de não ser universal, não tem bom nível. Tudo isso somado resulta num verdadeiro cerco contra as aspirações de vida digna dos trabalhadores assalariados – o que leva às tensões sociais crescentes, que explodiram na forma de manifestações espontâneas ocorridas recentemente e que continuam em curso.

3.1.P - Hoje, o que caracteriza as movimentações no Brasil é a luta entre o neoliberalismo que persiste e as demandas populares do movimento sindical e dos partidos que não renunciaram à defesa de um modelo de desenvolvimento que resulte em justiça social e econômica. Assim, o povo brasileiro se encontra diante de desafios cruciais para a definição do seu futuro como nação soberana e independente.

3.1.Q - O Brasil precisa de mudanças estruturais, institucionais e políticas capazes de vencer esses desafios numa direção mais democrática, mais avançada tecnologicamente, mais eficiente e estável do ponto de vista da gestão pública e do desenvolvimento econômico, ambientalmente sustentável e, sobretudo, mais equitativa humana do ponto de vista social. Mudanças que, histórica e lamentavelmente, os últimos e o atual governo, até o momento, foram incapazes de realizar com profundidade.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 3.1.Q:

O governo federal promove as desonerações, que somente neste ano de 2013 ficarão em 72,1 bilhões e a previsão para 2014 é de 91,5 bilhões. A consequência desta política é a diminuição de 20,3 bilhões das transferências para estados e municípios somente neste ano. Mas não para por aí, o governo anunciou o contingenciamento de 28 bilhões do Orçamento de 2013 para pagamento da dívida, em 2012 foi de 55 bilhões. Tudo isso sem falar da Copa do mundo, somente o estádio Mané Garrincha ficou em 1,2 bilhão.

Se para uma minoria nunca falta dinheiro, os trabalhadores sofrem com o desemprego, baixos salários, piora nas condições de trabalho, retirada de direitos, privatizações, falta de investimentos nas áreas sociais. Fatos recentes deixam evidente que o período será de extrema violência e criminalização dos movimentos sociais, devido não só à crise mundial, mas também aos eventos como Copa do Mundo e as Olimpíadas.

3.1.R - As manifestações de junho, ao terem pautado a política nacional no âmbito de intensa e dura disputa, recolocaram com força a importância da luta do povo, das suas mais diferentes formas e tipos de organização. Além da imperativa necessidade de ocupar as ruas com as bandeiras que respondem às necessidades da população pobre e o avanço das reformas estruturais democráticas, impõe-se uma reflexão mais profunda no âmbito desses movimentos em relação a como se revitalizarem nesse processo original que o país atravessa.

3.1.S - O SINPEEM e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a qual o sindicato é filiado, devem se somar aos movimentos, conscientes da importância de que as organizações, mais que saírem às ruas, têm objetivos claros da necessidade de conseguir a ampliação dos direitos dos trabalhadores públicos e privados, o fortalecimento dos serviços públicos, a defesa e a luta por um Estado democrático, laico, que garanta ampla liberdade para o povo, que combata preconceitos e discriminações e assegure os direitos humanos.

3.2 - REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES CONTINUAM NA ORDEM DO DIA

3.2.A - Para o próximo período, seguem atuais praticamente todas as reivindicações dos trabalhadores, com destaque para: jornada de trabalho de 40 horas semanais, combate à terceirização, ganhos reais, piso do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); reforma tributária que desonere os trabalhadores, com impostos progressivos (quem ganha mais, paga mais); e reforma política.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA “política” A FRASE “com a redução dos salários dos políticos, prisão e o confisco dos bens dos corruptos e corruptores”, FICANDO O PARÁGRAFO 3.2.A COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

3.2.A - Para o próximo período, seguem atuais praticamente todas as reivindicações dos trabalhadores, com destaque para: jornada de trabalho de 40 horas semanais, combate à terceirização, ganhos reais, piso do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); reforma tributária que desonere os trabalhadores, com impostos progressivos (quem ganha mais, paga mais); e reforma política, com a redução dos salários dos políticos, prisão e o confisco dos bens dos corruptos e corruptores.

3.2.B - A luta contra as privatizações e terceirizações é central para o movimento sindical, com o anúncio das concessões de aeroportos e rodovias.

3.2.C - Não é possível adiar ainda mais a realização de uma verdadeira reforma agrária, que ataque o latifúndio e dê terra a quem nela trabalha. É preciso acabar com o favorecimento ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar; atualizar o índice de produtividade da terra, limitar o tamanho das propriedades e promover o assentamento imediato dos acampados.

3.2.D - A CUT deve unir os trabalhadores para combater a ameaça de desindustrialização provocada pela invasão de importados. Deve, também, levantar as propostas de controle do câmbio e taxaço dos importados.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 3.2.D POR:

O Brasil não passa por um processo de desindustrialização. É uma justificativa para as demissões, retirada de direitos. A CUT deve se unir à CSP Conlutas e demais centrais sindicais em defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores.

3.2.E - A defesa dos serviços públicos, que inclui melhores condições salariais e de trabalho para os servidores, deve ser pauta permanente, não só das entidades de servidores públicos, mas de todo o movimento sindical. Ela deve se desdobrar no combate pela revogação da lei das organizações sociais (OSs), que terceirizam o serviço público e se espalham por todo o país. “Verbas públicas só para os serviços públicos”: esta deve ser a nossa divisa, com especial destaque para a saúde e a educação.

3.2.F - A reafirmação das posições que aprovamos em congressos realizados anteriormente quanto ao fim do superávit fiscal primário e à revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal segue no mesmo sentido de fortalecer o serviço público – deixando de se fazer “economia” de recursos públicos para pagar juros aos detentores de títulos da dívida pública – e defender a previdência pública, solidária e universal.

3.2.G - O SINPEEM deve combater toda iniciativa governamental que pretenda aumentar a idade ou o tempo de contribuição para a aposentadoria e lutar pelo fim do fator previdenciário.

3.2.1 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM

3.2.1.A - Neste panorama de intensificação dos movimentos reivindicatórios, com a economia indicando sinais de enfraquecimento e o governo em crise política na sua composição e nas ações que vem tomando, a luta passa pela reafirmação e defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, pela ruptura com o capitalismo e pelo socialismo como saída para a classe trabalhadora.

3.2.2 - DEFENDEMOS:

- a) a valorização do trabalho, promoção da igualdade, distribuição de renda e inclusão social;
- b) a manutenção do posicionamento autônomo frente aos governos, mediante constante mobilização para pressioná-los a romper com o atual modelo econômico de desenvolvimento, com o não pagamento da dívida externa e com a manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais;
- c) a luta pela aplicação de políticas públicas mediante a responsabilização dos governos pela oferta, financiamento e gestão, erradicando qualquer forma de terceirização e privatização dos serviços públicos;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS A LETRA c DO PARÁGRAFO 3.2.2:

- ❖ **participação ativa na campanha contra a aprovação do PL nº 4.330/04, que prevê a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade, nas esferas pública e privada, permitindo a generalização da precarização e a eliminação de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários;**
- d) a luta pela implementação da negociação coletiva e pelo direito de greve para todos os servidores públicos;
- e) a participação em mobilizações em conjunto com a sociedade, com vistas à ampliação do direito à educação pública de qualidade social, inclusiva, democrática, laica e gratuita para todos, em todos os níveis;
- f) a participação na luta pela ampliação do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para investimentos em educação;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

SUBSTITUIR A LETRA f DO PARÁGRAFO 3.2.2 POR:

- ❖ **participar da luta pela ampliação do investimento em 10% do PIB para a educação já; luta contra o ACE e pelo direito de greve;**
- g) a previdência pública e a luta pela revogação das reformas que implicaram em perdas para os profissionais de educação, demais servidores e trabalhadores em geral;
- h) a luta pela implementação de uma sólida política de formação de educadores (professores, gestores e funcionários de escolas), sob a responsabilidade do poder público e com oferta pelas instituições de ensino público superior;
- i) a participação nas lutas pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pela garantia de negociação coletiva no serviço público e pela ampliação dos direitos dos trabalhadores;
- j) a participação e o desenvolvimento de campanhas que apontem para questões sociais como direitos dos aposentados, das mulheres, da criança e do adolescente;
- k) o envolvimento dos trabalhadores em educação em todos os espaços de formulação de políticas públicas;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

SUPRIMIR A LETRA k DO PARÁGRAFO 3.2.2

- l) a participação na luta pela reforma tributária que taxe o grande capital;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA L DO PARÁGRAFO 3.2.2:

- ❖ **não à desoneração fiscal para os industriais, que pilha a previdência pública e destrói os serviços públicos;**
- m) a oferta plena de bens e serviços públicos universais e com qualidade, principalmente nas áreas de educação, saúde, transporte e moradia;

- n) a participação em ações que defendam a economia nacional, combatendo a remessa de dólares para o Exterior, em forma de transferências, lucros, “royalties” e biopirataria;
- o) a revogação das Leis nº 9.637 e nº 9.648, aprovadas no governo FHC e mantidas pelos governos Lula e Dilma, que regulamentam as organizações sociais no serviço público;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA o DO PARÁGRAFO 3.2.2:

- ❖ **o SINPEEM participará da Campanha Nacional pela Revogação da Lei das Organizações Sociais;**
- p) o fim dos leilões das áreas petrolíferas, por uma Petrobras 100% estatal, que reverta os lucros da exploração do petróleo brasileiro para a recuperação dos serviços públicos, sobretudo para a educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade social; e para a saúde;
- q) que o governo Dilma renegocie as dívidas dos municípios, revertendo seu pagamento em educação e saúde;
- r) a plena soberania da nação, liberada das políticas de livre comércio do G-20, e respeitar a soberania de todos os povos, começando pela retirada das tropas que estão há nove anos no Haiti;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA “Haiti” A FRASE “o SINPEEM participará do Comitê “Defender o Haiti é defender a nós mesmos”, FICANDO A LETRA r do PARÁGRAFO 3.2.2 COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- r) a plena soberania da nação, liberada das políticas de livre comércio do G-20, e respeitar a soberania de todos os povos, começando pela retirada das tropas que estão há nove anos no Haiti; **o SINPEEM participará do Comitê “Defender o Haiti é defender a nós mesmos”;**
- s) a luta pela consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS);

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

SUBSTITUIR A LETRA s DO PARÁGRAFO 3.2.2 POR:

- s) verba pública apenas para a saúde pública;**
- t) a implementação de políticas efetivas de proteção à saúde dos trabalhadores públicos e privados;
- u) a luta pela educação como direito inalienável de todos, em todos os níveis.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA u DO PARÁGRAFO 3.2.2:

- ❖ **o SINPEEM proporá à CUT uma campanha nacional pela revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo fim da política de superávit fiscal primário;**
- ❖ **não ao PL nº 4.330, pelo fim das terceirizações;**
- ❖ **as instituições herdadas da ditadura militar não farão autorreformas, uma constituinte pode realizar a reforma política necessária. O SINPEEM participará do plebiscito popular, organizado pela CUT, MST e CMP, por uma constituinte para fazer a reforma política;**
- ❖ **não à espionagem dos EUA, que ataca a soberania da nação e almejam o pré-sal privatizado pelos leilões.**
- ❖ **cumpra-se a Lei nº 11.738, já. Punição aos governantes que não cumprem a lei.**

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 3.A AO 3.2.2 POR:

A crise mundial atingiu o Brasil. O governo Dilma seguiu o receituário das potências para proteger os capitalistas. A crise econômica aguçou a crise política, tornando o governo do PT mais refém das oligarquias que controlam o Estado. A bandeira de oposição revolucionária ao governo Dilma se opõe às saídas eleitoreiras.

A piora na situação potencializou os movimentos pela redução dos transportes, pela saúde e educação gratuitas etc. Para conter os movimentos, os governos desfecharam brutal repressão.

As reivindicações de salário mínimo vital, escala móvel de horas de trabalho e de reajuste, estabilidade no emprego e defesa das conquistas sociais devem ser impulsionadas, visando à defesa dos explorados contra a miséria e a fome. Daí a importância da unidade e da ação direta.

4 - POLÍTICA ESTADUAL

4.A - São Paulo, com 645 municípios e uma população de 40 milhões de habitantes ainda é considerado como principal centro econômico, financeiro, industrial, de serviços, cultura e tecnológico. Ainda é tido como a máquina a carregar o Brasil, mas vem perdendo este *status*, com o desenvolvimento de outras regiões que atraem investimentos nacionais e estrangeiros.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 4.A:

Quando o primeiro governo tucano assumiu o Estado – Mário Covas, em 1995 –, São Paulo respondia por 37,3% do PIB nacional. Em 2007, esta fatia caiu para 33,9%. No mesmo período, a indústria de transformação teve a maior perda, de 4,3%, dentre todas as unidades da federação – período de recessão e desindustrialização da era FHC.

4.B - Seus problemas vão se agravando a cada ano, com a perda de indústrias e de empregos, alta carga de tributos, estrangulamento no seu sistema viário e logístico por falta de investimentos e crescimento das desigualdades sociais, que colocam milhões em condições subumanas.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 4.B:

O funcionalismo estadual foi chamado a pagar a conta. Enquanto a arrecadação do governo crescia as despesas com o funcionalismo diminuía ano a ano; em termos absolutos e relativos. Em 1999 as despesas com pessoal correspondiam a R\$ 44,1 bilhões; em 2009 foram reduzidas a R\$ 42,7 bilhões.

4.C - A falta de políticas públicas que universalizem o direito de acesso à educação e à saúde é a face mais exposta de um modelo de desenvolvimento e gestão política, com sinais de esgotamento e falta de criatividade.

4.D - A violência aumenta assustadoramente. Facções criminosas agem assustando a população indefesa, que sequer pode se socorrer ao Estado.

4.E - A evidência de que a polícia mal consegue combater o crime está nas notícias de mortes de policiais e até de convívio pactuado, em determinadas regiões, de órgãos e agentes de segurança com facções criminosas.

4.F - O estado de medo e insegurança, somado às condições precárias de moradia, transporte e mobilidade nas principais cidades de São Paulo, em particular na capital, deixa tudo ao ponto de explosões de raiva coletiva, como as ocorridas em junho.

4.G - As manifestações de revolta contra as panes nos sistemas de transportes, trens e metrô na cidade de São Paulo têm aumentado com frequência. Revolta que se manifesta em forma de depredação do patrimônio público e enfrentamento à polícia.

4.H - Tudo que se vê e até mesmo as manifestações de indisciplina e violência nas escolas provam a necessidade de mudanças que os governos estaduais não conseguiram implementar nos últimos anos.

4.I - Sem uma reforma tributária que faça com que parcelas significativas das receitas arrecadadas no Estado aqui permaneçam e sejam investidas em educação, saúde, saneamento, habitação popular, segurança e infraestrutura urbana o risco de colapso administrativo e social está cada vez mais presente.

4.J - A recente declaração da empresa Siemens de que houve conluio entre empresas para ganhar licitações para as obras do Metrô durante os governos de Covas, Alckmin e Serra também evidencia a necessidade de por fim à corrupção e ao mau uso dos recursos públicos.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 4.J:

A isso se somam as provas de corrupção nos transportes – CPTM e Metrô. Desde 1995, início do governo Mário Covas, os contratos da CPTM e do Metrô vêm sendo superfaturados em 30%, desviando dos cofres públicos o equivalente a R\$ 425 milhões.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 4.J:

Há quase 20 anos no governo do Estado de São Paulo, o PSDB privatizou quase todas as empresas do estado, arrochou o salário do funcionalismo, reduziu o número de servidores, terceirizou e precarizou a contratação, deteriorou as condições de trabalho, o que resultou piora na qualidade dos serviços oferecidos à população. Além disso, o uso da violência e criminalização dos movimentos sociais se intensificam. Nas manifestações de junho, a polícia agiu violentamente contra os manifestantes, o dia 13 de junho foi de verdadeiro terror na cidade.

A violência contra os trabalhadores e movimentos sociais não é novidade, a desocupação do Pinheirinho em SJC é mais um exemplo dessa política.

- Em defesa dos professores e das lutas da escola pública estadual.
- Em defesa do transporte público.
- Fim das privatizações do Metrô e contra a criminalização dos movimentos sociais.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 4.J:

Legítimo representante dos interesses imperialistas no Brasil, o governo Alckmin faz do estado sua trincheira privatista, destrói os serviços públicos e reprime com a PM os movimentos populares. A política de privatização do PSDB saqueia os cofres públicos (Banespa, Metrô, rodovias, Eletropaulo). Na saúde pública reina a privatização com as Organizações Sociais (OSs), criadas por Fernando Henrique, sugam o dinheiro público em benefício do lucro e não das necessidades da população.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 10 – EDUCADORES SOCIALISTAS NA LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 4.J:

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES – Sindicato Nacional) e o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE) estão convocando a construção do Encontro Nacional de Educação, a ser realizado em 2014.

O objetivo deste encontro é construir uma proposta de política educacional alternativa à que vem sendo implementada pelo governo federal, retomando a luta nacional em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade e resgatando o papel da sociedade brasileira na elaboração de propostas para a Educação. O SINPEEM deve se incorporar a esta iniciativa, promovendo seminários e plenárias e assim eleger pela base e de forma democrática os profissionais do ensino municipal de São Paulo que participarão do Encontro Nacional de Educação.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 4.J POR:

São Paulo tem sido um laboratório de políticas neoliberais. O último período foi marcado por denúncias da cartelização de obras do metrô e da CPTM, com indícios de corrupção dos tucanos, num processo iniciado com Covas. Essas denúncias não tem tido a cobertura da mídia que preserva os interesses tucanos. Só a pressão popular garantirá rigorosa apuração dos crimes e penalização dos responsáveis.

4.1 - O SINPEEM DEFENDE:

- a) que o governo estadual rediscuta o pacto federativo e exija do governo federal a realização de uma ampla reforma fiscal;
- b) que os recursos destinados ao pagamento da dívida com a União seja investido em saúde, educação, transporte, infraestrutura viária, saneamento básico e moradia popular;
- c) que o governo do Estado mantenha suas obrigações quanto ao ensino fundamental, médio e superior, expandindo a rede e implementando uma política de valorização dos profissionais de educação e demais servidores públicos;
- d) que o Estado fixe diretrizes para a sua política industrial e de serviços para a geração de emprego e renda;
- e) que o Estado combata a criminalidade e aumente a proteção à vida das pessoas;
- f) que o governo do Estado se apresente ao governo federal com a autoridade de maior e mais importante unidade da federação, exigindo a solução de problemas como a entrada de armas e drogas pelas fronteiras brasileiras;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

SUPRIMIR A LETRA f DO PARÁGRAFO 4.1

- g) que o Estado adote medidas que deem segurança para todos os servidores públicos, em particular aos profissionais de educação, expostos a cada dia à indisciplina e aos atos de violência por parte de alunos e pessoas estranhas à escola.
- h) que sejam investigados e devolvidos os recursos desviados da construção do Metrô e que os responsáveis sejam punidos.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 4.1.H:

- ❖ fora Alckmin já!

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS A LETRA h DO PARÁGRAFO 4.1:

Os tucanos sucatearam a educação, instituíram a meritocracia, precarizaram as condições de trabalho, como no caso dos professores “Categoria O”, e se tornaram referência para inúmeros governos que aderiram ao projeto neoliberal. É hora de avançar na luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade para derrotar esse projeto, que também se expressa no município e governo federal.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA h DO PARÁGRAFO 4.1:

- ❖ pelo fim das OSs na saúde e cultura;
- ❖ fim das PPPs no Metrô, retomada pública das rodovias privatizadas;
- ❖ concurso para coordenadores pedagógicos;
- ❖ fim da transferência ex-ofício dos efetivos;
- ❖ concurso público, basta de desregulamentação e divisão na carreira docente;
- ❖ cumprimento da Lei do Piso Nacional, redução da jornada para 2/3 em sala, 1/3 para trabalho extraclasse.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 4.A AO 4.1 POR:

O governo PSDB está há mais 20 anos no comando do estado de São Paulo. Sua política é a de ataque à vida das massas. A repressão violenta aos movimentos sociais tem sido a sua marca. Isso porque as condições de vida no estado de São Paulo estão tão precárias que têm obrigado as massas a reagirem. Os serviços públicos no estado de São Paulo, como educação, saúde e transportes, são sucateados por meio das privatizações e do abandono.

Como se vê, segue as mesmas diretrizes do governo federal.

As massas estão certas quando saem às ruas. No entanto, é necessária a unidade dos movimentos e sindicatos e a construção de uma direção revolucionária. Somente a ação direta poderá combater o governo Alckmin (PSDB).

5 - POLÍTICA MUNICIPAL

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5:

O governo Haddad é burguês. Segue as diretrizes de proteção aos capitalistas e, por isso, está obrigado a descarregar a crise sobre a população explorada. Respondeu às mobilizações de junho usando a força policial. Escorou em Alckmin para reduzir centavos no valor das passagens. Impôs violento ataque à educação pública para proteger o ensino privado.

A resposta tem de ser a da defesa das reivindicações de estatização do sistema de transporte, sob o controle dos trabalhadores; acesso dos sem-teto às moradias; por um sistema único de saúde e educação gratuitos, pela via da expropriação da rede privada; implantação da escala móvel das horas de trabalho e do salário mínimo vital de R\$ 4.000,00. Daí o papel do sindicato como organismo de luta e não de colaboração com o prefeito petista.

5.1 - VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO E DOS SERVIDORES PÚBLICOS E O FIM DA TERCEIRIZAÇÃO SÃO PRIORIDADES

5.1.A - A disputa que se deu pelo governo da cidade de São Paulo em 2012 ocorreu sem que fosse possível para a população ter claro conhecimento dos programas e o que, de fato, seria realizado.

5.1.B - No segundo turno, de um lado o candidato Fernando Haddad, apoiado por Lula e Dilma, se apresentava na propaganda eleitoral como um “Homem novo para um tempo novo”. O outro candidato, José Serra, tentava convencer que tinha o melhor programa e experiência para a cidade que deixara com pouco mais de um ano de gestão para disputar e vencer a eleição para o governo do Estado, que também renunciou antes do fim, para disputar a eleição presidencial.

5.1.C - Encerrado o embate eleitoral, venceu o candidato Haddad e o que ficou evidente pelo voto da maioria dos eleitores foi a vontade por mudanças e a exploração deste sentimento pelo atual prefeito.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.1.C:

Em 2012 o povo derrotou Serra/Kassab. A categoria fez greves em 2006 e 2012 contra as terceirizações, privatizações na educação infantil, fechamento da EJA e o reducionismo pedagógico do Projeto Ler e Escrever. São Paulo sofreu os oito anos dessa política na saúde, entregue à privatização com Organizações Sociais (OSs), no transporte, com superlotação e encarecimento das tarifas de ônibus, na falta de moradia, agravada com a especulação imobiliária, incendiária de favelas.

5.1.D - No entanto, após a posse o que se vê nas primeiras ações e continuidade de sua atuação como prefeito não deixam de causar espanto e indignação, por contrariarem pontos do programa eleitoral.

5.1.E - A cidade de São Paulo tem previsão de receita de R\$ 42 bilhões para 2013, dívida da ordem de R\$ 54 bilhões com o governo federal e mais R\$ 18 bilhões em precatórios.

5.1.F - Anualmente, cerca de R\$ 4 bilhões estão comprometidos com o pagamento de sua dívida e a capacidade de investimento com receita própria do município é pequena. No entanto, isto não era obstáculo para o “Homem novo para um tempo novo”, que vendeu em sua propaganda que esta situação não seria obstáculo, posto que sua proximidade com a presidente Dilma asseguraria a renegociação da dívida com a União e a possibilidade de atrair recursos para investimentos na cidade.

5.1.G - Agora, transcorrido pouco mais de nove meses de sua gestão, faz alarde dizendo que a cidade corre o risco de se tornar ingovernável por conta da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que obriga o pagamento dos precatórios para os servidores públicos e se não houver a renegociação da dívida do Município com a União, com a troca do índice de correção do que deve.

5.1.H - Durante a campanha eleitoral, o prefeito Haddad nunca falou que a cidade era ingovernável. Afirmava que eram necessárias “boa gestão com transparência, criatividade e iniciativa para fazer mais e melhor”.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – MOVIMENTO UNIFICADO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.1.H:

Dessa forma fica claro que o governo Haddad-PT se mostra, neste sentido, igual a outros governos, somente usam a campanha eleitoral para prometer o que nunca pensou em cumprir. Traiu as expectativas de quem votou nele que era o “novo” contra as práticas antigas. Um estelionato eleitoral.

5.1.I - Certo de que enfrenta dificuldades para renegociar a dívida, independentemente do que propagandeou, e que suas ameaças na tentativa de fazer o STF modular a sua decisão quanto à inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62 não permitindo mais o Regime Especial de Pagamento de Precatórios com a União não terão sucesso, o prefeito já quer convencer a população de que não fará o prometido e indicará os fatores e agentes responsáveis.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.1.I:

Em sua gestão, Haddad vem cumprindo à risca a cartilha do governo federal, aumentando a ação da iniciativa privada na educação, atacando direitos trabalhistas e avançando um processo de reforma do estado que concentra poder nas mãos dos governantes e reduz a possibilidade de participação de sindicatos e do povo organizado.

5.1.J - Com certeza, uma posição muito cômoda, para quem mal começou o seu governo e tem adiado ou mudado medidas que anunciou que adotaria assim que tomasse posse. Tem sido assim com o Programa de Inspeção Veicular, com a implantação do Bilhete Único mensal, com o Programa Consulta Médica em Hora Certa, com a implantação de corredores de ônibus transformados em faixas exclusivas, com o fim das parcerias público-privadas (PPPs); com a construção de escolas e atendimento à demanda de educação infantil, valorização dos servidores públicos, distribuição de material e uniforme escolar no início do ano letivo; entre outros itens.

5.2 - CONTRADIÇÃO, INTRANSIGÊNCIA E PROPAGANDA ENGANOSA

5.2.A - Desde o início de sua gestão, Fernando Haddad vem deixando claro que é um governo de contradição entre o que prometeu e o que executa. Mostrou-se intransigente e autoritário ao se recusar a receber e negociar com os movimentos sociais e sindicais em luta por seus direitos e reivindicações, como ocorreu durante a greve que realizamos ou quando o Movimento Passe Livre (MPL) o procurou para tratar do aumento da tarifa de ônibus.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.2.A:

Haddad tem traído suas promessas e se aliado a Alckmin, no ataque a educação e no aumento das passagens. Apoiou a repressão e quando viu a repercussão negativa, tirou o corpo fora.

5.2.B - Segundo divulgado pela imprensa, quando mal tinha completado seis meses de governo o prefeito já alegava dificuldades financeiras para não atender às reivindicações dos profissionais de educação, dos servidores públicos e da população em geral. No entanto, neste mesmo

período já havia gastado mais de R\$ 37 milhões em propaganda enganosa, além de ter criado mais secretarias e cargos de livre provimento em comissão, com alta remuneração.

5.2.C - Quando iniciamos o nosso movimento, Haddad o classificou como político e precipitado e afirmou que não negociava sobre pressão. Declarou o mesmo ao MPL. Nas duas situações, que comprovam a necessidade urgente de políticas que promovam oportunidades de emprego, renda, moradia, educação, saúde, transporte e segurança, a pressão dos movimentos fez com que o prefeito mudasse seu posicionamento.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.2.C:

O que motivou a luta foi mais do que o aumento das passagens. Há uma insatisfação geral, vemos os gastos exagerados e a corrupção na preparação da Copa, enquanto hospitais e escolas públicas caem aos pedaços. O governo tem que parar de dar dinheiro para as máfias do transporte que financiam suas campanhas eleitorais.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – OPOSIÇÃO DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.2.C:

A política municipal está voltada para a privatização, se consolidando sobretudo, com a ampliação da jornada de trabalho (Mais Educação), com o aprofundamento da avaliação de desempenho e utilização do Ideb (Reforma Curricular), condicionando o pagamento de PDE ao mesmo. Este governo não apresenta uma política salarial à categoria, fruto dos acordos rebaixados que aceitamos no passado.

5.2.1 - VETO E RECUSA DE HADDAD PARA ATENDER REIVINDICAÇÕES LEVARAM A CATEGORIA À GREVE QUE DUROU 22 DIAS

5.2.1.A - Iniciada a gestão Haddad, a categoria recebeu o primeiro não do novo governo. Com veto publicado no Diário Oficial da Cidade (DOC) de 25 de fevereiro. Sem nenhuma discussão com a categoria e de forma autoritária, o prefeito Haddad não permitiu a execução de direitos conquistados após dura batalha realizada pelo SINPEEM, que obrigou o ex-prefeito Kassab a atender, entre outros itens, à criação de mais duas referências nas tabelas de vencimentos dos docentes e gestores, enviando o projeto de lei para a Câmara Municipal, onde conseguimos ampliar as conquistas. Conseguimos incluir direitos aos aposentados, redução de 28 para 24 anos o tempo exigido para o enquadramento nas últimas referências das tabelas do magistério, mudança da atual denominação do cargo de agente escolar para auxiliar técnico de educação, enquadramento dos auxiliares técnicos de educação em três referências superiores e enquadramento de todos os que já possuem o tempo exigido nas últimas referências.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – MOVIMENTO UNIFICADO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.2.1.A:

Ao ignorar todo o processo que levou à aprovação das duas referências para a categoria, Haddad e o PT mostraram que não merecem confiança. Desconsidera os profissionais da Educação tornando assim, uma repetição do que foi o governo petista de Marta Suplicy, age assim com a colaboração da direção do SINPEEM.

5.2.1.B - No dia seguinte ao veto e, mais uma vez, sem qualquer discussão com o sindicato, o prefeito Haddad e o secretário municipal de Educação, Cesar Callegari, enviaram outro projeto de lei para a Câmara, com a proposta de criação de duas referências somente para os ativos e fixando o tempo de 28 anos combinados com a necessidade de apresentação de títulos para os enquadramentos nas novas referências.

5.2.1.C - A decisão do veto ao PL e o encaminhamento pelo Executivo de nova proposta, que não atendia à categoria, criou forte indignação e revolta. Sentimento que aumentou com anúncios do prefeito e do secretário de Educação em relação ao grau de absenteísmo na rede, sem considerar os fatores que têm levado os servidores ao afastamento por adoecimento; a publicação de portaria permitindo a formação de agrupamentos mistos na educação infantil; a continuidade da política de terceirização; a intenção anunciada do uso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) na avaliação dos educadores e para fins de pagamento do Prêmio de Desempenho Educacional (PDE); a continuidade de convênios, terceirizações e implantação de parcerias público-privadas (PPPs) para o atendimento à demanda de educação infantil.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.2.1.C:

Diferente do que prometeu Haddad, não só mantém como amplia as PPPs na educação, as terceirizações e os convênios. A greve da categoria foi a resposta aos ataques.

5.2.2 - HADDAD ANUNCIOU QUE NÃO HAVERIA PERDA SALARIAL EM SEU GOVERNO, MAS APLICOU 0,18% COMO REVISÃO GERAL ANUAL PARA OS SERVIDORES

5.2.2.A - Ao iniciar as reuniões para a instalação do Sistema de Negociação Permanente (Sinp) entre as entidades sindicais e o governo, o prefeito Haddad declarou seu interesse em manter relações de diálogo, transparência e em cumprir o negociado, além de garantir que durante a sua gestão não haveria perdas salariais para os servidores públicos.

5.2.2.B - Bastou a apresentação da primeira proposta pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento de Gestão (Sempla) e a recusa dos profissionais em aceitá-la e irem a luta, para o prometido cair por terra e o governo passar a agir de forma autoritária, numa clara demonstração de desrespeito ao livre direito de organização sindical, de greve e de manifestação.

5.2.2.C - Após cinco reuniões realizadas nos meses de março e abril em que ficou demonstrada a intenção do governo em isolar o SINPEEM das demais entidades sindicais, para enfraquecer a luta do funcionalismo, foram apresentadas propostas que evidenciaram que o discurso do prefeito não passava de promessa e propaganda enganosa. Foram apresentados:

- a) 0,82% sobre os padrões de vencimentos como índice de reajuste quadrimestral a que tinham direito todos os servidores a partir de novembro de 2011;
- b) 0,18% sobre os padrões de vencimentos e proventos dos servidores ativos a aposentados como revisão geral anual na data-base de 2013;
- c) fixação de novos valores para os pisos dos servidores que integram os Quadros dos Níveis Básico e Médio da Prefeitura;
- d) pagamento da primeira parcela do PDE em junho, com os mesmos valores pagos em 2012;
- e) 11,46% em cinco parcelas de 2%, pagas até 2018 – após a declaração da greve pelo SINPEEM, foram alteradas para três parcelas de 3,683%, mas o índice ficou vinculado à cláusula em que as entidades se comprometiam a não reivindicar nenhum reajuste até o final da gestão de Haddad.

5.2.3 - VINTE E SEIS ENTIDADES ASSINARAM O ACORDO COM O GOVERNO. SINPEEM NÃO ASSINOU E REALIZOU MOVIMENTO UNIFICADO COM A APROFEM

5.2.3.A - O SINPEEM não aceitou a proposta e a imposição do governo. Atuou de forma ampla, mesmo com as entidades que assinaram o acordo, e conseguiu estabelecer uma inédita e positiva relação com a Aprofem, que passou a participar da greve que iniciamos no dia 03 de maio.

5.2.3.B - A atuação firme do SINPEEM e o seu posicionamento desde o início conseguindo unificar a pauta contendo reivindicações relativas à remuneração e política salarial da Prefeitura, com todas as entidades, foi tática e estrategicamente acertada.

5.2.3.C - Apesar do fato de quase a totalidade das entidades terem assinado o acordo com o governo, ganhamos força, realizamos a greve e fizemos o governo reapresentar a aplicação dos 11,46%, a serem pago em três parcelas iguais de 3,683% e desvinculados da não apresentação de reivindicações referentes à perda salarial, aumento real, readequações das tabelas de vencimentos e elevação de pisos remuneratórios. Também fizemos com que o governo apresentasse 10 itens relacionados às condições de trabalho, organização das escolas e direitos profissionais, além de reconhecer o direito de greve, pagando os dias parados.

5.2.4 - DURANTE A GREVE GOVERNO HADDAD PRESSIONOU, AMEAÇOU E REALIZOU CAMPANHA CARA E ENGANOSA

5.2.4.A - Na tentativa de deslegitimar reivindicações e a greve realizada pela categoria, o secretário municipal de Educação e o prefeito Haddad realizaram uma verdadeira guerra de informações.

5.2.4.B - Acusaram o SINPEEM de se retirar da negociação e chamaram o movimento de abusivo e manipulado pelo sindicato. O secretário Cesar Callegari chegou a dizer em entrevista a rádio CBN que o salário do professor, em início de carreira, era aproximadamente R\$ 4.500,00. Na TV, o prefeito Haddad veiculou propaganda política na qual que afirmava: “A Prefeitura de São Paulo cumpriu os compromissos assumidos com os professores. Serão dois reajustes: 10,19% de aumento agora e 13,43% em 2014. Os servidores de nível básico poderão ter aumento de 80% no piso salarial e os de nível médio 42,5%. Vamos resgatar a educação de qualidade em nossa cidade que a gente ama. Fazer a São Paulo que a gente quer”.

5.2.4.C - Foram dezenas de inserções ao longo de alguns dias. Mas o que a Prefeitura intencionalmente não esclareceu é que os índices que anunciou foram conquistados com a luta realizada pelo SINPEEM em 2010 e 2011 e estavam aprovados em lei pela Câmara Municipal, que, portanto, não podia ser descumprida pelo prefeito.

5.2.4.D - As despesas com a aplicação do reajuste de 10,19% estão inclusive previstas e foram aprovadas também no orçamento da cidade para 2013. O reajuste de 13,43% para 2014 também teve cálculo de impacto realizado pela Secretaria de Finanças e há previsão de receitas aprovada em lei para a sua aplicação.

5.2.5 - SECRETÁRIO DESRESPEITA O QUE FOI NEGOCIADO, NÃO CUMPRE ACORDO E ANUNCIA REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA REDE SEM DISCUSSÃO COM A CATEGORIA

5.2.5.A - Terminada a greve, o governo deixou mais uma vez evidente a sua intenção de querer dar lição e punir os grevistas. Não cumpriu o acordo que levou a categoria, após 22 dias, a decidir pela suspensão da greve naquele momento e continuar lutando, com a organização de novos movimentos em defesa de todas as reivindicações ainda não atendidas.

5.2.5.B - O primeiro ataque veio com a imposição de reposição durante o recesso, apesar da negociação de que o plano deveria ser aprovado pelo Conselho de Escola sem a inclusão de dias neste período. Depois, com o não envio para a Câmara Municipal do projeto de lei sobre a criação das duas referências até o dia 30 de junho, conforme negociado e divulgado em carta do secretário Cesar Callegari a todos os profissionais de educação. Houve também, a convocação de professores dos Centros de Educação Infantil (CEIs) para trabalhar em unidades polos, contrariando a informação inicial de que isto não ocorreria, e o Parecer do próprio secretário (quando era membro do Conselho Nacional de Educação) no qual afirma que recesso e férias coletivas são totalmente compatíveis na educação infantil.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.2.5.B:

É um governo que fala de autonomia, mas é autoritário, que fala em diálogo, mas que não escuta, que cita Paulo Freire, mas aplica Paulo Maluf.

5.2.5.C - Para completar o quadro que agrava ainda mais a marca de governo avesso ao diálogo e que quer impor decisões sem ouvir quem de fato trabalha na escola, o secretário anunciou que farão uma reorientação curricular e reestruturação organizacional da rede.

5.2.5.D - Não houve discussão com os profissionais nem avaliação dos resultados alcançados com a organização do ensino implantado na rede ainda em 1992, durante a gestão da ex-prefeita Luiza Erundina, que teve como secretários Paulo Freire e Mário Sérgio Cortella.

5.2.5.E - Diante das posições do governo em relação às reivindicações da categoria, reação ao nosso movimento, descumprimento do que foi acordado e o conjunto de medidas que anuncia sinalizando para uma intensificação do processo de terceirização, instituição de procedimentos de avaliação externa, adoção dos programas do governo federal na rede municipal de ensino, que ignoram as suas características, acúmulo histórico e especificidades, temos de nos organizar, resistir e lutar contra as práticas autoritárias do governo e em defesa da educação e de seus profissionais.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 10 – EDUCADORES SOCIALISTAS NA LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.2.5.E:

Em junho, momento em que milhões de pessoas decidiram ir às ruas lutar (inclusive por educação de qualidade), a diretoria majoritária do Sinpeem se recusou a mobilizar a categoria. Era uma oportunidade de ouro para pressionar Haddad a atender as reivindicações da educação. Naquele momento um sindicato democrático, independente e ágil teria convocado uma assembleia geral da categoria para retomar a luta, pois havia uma chance concreta de derrotar o governo e garantir nossas demandas. Mas, ao se recusar a lutar num momento tão importante, a majoritária do SINPEEM fez aumentar a desconfiança da base da categoria em relação ao seu próprio sindicato, pois este permitiu que o governo recompusesse suas forças e voltasse a atacar a educação, agora sob a forma do programa “Mais Educação São Paulo”.

5.3 - PARTICIPAR DOS GRANDES DEBATES E CONTINUAR A LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA, VALORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS DIREITOS DA CATEGORIA

5.3.A - Nos últimos anos, graças às lutas convocadas, organizadas e realizadas pelo SINPEEM, conseguimos alguns avanços importantíssimos, que em muito diferenciam a situação dos profissionais de educação dos demais servidores da Prefeitura e também do Estado de São Paulo.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – OPOSIÇÃO DE LUTA

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 5.3.A POR:

A direção do SINPEEM exerce uma clara tarefa de colaboração de classe. Estreita a luta no campo legislativo e na participação em mesas permanentes de negociação (SINP), defendendo a equivocada política do “nenhum direito a menos”. Em 2013, aceitou o jogo do governo, “enterrou” a greve construída com forte adesão da categoria, ajustou a luta ao pagamento dos dias parados.

5.3.B - As incorporações de gratificações e abonos complementares de piso são exemplos de conquistas obtidas pelo SINPEEM, pois, ao mesmo tempo em que elevaram os padrões de vencimentos, preservando as estruturas e amplitudes das tabelas de vencimentos, garantiram isonomia entre ativos, readaptados, licenciados por motivo de saúde, professores em CJ e aposentados.

5.3.C - Da mesma forma, também são exemplos de conquistas obtidas na luta pelo SINPEEM, a transformação dos professores adjuntos em titulares; estabelecimento do módulo docente, composto de regência e complementação de jornada; fixação da JBD como jornada e remuneração do cargo docente, ampliação da quantidade de referências da tabela do quadro de apoio, evolução funcional, criação do auxílio-alimentação, recesso e férias coletivas na educação infantil, aposentadoria especial do magistério para os readaptados, entre outros.

5.3.D - No entanto, questões estruturais, como as relacionadas à democratização da gestão escolar, da organização curricular, da educação e da administração pública; da lei salarial que dispõe sobre a relação entre as receitas correntes líquidas da Prefeitura e despesas com pessoal, terceirização, formação de servidores, financiamento da educação e saúde do trabalhador público continuam na ordem do dia, por pouca ou nenhuma alteração ter acontecido, apesar das nossas lutas.

5.3.E - No que diz respeito a estas questões estruturais, as atitudes do prefeito Haddad são iguais ou muito semelhantes às de prefeitos anteriores. Continua com o processo de terceirização de serviços, estabelecimento de convênios para o atendimento à demanda da educação infantil, recusa em alterar a lei salarial herdada da gestão Maluf, descaso com as condições de funcionamento do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM) e falta de informações quanto à composição dos gastos com educação.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.3.E:

Haddad procura acabar com a nossa organização na marra: ameaça cortar ponto, faz propaganda enganosa na televisão e, por fim, não cumpre os acordos de fim de greve, tentando deslegitimar a ação combativa dos militantes organizados no Sindicato. É o novo jeito petista de governar.

5.3.F - Apesar das atitudes do governo que demonstra querer enfraquecer a organização sindical dos profissionais de educação, devemos continuar lutando pela alteração da lei salarial, que vincula somente 40% das receitas correntes do município às despesas com pessoal, como sempre fizemos, de forma autônoma e independente. Devemos continuar lutando também pelo fim da terceirização dos serviços nas áreas de educação e saúde, iniciada no governo Maluf e intensificada nas gestões dos ex-prefeitos Marta Suplicy, José Serra e Gilberto Kassab, processo que continua na gestão atual.

5.3.G - Cientes de que tudo o que temos não veio por ato de bondade ou benevolência de qualquer governo e é resultado das lutas organizadas e realizadas pelo SINPEEM, não estamos satisfeitos, não vamos nos intimidar e devemos, com uma leitura correta do que ocorre neste momento de profundas mudanças e crescimento das mobilizações sociais, procurar estreitar a nossa relação com as organizações que defendem a educação, a universalização dos serviços públicos de qualidade e direitos sociais e políticos. Não ignoramos a situação dos profissionais de educação e dos servidores em geral e a necessidade de continuarmos lutando para manter os direitos que temos e avançar, conquistando o atendimento às nossas reivindicações.

5.3.H - O SINPEEM deve realizar campanhas e lutas, buscando maior unidade entre as entidades de servidores, pela mudança da atual lei salarial, pelo fim das avaliações utilizadas como instrumento de retribuição e punição. Deve realizar campanhas e movimentos amplos, com a participação de organizações gerais de trabalhadores, da juventude e de vários segmentos sociais em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade social e contra qualquer forma de terceirização dos serviços públicos.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.3.H:

A ação do SINPEEM na organização dos trabalhadores em educação é essencial para a derrota das políticas de governo que retiram os direitos dos trabalhadores. Exemplo evidente é a reforma educacional que Haddad apresentou sem qualquer debate com a categoria e o projeto das duas referências que não atendem as nossas reivindicações, além das salas mistas na educação infantil. É preciso organizar a luta, nesse sentido as subseções são essenciais na organização regional dos trabalhadores e fortalecimento do sindicato. Para combater as políticas de destruição e privatização da educação pública e retirada de direitos dos trabalhadores, vamos cumprir o estatuto da entidade e fortalecer a organização regional e o SINPEEM. Pela reabertura das subseções fechadas e abertura de outras onde houver necessidade.

5.3.I - Conquistar a desvinculação do alcance das metas do sistema e da equipe, das compensações por gratificação, com certeza colocará a questão remuneratória e a valorização profissional em seu verdadeiro lugar e em destaque.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 3 – DEMOCRACIA E LUTA

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA “destaque” A FRASE: “Plano de expansão da rede pública com metas para fixar um prazo para acabar com os convênios e terceirizações”, FICANDO O PARÁGRAFO 5.3.I COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

5.3.I - Conquistar a desvinculação do alcance das metas do sistema e da equipe, das compensações por gratificação, com certeza colocará a questão remuneratória e a valorização profissional em seu verdadeiro lugar e em destaque. **Plano de expansão da rede pública com metas para fixar um prazo para acabar com os convênios e terceirizações.**

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 3 – DEMOCRACIA E LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 5.3.I:

As jornadas de junho trouxeram para as ruas jovens que reconheceram no ativismo o instrumento de questionamento do quadro político e de denúncia da má qualidade dos serviços públicos. Essa participação de novos atores já se fazia notar no SINPEEM nas greves de 2012 e 2013 dando a elas um caráter massivo e de qualidade política superior. Porém, tal qual no processo eleitoral para o Legislativo e o Executivo, a renovação de quadros nas entidades sindicais também enfrenta barreiras de dirigentes já detentores dos cargos. O desafio do SINPEEM para o próximo período é estabelecer um processo que abra espaço para novos militantes em sua diretoria, aliando experiência e renovação.

5.3.1 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a)** alteração da lei salarial;
- b)** aplicação do reajuste de 13,43%, relativos à última parcela da incorporação do abono complementar de piso conquistado em 2011, já aprovada em lei pela Câmara Municipal;
- c)** aplicação da primeira parcela dos 3,683%, referentes ao total de 11,46% e o índice de inflação acumulada entre maio de 2013 e abril de 2014;
- d)** lutar pela elevação dos pisos dos docentes, dos gestores e do Quadro de Apoio, com a aplicação de reajuste geral sobre os padrões de vencimentos das tabelas de vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação;
- e)** aplicação de pelo menos 54% das receitas correntes do município na remuneração dos servidores;
- f)** revisão salarial periódica e obrigatória na data-base da remuneração dos servidores públicos, com percentual nunca inferior à inflação;
- g)** criação de plano de reposição para adequação das remunerações em função das atribuições, competências, grau de formação e importância social das profissões;
- h)** mudança da Lei Orgânica do Município (LOM) para que se vincule, novamente, pelo menos 30% das receitas e transferências para a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- i)** fim das terceirizações e expansão da rede física direta, visando ao fim dos contratos de convênios;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA I DO PARÁGRAFO 5.3.1:

- ❖ não a o PL nº 4.330;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA I DO PARÁGRAFO 5.3.1:

- ❖ retorno dos prédios públicos na educação infantil para a gestão direta;
- j) renegociação da dívida da Prefeitura com a União e reversão dos recursos para investimentos em educação, saúde e programas de habitação de interesse social e de mercado popular;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA J DO PARÁGRAFO 5.3.1:

- ❖ não pagamento da dívida da Prefeitura com a União;
- k) exigir a não inclusão dos custos com programas assistenciais como gastos com a educação;
- l) garantir as condições necessárias para a efetiva implantação do Plano Municipal de Educação.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA L DO PARÁGRAFO 5.3.1:

- ❖ não ao Plano Municipal de Educação que vai avançar na privatização da educação.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA L DO PARÁGRAFO 5.3.1:

- ❖ **por uma rede de proteção social com assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos, psiquiatras e oftalmologistas.**

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

SUPRIMIR A LETRA L DO PARÁGRAFO 5.3.1

5.3.2 - ENCAMINHAMENTOS:

- a) realizar campanha pela valorização da educação pública e de seus profissionais;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA a DO PARÁGRAFO 5.3.2:

- ❖ **por concursos de ingresso e acesso para todos os cargos da carreira;**
- b) desenvolver campanha contra a terceirização e em defesa dos serviços públicos;
- c) desenvolver, por meio da mídia, campanhas contra a desmoralização dos serviços públicos, dos servidores e, em especial, dos professores e demais profissionais de educação.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA c DO PARÁGRAFO 5.3.2:

- ❖ **organizar no município um encontro dos trabalhadores contra a privatização e em defesa dos serviços públicos.**

6 - POLÍTICA EDUCACIONAL

6.1 - A ESCOLA COMO PALCO DO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM E DE DISPUTA POLÍTICA

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1:

A educação está em crise. Em todas as esferas, se aplica as diretrizes imperialistas. Em São Paulo, sob o comando de Haddad, temos uma educação miserável. Os trabalhadores da educação padecem com a precarização das condições de trabalho e salários aviltantes. A superação dessa escola de classe depende da unidade dos trabalhadores da educação com a maioria nacional oprimida. Por isso, é preciso defender o programa da classe operária, de transformação da sociedade capitalista em socialista.

6.1.A - Nas quatro últimas décadas, muitas alterações ocorreram no campo educacional brasileiro. Até 1970, por exemplo, o ensino obrigatório era restrito somente às quatro primeiras séries. Houve mudanças ao longo do tempo e hoje a educação básica – que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio – consta nas leis como dever do Estado, da sociedade e da família. Há também alterações que resultaram em avanços na legislação, como a Emenda Constitucional nº 59, que ampliou a garantia da educação obrigatória dos quatro aos 17 anos e sua universalização, até 2016. Para muitos municípios, ainda é apontada como importante a fixação do valor do piso salarial nacional docente.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – MOVIMENTO UNIFICADO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.A:

A atuação tardia do SINPEEM e seu posicionamento de negociar no “Sistema de Enrolação Permanente” desde o início, mesmo assim não impediu a unificação da pauta contendo reivindicações relativas à remuneração e política salarial da prefeitura, assim como a possibilidade de unificação histórica com os professores em greve da rede estadual (APEO-ESP) e que somente não se concretizou devido ao boicote de ambas as direções sindicais.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.A:

A lei do piso nacional é um passo na defesa da carreira nacionalmente. Descumprida nacionalmente, inclusive na rede municipal, a Lei nº 11.738/08 fixa o reajuste anual, 1/3 das jornadas para hora/atividade e o pagamento do Piso para professores com nível médio (hoje é R\$ 1.567,00, a CNTE defende 50% mais para professores com ensino superior). Com o aumento do Fundeb, para 2014 o governo federal calcula um reajuste de 19% no piso salarial dos professores, mais do que o dobro do que os 7,97% de 2013. Com isso o piso seria R\$ 1.864,73 (nível médio) e R\$ 2797 (nível superior), para jornadas de até 40h. Os governadores e prefeitos pleiteiam junto ao governo federal um reajuste 7,7%.

6.1.B - Embora conste nos principais diplomas legais, como as Constituições Estaduais e Federal, a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (LDB), o Plano Nacional da Educação (PNE) e as Leis Orgânicas dos Municípios (LOMs), a realidade é bem distinta da universalização quantitativa e qualitativa, posta como obrigação dos poderes públicos.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – MOVIMENTO UNIFICADO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.B:

O SINPEEM deve realizar campanhas pelo fim das avaliações governamentais (interna e externa) e pela autonomia pedagógica dos educadores. As avaliações escolares e o processo de ensino, diz respeito à comunidade escolar (trabalhadores em educação, pais e alunos).

6.1.C - Resultados recentes de uma nova pesquisa sobre analfabetismo no Brasil mostraram que apenas 26% da população podem ser considerados plenamente alfabetizados. O analfabetismo funcional permanece no mesmo patamar de 2001. Apenas 41% da população consegue concluir o ensino médio, enquanto a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 73%. O atendimento em Centros de Educação Infantil (creches) – crianças de zero a três anos de idade – inclui apenas 23,6% das crianças. A oferta de ensino superior atinge apenas 15% dos jovens entre 18 e 24 anos. O magistério segue sendo a carreira de nível superior de pior remuneração no país. Há um colapso nos objetivos de avanço de aprendizagem, de superação do analfabetismo e de democratização do conhecimento. A sétima maior economia do mundo apresenta a 68ª colocação em educação e a 88ª em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Estes indicadores são resultados do baixo e mau investimento público em educação. O orçamento da União reserva a metade de seus recursos para pagamento de dívida com o sistema financeiro, permitindo, desse modo, ganhos extraordinários permanentes para os bancos.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – MOVIMENTO UNIFICADO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.C:

A avaliação da educação, enquanto serviço público, deve ser prerrogativa daqueles que têm esta como necessidade, tem interesse em sua defesa. Deve ser realizada pelas discussões e deliberações diretas da comunidade escolar organizada, a partir das assembleias escolares. Contra as “avaliações dos governos”.

6.1.D - A divisão social e as contradições resultantes da opção por um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente imposto nas duas últimas décadas estão se aprofundando. A privatização da educação vem ganhando mais força com as recentes reformas. Segundo o censo escolar do MEC, entre 2002 e 2010 houve uma queda de 12,3% nas matrículas de todo o ensino público, enquanto na rede privada houve um crescimento de 5,2%.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – MOVIMENTO UNIFICADO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.D:

Refutar a “escola integral”. Não há condições de infraestrutura e ambiente que proporcione os desenvolvimentos: Lazer, jardim, teatro, esporte, cinema, profissionalização e oficinas técnicas, trabalho remunerado com caráter educativo etc. A ausência desses recursos às crianças recai como que castigo. O contrato temporário de especialistas ou “oficineiros” é o caráter de farsa dos projetos. Esses serviços existirão apenas em momentos convenientes, instrumento de manipulação. Esses governos não podem nem têm como incumbência fornecer essa escola à juventude operária.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – OPOSIÇÃO DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.D:

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e seu principal instrumento, a Avaliação Nacional, são os principais norteadores desta gestão e o aumento dos seus resultados determina toda a Reforma Municipal apresentada. Um índice nacional tem a função de mercantilizar a educação, pois condiciona repasse de verbas federais para município, institui um mecanismo de “prestação de contas”, responsabilizando escolas e seus professores pelo fracasso, abrindo para a iniciativa privada os “piores excessos de mercado”.

6.1.E - A política implementada pelos governos federal, estaduais e municipais é a de abandonar a escola pública para fortalecer o capital. O incentivo aos convênios e às parcerias público-privadas, inclusive pelo governo Haddad, aprofunda esta lógica.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – MOVIMENTO UNIFICADO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.E:

O projeto de orientação curricular **NÃO É pedagógico** é um duro ataque do governo que já demonstrou que não medirá esforços para desmoralizar os educadores frente à população. Finge atender os clamores por uma melhoria da educação, com uma proposta sem coerência pedagógica ou prática, que retira ainda mais direitos dos trabalhadores. A direção do SINPEEM não faz um combate efetivo pela rejeição total do projeto, tenta através de negociações remendar o que não é possível.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.E:

A reforma educacional de Haddad traz mudanças que não alteram as péssimas condições de trabalho e ainda representam um retrocesso em termos de política educacional, intensifica as terceirizações e aprofunda a exclusão. O documento deixa em aberto e não esclarece vários pontos e deixa clara a necessidade de atos normativos como decretos e portarias. Ou seja, além dos problemas já detectados no próprio documento, ainda teremos a possibilidade de retirada de direitos por meio de legislação.

O desrespeito com a categoria e com os pais e alunos é enorme. Não há nenhuma informação precisa de como ficará a EJA o Ensino Médio, o processo de atribuição de aulas. Nem mesmo o que foi negociado durante a greve tivemos resposta.

O centro de qualquer mudança educacional é melhorar as condições de trabalho. A reforma não altera em nada o nosso cotidiano na escola, os problemas permanecerão após a sua implementação com o agravante de novas demandas exigidas pelo governo. As nossas reivindicações de diminuição de alunos por sala, atendimento adequado aos alunos com NEE, mais funcionários nas escolas, etc têm de estar presentes com toda força nesse debate.

Para quem trabalha nas escolas ou para os alunos, o ambiente escolar é extremamente danoso, contribuindo de forma determinante para o adoecimento da categoria, devido à sobrecarga de trabalho e a falta de respostas do poder público às demandas exigidas na escola, do outro lado temos o aluno que também sofre na medida em que não há uma “rede de proteção” que possa atender suas demandas. Toda a falácia mascara a necessidade de mais recursos para a educação e melhores condições de trabalho.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.E:

O programa de reorientação curricular da gestão Haddad é superficial, demagógico e eleitoreiro, pois reitera o senso comum, ignora os problemas estruturais da rede e apresenta estratégias que reforçam a exclusão, a competição e o fracasso escolar. É uma proposta elaborada “apesar da rede”, desconsiderando sua história, os projetos existentes e sem reconhecer os educadores como sujeitos do processo educativo. A ideia de gestão democrática e participação foi totalmente descaracterizada, representando outra ação autoritária e desrespeitosa desse governo.

6.1.F - Nos Congressos de Educação do SINPEEM, realizados anteriormente, discutimos e aprovamos a nossa necessária opção por um sistema público de educação. Opção que tem como centro a escola pública, gratuita e laica, que garanta educação de qualidade a todos e em todos os níveis de ensino. Isto implica em exigir sua elevação a um novo patamar de investimentos, qualidade, gestão participativa e transparência. Na verdade, uma opção por uma verdadeira revolução também na educação no nosso país.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – MOVIMENTO UNIFICADO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.F:

Mudanças que não melhoram na educação na cidade de SP. São ataques. O projeto de reestruturação curricular/ o Mais Educação e o Mais Cultura do Ministério da Educação, feito quando Haddad era ministro, é mais privatização, terceirização, precarização do trabalho e da aprendizagem para os nossos alunos, e adoecimento dos professores. As avaliações de desempenho /demissões, o fechamento de salas do EJA, as salas mistas, retiram autonomia das escolas com a implantação dos chamados projetos etc.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 10 – EDUCADORES SOCIALISTAS NA LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.F

O cenário para a cidade de São Paulo em 2014 é sombrio. Usando a desculpa da crise econômica, da revogação do aumento da passagem de ônibus, da copa do mundo e da decisão do Supremo Tribunal Federal que obriga o pagamento de precatórios, Haddad promoverá cortes de verba nos serviços públicos. Áreas como saúde e educação podem sofrer drásticas reduções de investimento, reduzindo também a qualidade desses serviços e prejudicando as condições de trabalho do funcionalismo. O SINPEEM deve tomar a iniciativa de construir uma luta unificada com sindicatos, movimentos sociais e a juventude contra os ataques de Haddad e em defesa de mais verbas aos serviços públicos.

6.1.G - Hoje, o federalismo está presente nas diferentes instâncias de discussão sobre políticas públicas para a educação. Está posto como condição, para superação de questões que são verdadeiros entraves, para a edificação de um sistema que, de fato, cumpra com a sua finalidade: garantir o direito de escola pública estatal, gratuita, laica, de qualidade, para todos, em todos os níveis.

6.1.H - Federalizar a discussão sobre esta política pública implica em reconhecer a vinculação do financiamento com a consolidação e o funcionamento do sistema nacional de ensino, a gestão democrática do sistema e das escolas; a discussão, decisão e regulamentação do regime de colaboração entre os diferentes entes federados; a necessidade de reforma curricular de abrangência nacional, considerando as especificidades locais; as concepções norteadoras para as políticas educacionais, prioridades e proposições para a educação em todos os níveis e modalidades.

6.1.I - Ao mesmo tempo em que se reconhece a federalização do debate e de políticas para a educação nacional, não podemos ser levados por uma política e decisões que concentram cada vez mais poderes e recursos nas mãos do governo federal, reduzindo ainda mais a autonomia de Estados e Municípios.

6.1.J - Neste sentido, é preocupante e devemos nos opor à realização do exame nacional docente e à utilização de seus resultados como concurso para provimentos dos cargos que compõem os quadros e carreiras dos profissionais de educação – docentes e gestores.

6.1.K - A federalização do debate sobre políticas e ações para o sistema nacional de ensino deve ter como objetivo a fixação dos marcos de organização, descentralização e desconcentração da educação brasileira a partir de uma concepção política de Estado no planejamento, financiamento e gestão, em sintonia com os dispositivos constitucionais, envolvendo a gestão democrática dos sistemas, instituições e a sua autonomia. Enfim, deve contar com a garantia de condições objetivas para uma ação articulada entre a União, Estados e Municípios em prol da educação como direito social.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 10 – EDUCADORES SOCIALISTAS NA LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.K

São Paulo gasta R\$ 4 bilhões todos os anos por conta de sua dívida com a União. Essa dívida, feita durante o governo corrupto de Pitta, além de fraudulenta, é impagável. Em 2000, a dívida era de R\$ 11,3 bilhões. Depois de 13 anos o município ainda deve R\$ 54 bilhões ao governo federal, embora já tenha pagado R\$ 19,5 bilhões. Como é possível notar essa dívida não para de crescer. Por isso o SINPEEM deve defender o não pagamento desta dívida e exigir que este dinheiro seja investido diretamente nos serviços públicos, como educação, saúde, assistência social etc.

6.1.L - A sociedade do conhecimento impõe muitos desafios. Por isso, a escola não pode se limitar à transmissão de conteúdos, por mais significativos e representativos que sejam e expressem o acúmulo de conhecimento, resultante da construção coletiva da humanidade. Precisa, também, romper os limites de seus muros e incorporar o dinamismo da sociedade em todos os aspectos de sua organização social, cultural, econômica e política.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 6.1.L POR:

Diante do sistema capitalista devemos desmascarar a farsa de que vivemos numa sociedade onde o imperativo é o conhecimento, quando continua sendo a propriedade privada dos meios de produção e, conseqüentemente, a apropriação da informação e tecnologia. Por isso a escola deve extrapolar os conteúdos formais, ajudando a superar o sistema.

6.1.M - Além do domínio dos conteúdos, a escola precisa, por meio de processo democrático que permita a construção de projetos coletivos, se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora, e alargar as novas oportunidades de formação para todos.

6.1.N - A superação da crise na educação passa por ampliação da responsabilidade pública, pela garantia de direitos e pela ampliação e efetivada participação popular – elemento constitutivo da política de radicalidade democrática em todas as dimensões da vida, por contribuir na construção de novos sujeitos sociais capazes de interferir no processo transformador da sociedade. Isto será mais consistente com profundas e positivas conseqüências se os profissionais de educação e as escolas se articularem com os movimentos sociais, culturais e políticos em defesa da educação pública para todos e por mudanças políticas, sociais e econômicas.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.N:

Haddad está impondo um projeto de reorganização curricular que tem como princípio retirar direitos dos professores. O falso discurso pedagógico precede um golpe sobre os direitos conquistados pelos trabalhadores. Devemos rechaçar o projeto de Haddad.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.1.N:

Defendemos a escola pública estatal organizada pelos trabalhadores como espaço alternativo de construção de um conhecimento voltado para a transformação da sociedade capitalista.

6.1.1 – DEFENDEMOS:

1 - a construção de um sistema nacional de educação descentralizado, sem perder de vista a unidade nacional, considerando:

- a) a necessidade de um pacto federativo em torno da educação pública, gratuita, laica para todos em todos os níveis;**

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR O ITEM 1 E A LETRA a DO PARÁGRAFO 6.1.1 POR:

1 - sistema único, público, gratuito em todos os níveis, laico, com a expropriação de toda a rede privada sem indenização.

- b) a definição da composição do sistema nacional de educação e seu funcionamento, como infraestrutura, gestão, avaliação, currículo, financiamento, formação e valorização dos profissionais;**
- c) a garantia da diversidade, dentro da unidade do sistema nacional de educação;**
- d) a fixação legal de normas que facilitem a colaboração entre os sistemas federados, afastando a ingerência indevida da União e preservando a autonomia dos Estados e Municípios, quanto à organização administrativa dos sistemas e fixação dos quadros e carreiras profissionais;**

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

ACRESCENTAR APÓS A LETRA d DO PARÁGRAFO 6.1.1:

- ❖ não à reforma privatista e excludente de Haddad. As mudanças na educação devem ser feitas por aqueles que realmente atuam nas escolas. Nada de enganação com a categoria, os alunos e as famílias;
- ❖ em defesa da manutenção da EJA e do Ensino Médio na rede municipal de ensino;
- ❖ nenhum direito a menos na atribuição de aula. Garantia da Jeif para aqueles que optarem por ela;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR NO INÍCIO DA d DO PARÁGRAFO 6.1.1 A FRASE “tendo como critério a preservação de direitos e conquistas dos trabalhadores, defendemos”, FICANDO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- d) tendo como critério a preservação de direitos e conquistas dos trabalhadores, defendemos a fixação legal de normas que facilitem a colaboração entre os sistemas federados, afastando a ingerência indevida da União e preservando a autonomia dos Estados e Municípios, quanto à organização administrativa dos sistemas e fixação dos quadros e carreiras profissionais;
- e) a garantia para todos os brasileiros de condições de acesso e permanência no sistema da educação escolar, por meio da oferta do ensino público e gratuito, em todos os níveis;
- f) que seja assegurada educação básica de qualidade, contemplando o atendimento à educação infantil, ao ensino fundamental e médio, inclusive a oferta do ensino noturno regular para jovens e adultos;
- g) a instauração da escola básica produtora e transformadora das normas do saber escolástico para novos rumos do conhecer, participar e viver, buscando a superação da escola de hoje; reprodutora dos valores e ideais de desigualdade social;
- h) que seja proporcionada a educação profissional em nível técnico, mediante ampliação do ensino médio em concordância com o progresso científico-tecnológico e as necessidades do processo produtivo e suas especializações;
- i) a implantação de uma política de valorização do magistério, garantindo condições dignas de trabalho e remuneração adequada às suas responsabilidades profissionais e níveis de formação;

- j) que sejam cumpridos os dispositivos constitucionais de aplicação pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios das respectivas quotas do orçamento na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- k) a democratização dos órgãos decisórios, por meio da participação organizada dos profissionais da educação, alunos, pais, organizações comunitárias nos Conselhos Deliberativos, tendo como atribuição, inclusive, o emprego de mecanismos para o controle da aplicação de recursos destinados à rede pública de ensino;
- l) a recuperação da credibilidade social da escola pública em todos os níveis e modalidades, frente ao seu papel de produtora do saber científico e tecnológico, na estrita relação com os mundos do trabalho e da cultura;

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 3 – DEMOCRACIA E LUTA

EXCLUIR A FRASE “a recuperação da credibilidade social da escola pública em todos os níveis e modalidades” **E INCLUIR A FRASE** “campanha de defesa do papel social da escola pública em todos os níveis e modalidades”, **FICANDO A LETRA L DO PARÁGRAFO 6.1.1 COM A SEGUINTE REDAÇÃO:**

- l) campanha de defesa do papel social da escola pública em todos os níveis e modalidades, frente ao seu papel de produtora do saber científico e tecnológico, na estrita relação com os mundos do trabalho e da cultura;**
- m) a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira, obedecida as diretrizes orçamentárias e também a patrimonial no sentido do fortalecer a escola pública.

6.1.2 - ENCAMINHAMENTOS:

- a) o SINPEEM deve realizar campanhas permanentes que explicitem a necessidade de escola pública, gratuita, laica e de qualidade social, para todos, em todos os níveis;
- b) o SINPEEM deve realizar campanhas sobre a importância de as unidades discutirem e definirem seus projetos pedagógicos, de forma democrática e execução coletiva;
- c) o SINPEEM deve estimular a participação efetiva da comunidade da escola na construção do projeto político pedagógico e na gestão da escola, através do Conselho de caráter deliberativo, como maneira efetiva de produzir uma motivação e mobilização que resulta na transformação do espaço escolar num ambiente propício para o desenvolvimento do ensino/aprendizagem;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA “Conselho” AS PALAVRAS “de Escola”, FICANDO A LETRA c DO PARÁGRAFO 6.1.2 COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- c) o SINPEEM deve estimular a participação efetiva da comunidade da escola na construção do projeto político pedagógico e na gestão da escola, através do Conselho **de Escola** de caráter deliberativo, como maneira efetiva de produzir uma motivação e mobilização que resulta na transformação do espaço escolar num ambiente propício para o desenvolvimento do ensino/aprendizagem;
- d) integração entre as propostas pedagógicas para a educação infantil e para o ensino fundamental.

6.2 - DIRETRIZES E METAS DEVEM TER COMO PRINCÍPIO A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E LAICA PARA TODOS, EM TODOS OS NÍVEIS

6.2.A – Neste ano, está em processo a realização de todas as etapas anteriores à Conferência Nacional de Educação. Em São Paulo, bem como em outras cidades, foram realizadas as Conferências Municipais de Educação. Foi um processo de baixa representação da sociedade e dos profissionais de educação, embora muito se diga do reconhecimento da importância estratégica do setor, expressa em todas as manifestações realizadas no mês de junho.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.2.A

O PNE é uma política de governo que legaliza/legitima todas as medidas privatizantes adotadas pelo governo federal no campo da educação

6.2.B - Uma evidência para esta baixa participação é a constatação de que há um distanciamento e desconfiança por parte de integrantes destes movimentos que estão nas ruas, das instituições que organizam estas conferências oficiais que, pelo formato e baixa divulgação, sugere somente a intenção de cumprir calendário. E isto, fica claro com a constatação de que no momento em que foi realizada a Conferência Municipal, tramitava na Câmara Municipal a proposta de Plano Municipal de Educação (PME), encaminhada ainda no ano passado pelo governo para ser debatida pela sociedade e votada pelos vereadores. Também, no mesmo momento, o secretário Callegari, anunciava sua proposta de Reorganização Curricular e Reestruturação da Rede Escolar do Município de São Paulo. Com certeza, a dissociação da Conferência Municipal de Educação, do debate e tomada de decisão sobre Plano Municipal de Educação, reorganização curricular, reestruturação da rede de ensino é injustificável e grave erro.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.2.B:

Contra o PME, exigimos 10% do PIB já, exclusivamente para a educação pública! 30% dos recursos Municipais exclusivamente em educação.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.2.B:

As conferências governamentais, como a Conae, são imbróglis e não devemos participar. Além de termos nossos interesses distorcidos na CONAE, por fora, o Programa Mais Educação São Paulo impõe um retrocesso, pois não promove a redução no número de crianças com criação de vagas públicas diretas, aprofunda a privatização na educação infantil, com a repetência promove a exclusão dos alunos pobres e a responsabilização dos profissionais pelas mazelas do sistema (vinculação de bônus ao Ideb).

6.2.C - A proposta de PME em tramitação na Câmara Municipal, Desconsidera, parte significativa do que foi aprovado na Conferência Municipal de Educação, realizada em 2010, trata-se de um corte e cola do Plano Nacional de Educação (PNE), que vencerá a sua validade, sem sequer atingir as Metas nele contidas. Generalidade e superficialidade nas propostas ficam evidentes no que está contido nas resoluções das Conferências realizadas até o momento.

6.2.D - A proposta de universalização do atendimento na educação infantil, até 2020, não traz em nenhum momento a indicação de qual o recurso que estará disponível para isto e quando acontecerá cada uma das etapas. Não fica claro, também, como e onde serão construídas as unidades e se terão gestão pública direta.

6.2.E - O Plano Municipal de Educação (PME) do governo não atende à demanda da educação infantil ou dos alunos deficientes; não oferece condições de trabalho, salariais ou formação científica e profissionalização aos servidores. Na realidade, é constituído das medidas de austeridades, elaboradas e indicadas pelo Banco Mundial. Destacam-se: a substituição do ensino presencial por ensino a distância, as terceirizações, avaliações governamentais com vistas à quebra da estabilidade dos servidores e progressão continuada automática. Por isso, a necessidade de refutá-lo e lutar por um plano de educação constituído pelas necessidades e reivindicações dos trabalhadores, construído com independência de classe, junto à comunidade escolar.

6.2.F - Queremos que seja discutido com o governo e com a Câmara Municipal a necessidade de construção de unidades para atendimento de toda a demanda em escola pública estatal.

6.2.G - É importante que este congresso aprove a rejeição da proposta do PME do governo e, desde já, construa um forte movimento pelo PME elaborado pelos educadores e a classe trabalhadora. Vamos lutar por um plano de educação que não privilegie o setor privado. Queremos o fim dos convênios e das parcerias com a iniciativa privada.

6.2.H - Defendemos para o PME:

- a) erradicação do analfabetismo;
- b) universalização do atendimento escolar;
- c) superação das desigualdades educacionais;
- d) melhoria da qualidade de ensino;
- e) formação para o mundo do trabalho;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 3 – DEMOCRACIA E LUTA

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA “trabalho” AS PALAVRAS “e da cultura”, FICANDO A LETRA e DO PARÁGRAFO 6.2.H COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- e) formação para o mundo do trabalho e da cultura;**
- f) promoção da sustentabilidade socioambiental;
- g) promoção humanística, científica e tecnológica do Município;
- h) aplicação de recursos públicos em educação, resultantes da receita de impostos provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e da educação inclusiva;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

SUPRIMIR A LETRA h DO PARÁGRAFO 6.2.H:

- i) valorização dos profissionais de educação;
- j) difusão dos princípios da equidade e do respeito à diversidade;
- k) fortalecimento da gestão democrática da educação.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 3 – DEMOCRACIA E LUTA

ACRESCENTAR APÓS A LETRA K:

❖ **escola de nove anos: criação de espaços lúdicos pedagógicos (salas, parques, brinquedoteca, labrinq) para garantir a inclusão dos alunos, principalmente do primeiro ano escolar do ensino fundamental I.**

6.2.I - Na construção do PME devem ser considerados os seguintes itens:

- a) ter como referência o os censos mais atualizados da educação básica na data da publicação desta lei;
- b) avaliação periódica sobre a ampliação progressiva do investimento público em educação;
- c) regime de colaboração entre União, Estado e Município;
- d) educação escolar indígena, considerando os territórios etnoeducacionais, e de estratégias que levem em conta as especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade, promovendo a consulta prévia e devolutiva a essas comunidades;
- e) o atendimento às necessidades específicas da educação especial;
- f) a gestão democrática da educação;
- g) o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do município deverão ser formulados de modo a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME.

6.3 - UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EM TODAS AS ETAPAS E MODALIDADES DO ENSINO SÃO DE INTERESSE DE TODOS OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

6.3.A - A universalização do atendimento escolar da população de quatro e cinco anos de idade até 2016 e a ampliação da oferta de educação infantil de forma a atender a 60% da população de até três anos foi alçada à condição de Meta 01 do PME.

6.3.B - O SINPEEM deve lutar pelo atendimento a 100% da demanda dos CEIs e da população de quatro a cinco anos de idade na rede pública direta, com servidores concursados.

6.3.C - O município procura estratégias para o atendimento à demanda de educação infantil usando sua rede de forma dúbia e prejudicial às crianças e aos educadores. Quer universalizar o atendimento por meio de convênios. Não concordamos.

6.3.D - O governo apresentou como metas do PME a universalização do acesso ao ensino fundamental de nove anos para 95% da população de seis a 14 anos de idade e universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos.

6.3.E - Verifica-se, portanto, que a universalização continua sendo um dos maiores desafios para reduzir a desigualdade educacional. Ao mesmo tempo, a solução deste problema tem servido como justificativa para a adoção de medidas “privatistas”, que transformam o direito à educação em mercadoria, oferta de serviço não exclusivo do Estado, sujeito à especulação mercantil.

6.3.F - Atualmente, cerca de dois terços das unidades de educação infantil estão nas mãos de organizações sociais, revelando o caráter privatista da política educacional em São Paulo. Isso tem de mudar.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.3.F:

A construção de unidades de educação infantil é uma necessidade. Mas não aceitaremos que os CEIs e Emeis construídos sejam repassados à iniciativa privada. A ampliação de vagas deve ser na rede direta, com o Estado assumindo seu papel.

6.3.G - O SINPEEM, dando consequência à campanha contra a privatização, luta pelo fim dos convênios dos CEIs terceirizados e que a Prefeitura assuma a sua administração. A terceirização do Quadro de Apoio também deve ser incorporada à campanha contra a privatização. O SINPEEM exige o fim das terceirizações na educação e concurso imediato para o Quadro de Apoio.

6.3.H - Ter como objetivo o retorno dos CEIs indiretos para o controle da Prefeitura e a ampliação da rede física para o atendimento à demanda na educação infantil e em toda a educação básica e superior é a efetivação da universalização do direito à escola pública, princípio que deve estar expresso no PME.

6.3.I - Para isso, é necessária uma ação planejada, com fixação de metas e suas etapas. Propomos, desde já, que sejam realizados debates, além da confecção de cartazes e outros materiais que contribuam para o esclarecimento e a mobilização da categoria, em defesa da educação infantil pública, laica e gratuita.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.3.I:

O SINPEEM deve avaliar a cada reunião de representantes o cumprimento ou não do encaminhamento e corrigir os rumos quando necessário.

6.3.J - O Plano Municipal de Educação que defendemos tem de ser fundamentado em princípios, diretrizes gerais, metas e ações de caráter político-educacional e pedagógica. Não pode, de forma alguma, dissociar os objetivos a serem alcançados pelo sistema das condições necessárias para o seu alcance. A formação e a valorização profissional, a organização do ensino e a qualidade desejada, bem como os recursos imprescindíveis para o seu funcionamento não podem ser relegados a matérias secundárias ou ausentes do PME.

6.3.K - O compromisso com a escola pública, gratuita, laica, para todos, em todos os níveis, deve ser encarado como marco diferenciador na elaboração do PME. Este objetivo, aprovado pela categoria, nos situa em campo oposto ao das organizações não governamentais, que defendem a escola pública como direito, sem que, obrigatoriamente, seja estatal, fortalecendo os convênios, a terceirização e a privatização da educação.

6.3.1 - CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS GERAIS DO SINPEEM

6.3.1.A - Para o SINPEEM, a educação assume a característica democrática na medida em que busca conjugar a dimensão individual e social das pessoas. Não é possível um desenvolvimento pleno da pessoa se não forem tratadas ambas as dimensões.

6.3.1.B - Na medida em que a educação forma para o trabalho (saber técnico), para a intercomunicação (diálogo intercultural/saber social) e para o exercício do poder (saber político), contribui para o desenvolvimento da dimensão social do sujeito e o prepara para sua realização social. Nosso sindicato, apoiado nas discussões e deliberações nas suas instâncias defende:

1 - A EDUCAÇÃO – como direito constitucional de todo cidadão, seja ele criança, jovem ou adulto.

2 - ESCOLA - instituição social que possibilita o acesso à cultura, nas suas múltiplas manifestações, concebida para a formação do cidadão, do qual distinguimos os interesses da classe trabalhadora na disputa por igualdade de condições, o que exige:

a) compreensão crítica do mundo - a superação de estereótipos e preconceitos e fundamentada nos princípios dos direitos humanos:

1. dignidade humana;
2. igualdade de direitos;
3. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
4. laicidade do Estado;
5. democracia na educação;
6. transversalidade, vivência e globalidade; e
7. sustentabilidade socioambiental.

b) articulação entre os interesses da sociedade e do indivíduo, o considerando como membro da comunidade;

- c) formação intelectual, física, ética, estética, técnica e de opinião;
- d) unidade e integração entre o conhecimento, o trabalho e as práticas sociais;
- e) equilíbrio entre formação geral e formação profissional, não subordinada aos interesses do mercado;
- f) direito de greve;
- g) reconhecimento e proteção aos direitos.

6.3.2 - ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E LAICA: DIRETRIZES GERAIS PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL DEFENDIDAS PELO SINPEEM

6.3.2.A - Para o SINPEEM, a escola que devemos defender é de responsabilidade do Estado (poder público), com acesso a todos, sem discriminação ou privilégio, não excludente, não segregacionista e possui gestão democrática. É ela o espaço de compreensão e crítica da sociedade vigente. Assim sendo, deve, neste sentido, contribuir para a superação de estereótipos e preconceitos produzidos, principalmente numa sociedade de classes, na qual as diferenças são estilizadas para fomentar a exclusão social. A escola deve, também, fazer uma autocrítica como produtora dos valores da sociedade.

6.3.2.B - Esta escola deve ser financiada e mantida pelo poder público, em todos os graus, níveis e modalidades de ensino. A exclusividade da aplicação da verba pública para a escola pública deve ser inegociável.

6.3.2.C - Esta escola e educação têm, obrigatoriamente, caráter científico e democrático, independentemente de credo e da religião.

6.3.2.D - A aplicação dos princípios e diretrizes educacionais que o SINPEEM defende visa à democratização do acesso e da permanência na escola e a urgente necessidade da elevação da qualidade de ensino, com a valorização de seus profissionais.

6.3.3 – PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA EM TODOS OS NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO, DEFENDEMOS:

- a) aumento do número de vagas nos diversos programas e serviços, segundo prioridades estabelecidas;
- b) realização de estudos periódicos da demanda por região e adequação da rede para o seu atendimento integral;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA “integral” A FRASE “inclusive com a integração com outros serviços públicos como na área da cultura, esporte etc., FICANDO A LETRA b DO PARÁGRAFO 6.3.3 COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- b) realização de estudos periódicos da demanda por região e adequação da rede para o seu atendimento integral, inclusive com a integração com outros serviços públicos como na área da cultura, esporte etc.;**
- c) vinculação do atendimento à demanda de acordo com as características de povoamento da região;
- d) vinculação de autorização para a construção de conjuntos habitacionais à construção de Centros de Educação Infantil (CEIs), Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis), de Ensino Fundamental (Emefs) e de Ensino Fundamental e Médio (Emefms);
- e) redução dos índices de repetência e evasão, buscando a eliminação de ambos, com efetivo atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem, abrangendo não só aspectos cognitivos, mas de apoio às áreas de saúde física e mental, com projetos especiais em todas as unidades educacionais.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA e DO PARÁGRAFO 6.3.3:

- ❖ **descentralização da matrícula da EJA.**

6.4 - EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE SOCIAL

6.4.A - A escola de qualidade social que defendemos tem como centro do processo educativo o estudante e a aprendizagem, o que pressupõe atendimento aos seguintes requisitos:

- a) revisão das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela;
- b) consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade;
- c) foco no projeto político-pedagógico, no gosto pela aprendizagem e na avaliação das aprendizagens como instrumento de contínua progressão dos estudantes;

- d) inter-relação entre organização do currículo, do trabalho pedagógico e da jornada de trabalho do professor, tendo como objetivo a aprendizagem do estudante;
- e) preparação dos profissionais da educação, gestores, professores, especialistas e o quadro de apoio à educação;
- f) compatibilidade entre a proposta curricular e a infraestrutura entendida como espaço formativo dotado de efetiva disponibilidade de tempos para a sua utilização e acessibilidade;
- g) integração dos profissionais da educação, dos estudantes, das famílias, e da comunidade;
- h) valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência, remuneração compatível com a jornada de trabalho definida no plano de cargos, carreiras e salários;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA h DO PARÁGRAFO 6.4.A:

- ❖ **investidura em todos os cargos da carreira por meio de concursos de provas e títulos.**
- i) realização de parceria com órgãos, tais como os de assistência social e desenvolvimento humano, cidadania, ciência e tecnologia, esporte, turismo, cultura e arte, saúde, meio ambiente.

6.4.1 - MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO

6.4.1.A - Defendemos a educação pública de qualidade social, que implica em garantir a promoção e a atualização histórico-cultural em termos de formação sólida, crítica, criativa, ética e solidária, em sintonia com as políticas públicas de inclusão, de resgate social e do mundo do trabalho.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 6.4.1.A POR:

A educação deve estar vinculada à produção social. O sistema capitalista separa teoria e prática. O ensino é repetitivo, sem qualquer ligação com a realidade. Por isso, para materializar a relação entre prática e teoria, a educação deve estar ligada à produção: nenhum jovem fora da escola e sem emprego: quatro horas para estudo e quatro no trabalho.

6.4.1.B - Defendemos a escola pública estatal organizada pelos trabalhadores como espaço alternativo de construção de um conhecimento voltado para a transformação da sociedade capitalista fundada na desigualdade social, que submete a imensa maioria social a exploração e a miséria.

6.4.1.C - Para isso, entendemos que são necessários:

- a) realização periódica de reorientação curricular, com redefinição dos conteúdos, reorganização do trabalho pedagógico e organização do ensino, com a participação efetiva dos profissionais de educação e da comunidade, salvaguardando os diferentes papéis e responsabilidades;
- b) formação continuada dos profissionais de educação dos CEIs, Emeis, Emefs, Emefms e Emebs, com garantia de igualdade de oportunidades, por meio de cursos de graduação e/ou pós-graduação oferecidos por universidades públicas, em convênio com a SME, e de acordo com a opção de curso feita pelo profissional de educação, bem como a oferta de licença remunerada para realização de pós-graduação;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA b DO PARÁGRAFO 6.4.1.C:

❖ **garantia da entrada direta no mestrado e no doutorado pelos professores do ensino público em universidades públicas, em todas as áreas do conhecimento.**

- c) aprimoramento do material didático;
- d) desenvolvimento de projetos culturais, artísticos, esportivos e outros;
- e) efetiva participação do Conselho Tutelar nas escolas, com visitas periódicas de maior intensidade, criando um canal maior de contato e comunicação com as unidades escolares, como também melhor formação dos conselheiros para atender aos princípios de uma escola democrática, laica, inclusiva e de qualidade social;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

SUPRIMIR A LETRA e DO PARÁGRAFO 6.4.1.C

- f) ampliação do quadro de funcionários com formação em serviço social e psicologia, disponíveis nas Varas de Infância e Juventude;

- g) reuniões de polos das unidades escolares, no mínimo, a cada trimestre, para troca de experiências e melhor sintonia entre as unidades e as DREs;
- h) condições de trabalho em todas as escolas e para todos os profissionais de educação;
- i) cobertura de todas as quadras escolares.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 3 – DEMOCRACIA E LUTA

ACRESCENTAR NO FINAL DA LETRA i A FRASE “A SME deverá fornecer EPC e protetor solar até a cobertura da quadra”, FINCADO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- i) **cobertura de todas as quadras escolares. A SME deverá fornecer EPC e protetor solar até a cobertura da quadra**

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 3 – DEMOCRACIA E LUTA

ACRESCENTAR APÓS A LETRA i:

PROPOMOS :

- ❖ **que as DREs organizem encontros bimestrais com os Conselhos Tutelares, juízes e direções das escolas, representantes de professores para encaminharem procedimentos comuns;**
- ❖ **cursos de formação voltados ao tema;**
- ❖ **melhoria das condições de trabalho e de salários;**
- ❖ **organização de uma marcha com pais, alunos e professores denunciando e apontando soluções para a questão.**

6.4.2 - GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA EDUCACIONAL E DA ESCOLA É IMPRESCINDÍVEL

6.4.2.A - Para o SINPEEM, a escola, palco privilegiado para o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem, cumprirá seu papel tanto quanto mais intenso for o processo democrático de tomada de decisões, no exercício pleno de sua autonomia.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.4.2.A:

O SINPEEM também deve ser um espaço democrático. É necessário que sua organização interna seja estruturada para que os associados tenham direito à voz e o espaço adequado para debater e organizar a luta em defesa da categoria. Propomos que o SINPEEM: realize as reuniões de representantes descentralizadas nas regiões. Reabra imediatamente as subsedes. Faça prestação detalhada das finanças do sindicato. Respeite a pluralidade de ideias existente na entidade, sendo um espaço com liberdade para as diferentes correntes de opinião. Combata a burocratização do SINPEEM. Garanta a independência em relação aos governos. Seja livre de práticas personalistas.

6.4.2.B - Para que tenhamos, de fato, educação com qualidade social é preciso enfatizar a necessidade de democratizar a gestão da educação e das instituições educativas, garantindo a participação de estudantes, funcionários, pais, professores, gestores, funcionários e comunidade local na definição e realização das políticas educacionais, de modo a estabelecer o pleno funcionamento dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação coletiva da área educacional para todas as instituições educativas e sistemas de ensino.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 10 – EDUCADORES SOCIALISTAS NA LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.4.2.B:

Nosso sistema político de forma geral se organiza a favorecer a desvinculação entre representantes e representados e nos sindicatos não é diferente. Entre os diversos mecanismos que funcionam neste sentido está a remoção do representante de seu lugar de origem, em meio a base que representa, e sua cristalização na função de representante, distante da realidade de onde veio. Se faz necessário garantir que este vínculo entre representante e representados não se perca, limitando a quantidade de vezes que um representante pode ser reeleito consecutivamente à direção do sindicato a somente uma. Desse modo ele sempre retornará ao seio da realidade que o gerou, contribuindo para combater o burocratismo sindical.

6.4.2.C – Neste sentido, são necessárias as seguintes ações:

- a) controle e fiscalização das receitas destinadas à educação, com a participação efetiva das entidades de classe e da comunidade escolar;**
- b) fortalecimento dos Conselhos;**

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

**ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA “Conselhos” AS PALAVRAS “de Escola e dos CEIs”,
FICANDO A LETRA b DO PARÁGRAFO 6.4.2.C COM A SEGUINTE REDAÇÃO:**

- b) fortalecimento dos Conselhos de Escolas e dos CEIs;**
- c) criação e fortalecimento dos grêmios;
- d) enfrentamento à violência por meio da participação da comunidade escolar, assim como a apropriação da escola como espaço público e político em disputa.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

**ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA “disputa” A FRASE “e também exigir dos governos
uma política que ofereça aos jovens cultura, lazer, esporte etc. em equipamentos públicos”,
FICANDO A LETRA d DO PARÁGRAFO 6.4.2.C COM A SEGUINTE REDAÇÃO:**

- d) enfrentamento à violência por meio da participação da comunidade escolar, assim como a apropriação da escola como espaço público e político em disputa e também exigir dos governos uma política que ofereça aos jovens cultura, lazer, esporte etc. em equipamentos públicos.**

6.4.3 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM PARA A GESTÃO ESCOLAR

6.4.3.A - Para que a gestão democrática realmente ocorra, a prática do assédio moral deve ser extinta do cotidiano de nossas escolas. Propomos a divulgação de cartilha que denuncie a prática do assédio moral na rede municipal de ensino, contendo medidas legais para enfrentá-lo.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 10 – EDUCADORES SOCIALISTAS NA LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.4.3.A:

A cidade de São Paulo é imensa e diversa. É necessário que o sindicato esteja presente e atuante em diversos pontos da cidade, organizando e permitindo a participação de todos os seus membros, em reuniões realizadas em locais mais próximos das unidades de ensino e que permitam uma real e qualificada participação de todos. Cumprindo o estatuto do sindicato é necessário reabrir as subsedes do Sinpeem, para garantir que o sindicato esteja presente em cada região da cidade, próximo da categoria, com capacidade de pensar e atuar nas questões locais e articular toda a categoria para as questões globais.

6.4.4 - DEFENDEMOS:

- a)** gestão coletiva, com efetivo funcionamento do Conselho de Escola como espaço de articulação do projeto pedagógico, de formação e implementação dos Conselhos Regionais de Gestão Participativa na Educação;
- b)** incentivo, respeito e compromisso à organização e representação de estudantes, profissionais da educação, funcionários e pais de alunos;
- c)** ampliação das condições de participação da comunidade na vida da escola;
- d)** aprimoramento dos canais de comunicação e livre circulação de informações das escolas entre si; entre as escolas e SME; entre as escolas e outras instâncias, com uso das novas tecnologias de informação e comunicação;
- e)** Conselho Municipal de Educação com estrutura e composição democrática, com participação e representação de todos os segmentos da sociedade envolvidos com a educação e o processo eletivo;
- f)** autonomia da escola na elaboração, execução e avaliação de planos e projetos, respeitados os princípios e diretrizes do Plano Municipal de Educação e garantido seu acompanhamento por órgãos competentes de representação, inclusive do corpo docente, dos educandos e da população organizada;
- g)** atuação prioritária da comunidade no Conselho de Escola, implementando um conselho deliberativo e democrático;
- h)** realização de um amplo trabalho de divulgação, formação e conscientização da importância de gestão democrática, envolvendo os profissionais de educação, pais e alunos;
- i)** garantia de espaço físico e de materiais para as reuniões das Associações de Pais e Mestres (APMs), Conselhos e Grêmios Estudantis.

6.5 - POLÍTICA PERMANENTE DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

6.5.A - As mudanças ocorridas até o momento na organização do ensino e funcionamento das unidades escolares, exigem atualização dos direitos, da composição do quadro e direitos dos profissionais de educação.

6.5.B - A organização do ensino fundamental com duração de nove anos e a iniciação da criança aos seis anos de idade provocam alterações quanto à formação da quantidade de turmas em três ciclos, com consequências diretas no módulo das unidades e na inclusão dos docentes na Jornada Especial Integral de Formação (Jeif).

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – OPOSIÇÃO DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.5.B:

Com o ensino fundamental de nove anos, os professores especialistas serão prejudicados com perda de aulas até 2017. A sobrecarga do trabalho docente tende a crescer, com preenchimento de relatórios, orientação de TCC, recuperação paralela (também nas férias), além da pressão por metas do Ideb. A avaliação do “sistema de ensino”, entendido também como avaliação do professor e da direção das escolas também integra essa reforma.

6.5.C - A redução de turnos é outra medida que também teve impacto na organização da escola e também na vida funcional dos profissionais de educação, principalmente dos docentes.

6.5.D - Para compatibilizar estas mudanças com os direitos profissionais, defendemos:

- a) investidura na carreira por concurso público de provas e títulos, de ingresso e de acesso, para as classes que compõem as carreiras que integram o Quadro dos Profissionais de Educação;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA a DO PARÁGRAFO 6.5.D POR:

- ❖ **estabilidade a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho;**
- b) remuneração compatível com a responsabilidade e importância estratégica do serviço público e da educação;
- c) piso salarial, no início da carreira e para a menor jornada de trabalho, nunca inferior ao valor do salário mínimo calculado pelo Dieese;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA c DO PARÁGRAFO 6.5.D:

❖ **piso salarial igual ao salário mínimo vital;**

- d) valorização do tempo de serviço e combinação deste com títulos como componente para enquadramento por evolução;
- e) progressão salarial na carreira, por incentivos que contemplem titulação, experiência, participação em projetos e programas, atualização e aperfeiçoamento profissional;
- f) pisos por cargo, classes, jornadas e desenvolvimento nas carreiras.
- g) Jornada Especial de Formação Integral como jornada do cargo para os optantes;
- h) composição da Jeif com hora/aula destinada às atividades constantes dos projetos;
- i) direito à Jeif para todos que por ela optarem.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA i DO PARÁGRAFO 6.5.D:

❖ **pela incorporação da Jeif ao final da carreira.**

6.5.1 - POLÍTICA PERMANENTE DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

6.5.1.A - A formação permanente sobre responsabilidade do ente empregador, portanto a SME, é uma necessidade e reivindicação do SINPEEM. Lei de 2012, de autoria do então vereador e presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, sancionada pelo Executivo, estabelece os princípios e diretrizes para a formação continuada dos profissionais de educação. No entanto, esta lei tem de ser aplicada.

6.5.2 - DEFENDEMOS:

- a) cumprimento pela Prefeitura da lei que estabelece os princípios e diretrizes para a formação dos profissionais de educação (docentes, gestores e Quadro de Apoio);
- b) criação do Centro Municipal de Formação da SME e do programa de formação continuada nas modalidades presencial e a distância, com o objetivo de melhorar a qualificação e habilitação profissional na educação; formação continuada para os educadores em entidades públicas, com a garantia da dispensa de ponto para formação, afastamento remunerado para cursos, mestrado e doutorado;

- c) para a constituição da Jeif, computar não só as aulas/classes atribuídas para regência (25 horas/aula), mas também as turmas de reforço e recuperação, de treinamento esportivo e de iniciação teatral, musical, dança, entre outros; garantia de inclusão na Jeif para todos que por ela optarem;

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ALTERAR A PALAVRA “Jeif” PELA FRASE “jornadas de trabalho escolhidas pelos professores”, FICANDO A LETRA c DO PARÁGRAFO 6.5.2 COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- c) para a constituição da Jeif, computar não só as aulas/classes atribuídas para regência (25 horas/aula), mas também as turmas de reforço e recuperação, de treinamento esportivo e de iniciação teatral, musical, dança, entre outros; **garantia de inclusão nas jornadas de trabalho escolhidas pelos professores para todos que por ela optarem;**
- d) criação da função de professor formador, nos moldes do professor de acompanhamento e inclusão (Paai), nos Centros de Formação da SME, no âmbito regional, em processo seletivo interno, com critérios objetivos de seleção, buscando ampliar o campo de atuação na rede municipal de ensino e o aproveitamento das experiências e o conhecimento acumulado;
- e) prover a formação dos profissionais de educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica;
- f) assegurar programas permanentes e regulares de formação continuada para aperfeiçoamento profissional, inclusive em nível de pós-graduação;
- g) utilizar as horas adicionais e atividades das jornadas, bem como parte das jornadas dos gestores e dos demais profissionais de educação para a formação profissional e programas de incentivo à cultura geral;
- h) vinculação de um terço da J-30 e da JBD para formação;
- i) formação continuada para o uso das tecnologias pelos educadores;
- j) combater as avaliações institucionais; que os trabalhadores em educação construam os seus instrumentos de avaliação e os use para uma concepção de educação que atenda às reivindicações dos trabalhadores;
- k) um quarto da jornada dos gestores e do Quadro de Apoio para formação.

6.5.3 - AVALIAÇÕES DESVINCULADAS DE BÔNUS E PRÊMIOS

6.5.3.A - Para o SINPEEM, avaliações permanentes são próprias e da natureza do processo educativo. No entanto, não podem desconsiderar a interdependência entre o trabalho do profissional de educação e o funcionamento geral do sistema de ensino. Portanto, devem ser compreendidas como um processo global e permanente de análise de atividades, a fim de proporcionar ao profissional de educação análise de sua prática, percebendo seus pontos positivos e visualizando caminhos para a superação de suas dificuldades, possibilitando seu crescimento profissional, e, ao sistema de ensino, indicadores que permitam o aprimoramento do processo educativo.

6.5.3.B - Hoje, as avaliações institucionais servem para a desregulamentação das obrigações do Estado, que pouco se preocupa em dar condições para, de fato, enxergar a realidade da educação pública e melhorá-la. Mas utiliza a avaliação externa para premiar e punir tanto escolas como profissionais, em especial com a política de bônus. A avaliação do aluno é usada como o único indicativo da qualidade do ensino, desconsiderando vários fatores da realidade educacional.

6.5.3.C - O processo avaliativo deve ser instrumento dos profissionais de educação, considerando os projetos e o plano de ensino desenvolvido na unidade escolar. A avaliação é parte deste processo que ocorre nas unidades escolares e é totalmente ignorado pelos órgãos superiores. Estes só se preocupam com os resultados das avaliações institucionais. Tais avaliações são utilizadas como medida e competição entre unidades, DREs etc.

6.5.3.D - O SINPEEM deve ser contra todas as avaliações externas e internas que existem institucionalmente em níveis federal e municipal (avaliação de desempenho).

6.5.3.E - O SINPEEM defende que todo processo de avaliação deve considerar:

- a) as dimensões intra e extraescolares de maneira articulada, na efetivação de uma política direcionada à garantia de educação de qualidade para todos;
- b) que a construção de uma educação de qualidade deve levar em conta a dimensão socioeconômica e cultural, uma vez que o ato educativo se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social, de heterogeneidade e pluralidade sociocultural, que repercutem e também se fazem presentes nas instituições educativas;
- c) a necessidade de condições para a oferta de um ensino de qualidade social;
- d) o reconhecimento de que a qualidade da educação para todos, entendida como qualidade social, implica em garantir a promoção e a atualização histórico-cultural em termos de formação sólida, crítica, ética e solidária, em sintonia com as políticas públicas de inclusão, de resgate social e do mundo do trabalho;
- e) os processos educativos e os resultados dos estudantes para uma aprendizagem mais significativa resultam de ações concretas, com o objetivo de democratizar os processos de organização e gestão, das práticas curriculares, dos processos formativos, do planejamento pedagógico, dos processos de participação, da dinâmica da avaliação e, portanto, do sucesso escolar dos estudantes.
- f) as relações entre número de estudantes por turma, estudantes por docentes e estudantes por funcionários como aspectos importantes e condições para a oferta de educação de qualidade;

- g) que o financiamento público é fundamental para estabelecer condições objetivas de oferta de educação de qualidade e para implementar educação básica que respeite a diversidade;
- h) a livre organização sindical e estudantil garantida;
- i) a satisfação e o engajamento ativo dos diferentes segmentos e, sobretudo, do estudante e do professor, no processo ensino/aprendizagem como fator de fundamental importância para a melhoria do desempenho escolar e para o sucesso na escola;
- j) apoio técnico e financeiro, por parte da Prefeitura, destinado a melhorar as condições de trabalho e a erradicar e prevenir a incidência e/ou reconhecimento de doenças profissionais;
- k) aplicação integral dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, além de outros destinados por lei à educação.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA K DO PARÁGRAFO 6.5.3.E:

A criação do Ideb pelo Ministério da educação tem sido um instrumento fundamental de pressão sobre as escolas e seus profissionais, com o mesmo argumento de ineficiência avançam nas terceirizações e parcerias com a iniciativa privada e ONGs.

6.5.3.F - Considerando que nenhum desses critérios apresentados é usado nas avaliações externas, que não é por falta de informação sobre os problemas enfrentados pela educação que os governos não realizam ações para dar condições de trabalho, o SINPEEM impulsiona o boicote organizado, com campanha de esclarecimento e convocação dos profissionais de educação para não aplicarem nem colaborarem com os processos de avaliação institucional.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.5.3.F:

Para que essa posição adotada em 2012 saia do papel, a cada reunião de representantes deveremos realizar um balanço das ações relativas a este ponto, para eventualmente adotar as medidas que corrijam os rumos.

6.6 - ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

6.6.A - O debate sobre a qualidade do ensino público não pode ficar reduzido ao desempenho dos alunos em avaliações externas. Sabemos que as novas gerações estão diariamente expostas ao excesso de informação e com acesso a diferentes mídias. A escola precisa se adequar e responder aos desafios que estão postos pelo mundo do conhecimento e das novas tecnologias.

6.6.B - Não há como discutir a qualidade da educação se não discutirmos as condições estruturais, como a redução do número de alunos por sala, a relação de adulto/criança, as condições físicas e os recursos materiais necessários para garantir uma educação, de fato, de qualidade.

6.6.C - Não pode, de forma alguma, se submeter aos argumentos superficiais daqueles que identificam a organização do ensino em ciclos e a progressão continuada como responsáveis pelo fracasso escolar e baixa qualidade da educação.

6.6.D - A organização do ensino em ciclos está, necessariamente, ligada à concepção de escola democrática, que respeita as diferenças culturais, étnicas sociais e econômicas. Portanto, defensável pelos profissionais de educação.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.6.D:

O que ocorre, de fato, na rede não é organização do ensino em ciclos, e sim a promoção automática. Nos últimos anos as escolas fecham os resultados muito antes do encerramento do ano letivo. Não à promoção automática, ciclos que levem em consideração o número de alunos por sala, condições de atendimento à inclusão, condições de trabalho, com espaços pedagógicos adequados e amplo debate com os profissionais em educação.

6.6.E - Consideramos que a organização do ensino em ciclos e a progressão continuada e teórica são funcionalmente necessárias e podem ter excelentes resultados, desde que:

- a)** seja efetivado um trabalho político-pedagógico e administrativo sistemático que favoreça a real implantação do ciclo;
- b)** seja estabelecido como princípio a qualidade social da educação, priorizando as relações humanizadas, sustentáveis e solidárias;
- c)** seja realizada a reorganização curricular, tendo em vista a organização em ciclos e as diferentes etapas de desenvolvimento da capacidade de aprendizagem dos alunos;
- d)** os laboratórios de informática sejam mantidos e equipados adequadamente com número de computadores e Poies em proporção ao número de alunos, salas e turnos das unidades escolares;
- e)** sejam efetivadas ações planejadas de formação continuada, a ser realizada pela DOT/DRE para os profissionais de educação envolvidos com o ensino fundamental, visando à compreensão de como atuar nos ciclos;
- f)** sejam realizadas reuniões/seminários, considerando-os como dia letivo, para realizar a avaliação do projeto pedagógico da unidade, os resultados alcançados e as alterações necessárias;

- g)** sejam garantidos meios, espaço, material e profissionais de educação para o acompanhamento individualizado dos alunos, principalmente daqueles com dificuldade e aprendizagem, e que as classes dos 1º, 2º e 3º anos do ciclo I sejam adaptadas, aparelhadas com mobília e material pedagógico especiais de alfabetização para esses alunos;
- h)** que o SINPEEM, discutindo com profissionais de educação, elabore os eixos norteadores da estrutura e funcionamento dos ciclos;
- i)** seja realizada a avaliação contínua e diagnóstica acompanhada das condições necessárias para executar atividades que permitam aos alunos superar dificuldades, sem promoção automática e com direito à recuperação paralela;
- j)** na estruturação dos ciclos seja considerado como ponto de referência o desenvolvimento do aluno e não a organização dos conteúdos;
- k)** seja considerado o princípio de progressão do aluno em contraposição às ideias de promoção automática ou de promoção/retenção;
- l)** seja garantido o acesso ao conhecimento através da formação de equipes multidisciplinares que trabalhem aspectos que interferem no processo ensino/aprendizagem;
- m)** seja assegurada a realização de recuperação paralela dos educandos com defasagem de aprendizagem, desenvolvida por professores remunerados para tal fim e integrada ao projeto pedagógico da escola;
- n)** seja feito planejamento ajustado à organização do ensino por ciclos e não por série, de acordo com as necessidades de aprendizagem dos alunos;
- o)** haja módulo de professores por unidade escolar redefinido para assegurar a execução dos trabalhos de apoio e reforço de aprendizagem;
- p)** seja feito registro permanente do processo educativo e de ensino/aprendizagem e avaliação coletiva e global no final de cada ciclo;
- q)** seja feita avaliação coletiva que abranja todos os envolvidos no processo educacional e todos os aspectos que interferem no aproveitamento dos alunos e os resultados definam ações e graus de responsabilidades dos envolvidos, no processo de ensino/aprendizagem;
- r)** sejam considerados na avaliação do aluno todos os aspectos do seu desenvolvimento: conhecimento, socialização, formação de valores e habilidades cognitivas;
- s)** a avaliação externa não seja considerada instrumento para identificar fracassos, mas usada para identificar as necessidades da escola para superar as desigualdades nas condições de aprendizagem dos alunos;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA s DO PARÁGRAFO 6.6.E:

❖ **contra qualquer avaliação institucional externa;**

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

SUPRIMIR A LETRA s DO PARÁGRAFO 6.6.E

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

SUPRIMIR A LETRA s DO PARÁGRAFO 6.6.E

- t) o ensino possibilite o conhecimento crítico de múltiplas abordagens teóricas;
- u) o ensino possibilite às crianças, adolescentes, jovens e adultos desenvolver e expandir o interesse pela cultura;
- v) o ensino respeite a individualidade do aluno, estimulando-o a colocá-la a serviço da sociedade e a desenvolver, conscientemente, a disciplina individual e a disciplina coletiva, no sentido da responsabilidade pessoal e social, visando ao exercício pleno da cidadania;
- w) garantir que haja um módulo diferenciado para as escolas especiais, não em função do número de salas, mas em razão da diversidade do atendimento prestado nas unidades escolares: surdos-cegos, surdos deficientes múltiplos, surdos cadeirantes, entre outros, objetivando o atendimento às suas necessidades e melhor desenvolvimento do aluno.

6.6.1 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) que o SINPEEM vincule a defesa dos ciclos à cobrança para que governo ofereça todas as condições materiais, formação e valorização dos profissionais de educação;
- b) que o SINPEEM realize lutas para que o governo adapte a estrutura de todas as escolas à organização do ensino em ciclos;
- c) criação de espaços lúdicos pedagógicos (salas, parques, brinquedoteca, labrinq) para garantir a inclusão dos alunos;

- d) que o SINPEEM defenda e lute para que o governo ofereça cursos para todos os profissionais de educação;
- e) criação da função de professor orientador educacional, com formação em Pedagogia, ampliando o módulo da unidade escolar, cujo o escopo do trabalho passe pelo apoio pedagógico, por identificar dificuldades de aprendizagem que auxilie e oriente os estudos, adotando os devidos encaminhamento, a fim de reaproximar o estudante do convívio e práticas escolares.

6.6.2 - PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS INTEGRADOS E DEFINIDOS COLETIVAMENTE

6.6.2.A - Alguns programas que poderiam ter bons resultados fracassam por serem lançados casuisticamente ou por intenção de se tornarem marcas de governos e não como política de Estado. Padecem ainda de não serem construídos coletivamente e com base nas experiências dos profissionais de educação.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – OPOSIÇÃO DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.6.2.A:

A atual reforma propõe alteração da grade curricular privilegiando a integração disciplinar. Desvaloriza o processo de construção do conhecimento científico em prol de um currículo que desenvolva o “conhecimento reflexivo, valorativo e crítico”. Assim, culpabiliza a fragmentação curricular pelos baixos desempenhos dos alunos e não as condições estruturais e históricas do fracasso escolar. A possibilidade de 5 retenções ao longo do ensino fundamental ignora a luta histórica pelo acesso permanência na escola pela classe trabalhadora e desconsidera questões fundamentais de aprendizagem, estrutura do sistema escolar e a ausência de condições de trabalho necessárias à uma educação de qualidade. Responsabiliza alunos, pais e professores pelo insucesso da aprendizagem.

Em relação ao conhecimento, o mesmo é intencionalmente negado aos alunos da escola pública nesta reforma. À classe trabalhadora, portanto, será oferecido apenas um conhecimento genérico, interdisciplinar e por meio de “projetos” elaborados pela SME.

6.6.2.B - O SINPEEM defende que os programas devem ser integrados e considerem a realidade, os objetivos e as metas a serem alcançadas. Defende, também, que devem ser construídos, executados e avaliados coletivamente.

6.6.2.C - A Secretaria Municipal de Educação e os órgãos afins devem atuar integrando:

- a) os programas que compõem o Plano Municipal de Educação; que atendam aos interesses dos trabalhadores;
- b) a escola e a comunidade;
- c) as modalidades e níveis de ensino, ciclos e séries;

- d) as disciplinas/atividades;
- e) a programação regular e os projetos específicos;
- f) as formações geral e profissional;
- g) os alunos com necessidades educativas especiais e demais alunos, nos diferentes graus, níveis, séries e modalidades de ensino;
- h) a relação entre os princípios e diretrizes comuns e as especificidades de cada serviço, escola, localidade, contexto e situação;
- i) o ordenamento graduado e inter-relacionado do ensino, em ciclos, articulado horizontal e verticalmente, prevendo-se mecanismos democráticos de passagem de um ao outro;
- j) a superação da fragmentação entre atividades e componentes curriculares, atendendo às características e métodos próprios de cada área do conhecimento.

6.6.3 - AÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS NECESSÁRIAS PARA A ESCOLA E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

6.6.3.A - Para que o sistema municipal de ensino e a escola cumpram integralmente seu papel na oferta de educação de qualidade social, o SINPEEM defende a necessidade de algumas condições. Entre elas:

- a) realização da reforma administrativa na SME que lhe garanta autonomia na execução do orçamento da educação;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

SUPRIMIR A LETRA a DO PARÁGRAFO 6.3.3.A

- b) orçamento participativo: a gestão da receita vinculada à educação deve ser de responsabilidade dos órgãos centrais, com transparência e participação dos demais órgãos do sistema de ensino e da comunidade na definição de prioridades;
- c) que seja de sua competência, com a participação da sociedade, através de suas organizações representativas, a definição de programas, investimentos, planos de expansão da rede física, concursos e contratações de pessoal e de serviços;
- d) criação e funcionamento do Conselho de Estudo da Demanda, com a participação do sindicato, membros dos Conselhos de Escola e Regionais de Gestão Participativa;
- e) atender às demandas por vagas em todos os níveis, construindo novas unidades escolares e realizando concursos públicos;

- f) criação de departamentos regionais de planejamento, programas e projetos e execução de políticas educacionais para as áreas correspondentes às subprefeituras;
- g) criação da carreira de pessoal técnico-administrativo para ocupação de cargos e funções nos órgãos de SME;
- h) autonomia para as escolas construírem o projeto pedagógico com garantia de formação profissional continuada e recursos financeiros necessários;
- i) fixação, nos âmbitos municipal, estadual e federal, do número máximo de alunos por sala de aula, conforme aprovado em nossos congressos, de acordo com a seguinte tabela:

Criança/idade	nº de educadores	alunos por sala
0 a 11 meses	1	4*
1 ano a 1 ano e 11 meses	1	6*
2 anos a 2 anos 11 meses	1	9*
3 anos a 3 anos 11 meses	1	10*
4 anos a 4 anos 11 meses	1	15*
5 anos a 5 anos 11 meses	1	15*
Ensino fundamental	1	20
Ensino médio	1	25
Educação de Jovens e Adultos	1	25
Emebs – educação infantil	1	4
Emebs – 1º ao 4º ano	1	5
Emebs – 5º ao 8º ano	1	8

- *impedir o agrupamento de crianças, mesmo que haja mais de um educador presente;*
 - *exigir o fim dos agrupamentos mistos na educação infantil.*
- j) repensar a relação adequada nas salas onde houver alunos com deficiências e obrigar que o governo cumpra a legislação específica, organizando as turmas para atender à real inclusão das crianças e jovens deficientes;

EMENDA MODIFICATIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

ALTERAR A REDAÇÃO DA LETRA J DO PARÁGRAFO 6.6.3 PARA:

- j) repensar a relação adequada nas salas onde houver alunos com necessidades educacionais especiais, sendo que para cada aluno com NEE haverá a diminuição de cinco alunos na sala.**
- k) redefinir as atribuições das DREs: sua tarefa essencial será a de coordenar o trabalho educacional na região a partir da realidade e das necessidades das unidades escolares em relação aos recursos humanos, materiais e orientação técnica, conciliando a autonomia das unidades escolares com a defesa do sistema público de ensino;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA “ensino” A FRASE “assegurando a composição do módulo das Diretorias com provimento de cargos criados e investidos por meio de concurso público”, FICANDO A LETRA k DO PARÁGRAFO 6.6.3.A COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- k) redefinir as atribuições das DREs: sua tarefa essencial será a de coordenar o trabalho educacional na região a partir da realidade e das necessidades das unidades escolares em relação aos recursos humanos, materiais e orientação técnica, conciliando a autonomia das unidades escolares com a defesa do sistema público de ensino, assegurando a composição do módulo das Diretorias, com provimento de cargos criados e investidos por meio de concurso público;**
- l) viabilizar a realização do levantamento anual de demanda escolar e o atendimento;
- m) direcionar as atribuições dos supervisores à integração pedagógica entre unidades educacionais e de fiscalização em instituições educacionais particulares;
- n) estimular o debate do orçamento participativo; garantir uma avaliação sobre as disputas entre demandas legítimas da saúde e educação para se enquadrarem ao orçamento definido de antemão pelo governo;
- o) explicitar o papel dos Conselhos Regionais de Gestão da Educação, composto por profissionais de educação, representação da DRE e da população local.
- p) desburocratização do DRH, agilizando a situação dos profissionais da educação no recebimento dos benefícios, averbações, quinquênios, evoluções e outras situações que envolvam documentação.

6.7 - AÇÕES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA

6.7.A - A educação infantil tem sido negligenciada em sua oferta. Faltam vagas, tanto nas Emeis como nos CEIs, contrariando o que é veiculado em propagandas dos governos sobre a ampliação de vagas. A integração dos seus profissionais à carreira do magistério e ao Quadro dos Profissionais da Educação e a aprovação pelo prefeito da lei que garante o direito de recesso e férias coletivas para a educação infantil (CEIs e Emeis) são avanços importantes no sentido do reconhecimento da importância estratégica desta etapa escolar. No entanto, a lei precisa ser aplicada e o atendimento à demanda em unidades polos não pode conflitar com o direito ao recesso e férias dos profissionais de educação.

6.7.B - A SME deve organizar programas especiais, com profissionais da área de saúde, assistência, lazer, esporte e cultura, como indica o Parecer do MEC.

6.7.C - A proposta da SME de incorporação do CEI à Emei (Cemei) e o atendimento à criança de zero a cinco anos no mesmo espaço não pode ser aceita com a estrutura, recursos materiais e humano que temos hoje. Esta proposta tem de ser debatida com os profissionais de educação infantil. Nos termos apresentado, visa exclusivamente responder à necessidade do governo de atender à demanda, transformando as unidades de educação infantil em verdadeiros depósitos de crianças, expostos a riscos, e o espaço escolar em local de adoecimento de seus profissionais.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 6.7.C POR:

Rejeição do projeto de unificação dos CEIs e Emeis (Cemei), que tem como único objetivo atender a demanda sem nenhum investimento, precarizando as condições de trabalho e de atendimento às crianças.

6.7.D - Os profissionais de educação infantil continuam amargando incertezas causadas pelas diferenças de direitos ainda existentes e por propostas que não cabem na realidade das unidades.

6.7.E - Embora os CEIs tenham sido incorporados à SME, os direitos funcionais dos professores não são os mesmos das demais rede. Não possuem, por exemplo 15 minutos de intervalo, mesma jornada composta por hora/aula com a mesma duração dos demais docentes nem direito à migração para Emeis e Emefs. Os direitos da carreira do magistério também não lhes são plenos para a ocupação e/ou substituição de cargos de gestor (diretor e coordenador pedagógico) ou nomeação de assistente, assim como designação para os demais cargos da rede de ensino.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.7.E:

Historicamente os CEIs atenderam crianças de 0 a 6 anos e as Emeis apenas de 4 a 6. Para haver uma integração no atendimento da educação infantil, o histórico e identidade profissionais devem ser considerados e mudanças só podem ocorrer com diálogo com a rede.

6.7.F - Desde 2010, a portaria de organização escolar aumentou o número de alunos por turma nos CEIs, causando superlotação. Em algumas unidades há salas de aula organizadas com três agrupamentos/turmas, prejudicando o trabalho pedagógico.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.7.F:

Defendemos que a educação infantil não seja dividida, o que não significa um currículo único para toda a cidade, nem que sejam impostos programas e expectativas para todas as unidades, pois há de se considerar a diversidade da cidade e suas comunidades e a autonomia dos projetos pedagógicos.

6.7.G - Os problemas não param por aí. Embora muitos CEIs possuam demanda de alunos e funcionários igual ou superior às Emeis e Emefs, não possuem quadro de pessoal adequado para atender a essa demanda, pois não há assistente de diretor e secretário de escola.

6.7.H - A expansão da rede direta não acontece e os convênios aumentam significativamente, drenando recursos públicos para “entidades filantrópicas” que, na verdade, atuam como empresas. Cerca de dois terços do total das unidades que atendem crianças de zero a três anos são creches particulares conveniadas e CEIs indiretos. Somente um terço são CEIs diretos.

6.7.I - Insuficiência de vagas, superlotação das salas, número excessivo de crianças por professor e a permanência e ampliação dos contratos de convênios são problemas que devem ser revertidos urgentemente.

6.7.J - Urgente também é a aplicação de direitos iguais para todos os profissionais de educação infantil de Emeis e de CEIs. Calendário escolar, recesso, férias, reuniões pedagógicas, cumprimento de hora/atividade, formação e jornadas de trabalho não podem ter qualquer distinção.

6.7.1 - AÇÕES QUE DEVEMOS REALIZAR EM DEFESA DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

a) denunciar a superlotação de salas;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA a DO PARÁGRAFO 6.7.1:

- ❖ **lutar pela imediata diminuição do número de alunos por sala;**
- b) exigir a construção de novos CEIs diretos e Emeis a partir da demanda real;
- c) exigir que os CEIs indiretos sejam incorporados à rede direta;
- d) exigir o cumprimento da proporção criança/adulto necessária para qualidade em CEIs e Emeis;
- e) exigir o cumprimento da proporção criança/espço físico necessária ao atendimento à criança pequena, considerando que o espaço físico necessita ser pensado com a existência de material pedagógico e mobiliário adequado para um projeto pedagógico para esta faixa etária; campanha para melhoria da qualidade da educação infantil;
- f) exigir a ampliação dos módulos.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA f DO PARÁGRAFO 6.7.1:

- ❖ **bibliotecários em todos os prédios de CEIs e Emeis, mediante concurso público;**
- ❖ **brinquedoteca em todos os prédios de educação infantil;**
- ❖ **ampliação da rede direta e fim das terceirizações e convênios com empresas;**
- ❖ **garantia, mediante concurso público, para acesso dos professores da rede terceirizada e conveniada, a ingressar como professor de educação infantil na rede direta;**
- ❖ **ampliação de professores módulos;**
- ❖ **auxiliar de enfermagem em todas as instâncias de ensino e ingresso mediante concurso público, pago com recursos da saúde;**
- ❖ **direito ao PDI também de acessar os cargos de professor de educação infantil e ensino fundamental;**

- ❖ **fim imediato de três turmas por salas nos prédios dos Centros de Educação Infantil, pois o mesmo causa risco para as crianças e professores e implica no desenvolvimento das crianças;**
- ❖ **15 minutos de intervalos no CEIs;**
- ❖ **ocupação ou substituição de cargo de gestores;**
- ❖ **direitos iguais a todos os profissionais.**

6.7.2 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS RELACIONADAS À EDUCAÇÃO INFANTIL:

- a) reconhecimento da educação infantil como direito da criança e da família;
- b) a educação infantil deve ter como objetivo o desenvolvimento integral da criança e deve ser adequada às características das diferentes idades;
- c) a avaliação na educação infantil não deve ser limitada a um registro do desenvolvimento da criança, mas deve servir como diagnóstico para a adoção de medidas que visem superar suas dificuldades e avançar o seu desenvolvimento;
- d) programa de formação permanente para os docentes, gestores e quadro de apoio que atuam na educação infantil e para professores orientadores de salas lúdicas (brinquedotecas) nos CEIs e nas Emeis, bem como nas séries iniciais do ensino fundamental;
- e) todas as unidades devem ter condições materiais, logística e de trabalho para os profissionais de educação;
- f) fim do rodízio de classes;
- g) realização, pela SME, de convênios com as universidades públicas, para garantir a formação em nível superior a todos os profissionais de educação infantil;
- h) aplicação de todos os direitos funcionais previstos para os profissionais de CEIs;
- i) viabilização de condições adequadas de trabalho e de atendimento às crianças, melhorando a infraestrutura física, o envio de materiais e verbas para os CEIs e Emeis;
- j) inclusão dos alunos com deficiência e não apenas sua inserção, sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos de deficiências e suas necessidades;
- k) construção de unidades de educação infantil com infraestrutura abrangendo os espaços pedagógicos, de recreação e ludismo;
- l) projeto pedagógico nas unidades educacionais, considerando as diretrizes curriculares e as experiências acumuladas na rede, expressando a organização educativa da escola, baseado no princípio da gestão democrática;

EMENDA SUPRESSIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUPRIMIR A LETRA Ldo PARÁGRAFO 6.7.2

- m) horário de intervalo nos CEIs;
- n) professores orientadores de sala de leitura (POSLS) e de informática (Poies) nas Emeis;
- o) professores de Educação Física e Arte nas unidades de educação infantil;
- p) manutenção e criação nos CEIs do módulo de saúde (auxiliares de enfermagem), também extensivo às Emeis, em respeito à concepção de que as instituições de educação infantil devem cuidar e educar;
- q) propor aos sindicatos e aos movimentos e entidades populares não comprometidos com a política privatizante a realização de campanha contra a terceirização da educação infantil;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA q do PARÁGRAFO 6.7.2 POR:

- ❖ **encaminhar a luta por meio da ação direta, contra a política privatizante na educação infantil. Pelo fim das terceirizações e convênios. Unidade com as demais entidades;**
- r) defender no Plano Municipal de Educação a fixação de prazo não superior a cinco anos para a substituição de toda a rede conveniada;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA r do PARÁGRAFO 6.7.2 POR:

- ❖ **universalização imediata do atendimento às crianças na educação infantil, por meio da estatização de toda rede conveniada e indireta, sem indenização;**
- s) qualificação arquitetônica que atenda à finalidade de cada equipamento de educação infantil e cumprimento de todas as normas de acessibilidade;
- t) que o repasse de verbas (PTRF e PDDE) para os CEIs leve em consideração o atendimento integral dos alunos matriculados, duplicando, assim, o valor repassado.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA t do PARÁGRAFO 6.7.2 POR:

- ❖ **financiamento integral da educação pelo Estado.**

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

ACRESCENTAR APÓS A LETRA t do PARÁGRAFO 6.7.2:

- ❖ **fim das terceirizações na educação infantil com efetivação dos funcionários terceirizados;**
- ❖ **fim dos agrupamentos mistos na educação infantil;**
- ❖ **trabalho igual, salário igual.**

6.7.3 - ENCAMINHAMENTO:

- a) o SINPEEM deve promover campanha em defesa da educação infantil pública e da obrigatoriedade do ensino infantil.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA “obrigatoriedade” AS PALAVRAS “da oferta”, FICANDO A LETRA a DO PARÁGRAFO 6.7.3 COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- a) o SINPEEM deve promover campanha em defesa da educação infantil pública e da obrigatoriedade **da oferta** do ensino infantil.

6.8 - ENSINO FUNDAMENTAL: OBRIGAÇÃO COMPARTILHADA

6.8.A - Os governos do Estado e do Município compartilham a responsabilidade quanto ao oferecimento obrigatório do ensino fundamental. No entanto, nos últimos anos, inclusive como resultado da mudança do financiamento da educação, através da criação do Fundeb, os Estados vêm transferindo a manutenção e custeio desta etapa do ensino básico para os municípios.

6.8.B - O que ocorre na cidade de São Paulo é bastante ilustrativo sobre esta transferência e suas consequências. O atendimento à demanda pelo governo do Estado vem diminuindo a cada ano. Já o número de matrículas na rede municipal cresceu sem o devido e necessário repasse de receitas, gerando problemas graves para o atendimento universal com qualidade.

6.8.C - Entendemos que são necessárias ações planejadas e responsabilidades compartilhadas entre os governos municipal e estadual, para que seja assegurada a universalização do atendimento e da permanência no ensino fundamental, com oferta de educação de qualidade. Objetivos que não podem deixar de ser considerados no Plano Municipal de Educação.

6.8.1 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NÃO É A SOLUÇÃO PARA TUDO

6.8.1.A - A panaceia do momento para os males da educação é a escola de tempo integral, ou seja, permanência do aluno de ensino fundamental em dois turnos. A proposta, de apelo popular, inclusive junto aos educadores, transfere para a escola excesso de tarefas e confunde educação com escolarização.

6.8.1.B - A escola de tempo integral apresenta questões complexas. Essa medida pode ser pretexto para convênios com organizações não governamentais e empresas privadas interessadas em lucrar com a oferta de atividades culturais e esportivas de qualidade duvidosa no espaço escolar público. A eventual ampliação do turno representa ameaça à oportunidade de garantir uma jornada de trabalho que contemple os horários de formação, precarizando ainda mais as condições de trabalho nas escolas. Por fim, a implementação autoritária e tecnocrática do turno integral na rede pode ignorar a autonomia da escola, garantida pela LDB, e seus projetos pedagógicos.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – OPOSIÇÃO DE LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.8.1.B:

A extensão do tempo de permanência do aluno na escola, considerada como “educação integral”, também é uma das principais metas dessa gestão. Esses alunos ficarão a cargo de oficineiros dentro de uma estrutura física escolar já saturada. Com a obrigatoriedade de recuperação, dependência de disciplinas, o governo pretende “forçar” a adesão de escolas ao programa de tempo integral.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 6.8.1 AO 6.8.B POR:

Rechaçar o projeto de escolas de tempo integral dos governos.

6.8.1.C - Somos contrários à proposta. Por outro lado, defendemos a ampliação de oportunidades educacionais de caráter esportivo, cultural e profissionalizante, respeitadas as características e opções das crianças, adolescentes e da família.

6.8.1.D - As matrículas centralizadas impedem que as escolas matriculem os alunos, tanto no regular como na EJA. Essa medida mascara a demanda, visto que a DRE matricula os alunos onde considera mais conveniente, desconsiderando a opção de pais e alunos, superlotando salas e deixando alunos sem matrícula por longo tempo. Além disso, essa medida desrespeita a autonomia das escolas e favorece a política de escola polo.

6.8.2 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS RELACIONADAS AO ENSINO FUNDAMENTAL:

- a) universalização do atendimento da demanda no ensino fundamental gratuito, considerando a indissociabilidade entre o acesso, a permanência e a qualidade da educação escolar;
- b) acesso a toda a população, respeitadas a faixa etária e as necessidades dos educandos;
- c) autonomia para as escolas fazerem as matrículas do ensino regular e da EJA;
- d) adequação do ensino noturno às necessidades dos alunos, por meio de compatibilização de horários, opções programáticas, metodológicas diferenciadas e acesso a todos os recursos pedagógicos da escola;
- e) atendimento ao ensino fundamental também pelo poder público estadual, através de ações planejadas entre os dois entes, visando à redução do número de alunos por classe/turma, evitando perdas de jornadas, emprego e remuneração para os profissionais de educação;
- f) manutenção de salas de apoio pedagógico e salas de apoio (Saais) aos alunos deficientes, com número de professores de acordo com a demanda para superação dos problemas e dificuldades de aprendizagem e fim dos entraves burocráticos para sua implantação e funcionamento;
- g) garantia da efetiva implementação do ensino fundamental em ciclos, considerando o processo de reconstrução do conhecimento pelo educando;
- h) inclusão dos alunos deficientes e não apenas sua inserção, sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos de necessidades;
- i) contra o fechamento das escolas especiais e que haja atendimento parcial dos alunos deficientes nas escolas regulares;
- j) reivindicar a participação da rede na discussão ampla e democrática sobre a escola de tempo integral por meio da organização de comissões e fóruns envolvendo todos os segmentos de profissionais da educação municipal.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

ACRESCENTAR APÓS A LETRA j DO PARÁGRAFO 6.8.2:

- ❖ nenhum professor deverá ser prejudicado com a implementação do ensino fundamental de nove anos: garantia de lotação e Jeif a todos que por ela optarem, redução de alunos por sala e a divisão das aulas entre os professores.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – OPOSIÇÃO DE LUTA

SUBSTITUIR A LETRA j DO PARÁGRAFO 6.8.2 POR:

- ❖ contra o programa “Mais Educação”.

6.9 - AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

6.9.A - Entendemos que a educação de jovens e adultos deve atender ao princípio constitucional da educação como direito e dever do Estado. Deve visar não só à eliminação do analfabetismo, mas ao oferecimento de educação de qualidade para todos. Esta modalidade de ensino deve respeitar as particularidades, necessidades e características dos indivíduos sem, no entanto, ser tratada com preconceitos ou de forma rebaixada em sua importância.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.9.A:

O direito à EJA segue sendo negado a jovens e adultos trabalhadores devido à manutenção da matrícula centralizada. A exclusão, múltiplas retenções e fracasso escolar de inúmeros adolescentes na escola regular tem gerado um processo de “juvenização da EJA”, trazendo novas questões para a EJA e a necessidade urgente de viabilizar as condições para o trabalho nas Emefs.

6.9.B - A EJA é direito de todos que dela necessite e dever do Estado. Entendemos que a reorganização das turmas em polos dificulta o acesso dos alunos, pois seu perfil é diferenciado, já que trabalha e tem responsabilidades sociais e culturais em sua comunidade.

6.9.C - A consolidação de uma política de EJA, concretizada na garantia de formação integral, de alfabetização e das demais etapas de escolarização ao longo da vida, inclusive para aqueles em situação de privação de liberdade, deve ser pautada pela inclusão e qualidade social, gestão e financiamento que assegure isonomia da EJA em relação às demais etapas e modalidades da educação básica.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.9.C:

A semestralidade é apontada sem a discussão de outros aspectos, como uma solução para a EJA. Essa ação pode representar um aligeiramento e ampliação de retenções. A especificidade da EJA e sua realidade devem ser reconhecidas para garantir esse direito.

6.9.D - A EJA, de acordo com a LDB, pressupõe políticas pedagógicas e modelos de atendimento diferenciados. No entanto, essa modalidade tem funcionado como um campo de experimentação pedagógica, com alterações periódicas da grade curricular, empobrecimento de conteúdos, insegurança quanto à periodicidade para os docentes e discentes.

6.9.E - A proposta de EJA modular é mais uma dessas tentativas, da qual não podemos concordar.

6.9.F - A EJA não pode ficar sujeita as alterações impostas pelo mundo do trabalho. As empresas que não respeitam o horário do estudante devem ser punidas. A qualidade da EJA está associada à necessidade do Governo aumentar as verbas para educação, reconhecer as especificidades desse atendimento, ampliar a abertura de salas e melhorar as condições de trabalho dos profissionais de educação.

6.9.1 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS RELACIONADAS À EJA:

- a)** exigir de SME que realize de campanha pública em jornais, rádios e televisão em cumprimento da legislação;
- b)** estabelecer o número máximo de 25 alunos por turma e não estabelecer um mínimo para abertura de classe;
- c)** contra as escolas polos, pelos direitos dos estudantes;
- d)** atendimento ao público também no período noturno, para garantir a matrícula dos alunos trabalhadores;
- e)** prioridade ao ensino presencial regular de EJA;
- f)** fim do ensino e dos exames supletivos a distância;

- g) ampliação do número de cursos de educação de jovens e adultos nas unidades escolares de ensino fundamental e médio, com currículos e modos de funcionamento adequados às necessidades da população à qual se destinam, garantindo os recursos pedagógicos, materiais e financeiros, com professores da própria unidade escolar;
- h) que o Município e o Estado realizem um censo educacional visando à localização da demanda de jovens e adultos “analfabetos” e ofereçam educação para todos;
- i) que a SME, em parceria com as Secretarias Municipais de Emprego, Trabalho e Renda, vincule as políticas de EJA com as de proteção contra o desemprego, geração de empregos e renda;
- j) nenhum jovem fora da escola e do trabalho: quatro horas no trabalho e o restante para estudos e lazer;
- k) que a SME ofereça formação permanente específica aos profissionais que trabalham com essa modalidade de ensino, com o objetivo de criar um currículo próprio;
- l) inclusão dos alunos deficientes e não apenas sua inserção, sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos de deficiência;
- m) exigir que a SME realize, anualmente, a chamada pública da EJA, utilizando todos os recursos e mídias;
- n) exigir que os governos realizem campanhas sobre a EJA;
- o) exigir que a SME realize a discussão sobre uma proposta pedagógica para a EJA envolvendo alunos, profissionais de educação, representantes dos sindicatos e movimento estudantil;
- p) pelo fim da matrícula centralizada na EJA, autonomia real para fazer matrícula e cadastro dos alunos na escola de seu interesse.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

ACRESCENTAR APÓS A LETRA p DO PARÁGRAFO 6.9.1:

❖ **rechaçar o Pronatec.**

6.10 - AÇÕES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

6.10.A - O debate sobre a continuidade e expansão da quantidade de Escolas Municipal de Educação Especial, hoje Escolas de Educação Bilíngue para Surdos (Emebs), é antigo e ainda está em pauta. Temos a convicção de que a existência destas unidades atende às necessidades que não podem ser ignoradas pelos educadores nem pelo poder público, tampouco podem ser entendidas como uma recusa à educação inclusiva.

6.10.B - O SINPEEM defende a manutenção e ampliação do número de Emebs existentes. Ao mesmo tempo, luta para que todas as unidades da rede tenham política educacional, estrutura, logística, recursos humanos com formação adequada e necessária para o atendimento pleno aos alunos com deficiências.

6.10.1 - PROPOMOS:

- a) estabelecimento de redução do número de alunos por sala a cada aluno de inclusão. A classe deve ter diminuição de cinco alunos a cada aluno de inclusão enquanto persistir a média de 30 a 35 alunos por sala;
- b) garantia de formação e visitação pelos profissionais do Cefai nas unidades escolares.

6.10.2 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES RELACIONADAS À EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

- a) ampliação da rede, considerando a infraestrutura necessária ao trabalho pedagógico de qualidade, com acompanhamento especializado junto à equipe escolar, contemplando desde a construção física, com adaptações adequadas com as necessidades dos alunos com deficiência, até os espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivos, recreativos e a adequação de equipamentos e espaços específicos para o trabalho de apoio aos alunos com dificuldade de aprendizagem;
- b) ampliação dos projetos de atendimento às crianças com deficiência, realizados nas próprias unidades, com professores capacitados para a prestação desse serviço e garantir na unidade educacional a permanência do profissional de educação que se dispuser a atender a esses projetos e a esses alunos;
- c) criação de um programa especial de formação e capacitação para os profissionais de educação, voltado para o trabalho com alunos deficientes e com dificuldade de aprendizagem;
- d) inclusão dos alunos com deficiência e não apenas sua inserção, sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos e necessidades;
- e) intercâmbios com outras secretarias visando ao atendimento urgente aos alunos com deficiência;
- f) criação de centros públicos estaduais de apoio interdisciplinar para alunos da rede pública municipal com deficiência, bem como às suas famílias e às escolas para os casos não compatíveis com a inclusão;
- g) tornar disponíveis livros didáticos ou não, mídia com interpretação em Libras, escrita em braille com caracteres ampliados para alunos deficientes visuais e para os de visão subnormal no ensino fundamental;
- h) garantir transporte escolar com adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção, inclusive para os que necessitam de atendimento em Saai no contraturno;

- i)** que as escolas considerem em seus projetos pedagógicos as necessidades educacionais especiais dos alunos, definindo os recursos necessários e oferecendo formação em serviço aos profissionais em exercício;
- j)** inclusão nos currículos de formação de professores disciplinas específicas para capacitação ao atendimento dos alunos com deficiência;
- k)** realização de encontros em troca de experiências entre os profissionais habilitados em necessidades especiais e os profissionais da rede regular;
- l)** exigir da SME todas as condições para que as escolas de educação municipal bilíngues e para surdos e as demais unidades da rede possam atender aos alunos com deficiência;
- m)** as escolas necessitam de especialistas para auxiliar no trabalho pedagógico com condições físicas, materiais e tecnológicas adequadas: banheiros adaptados, corrimão, rampa, elevadores, máquina de braille, livros em braille, sinalizações luminosas para surdos, sinalizações táteis e sonoras para cegos, materiais pedagógicos de estimulação, redução do número de aluno por sala de acordo com a deficiência incluída.
- n)** exigir que seja revisto o módulo do quadro de apoio e que não sejam contados os profissionais em licença ou readaptados;
- o)** reivindicar que a SME faça a formação dos diretores e coordenadores e quadro de apoio que trabalham nas Emebis para que conheçam a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Essa deve ser do domínio de todos os funcionários das Emebis;
- p)** que os funcionários para atuarem nas Emebis tenham cursos de Libras oferecidos pela SME, preferencialmente em formação permanente, com carga horária mínima de 120 horas;
- q)** a articulação das políticas públicas intersetoriais, com instrutores de Libras, preferencialmente surdos;
- r)** exigir que a SME faça um levantamento rigoroso de como está a situação nas escolas no que se refere à inclusão, desde o ensino infantil até o ensino fundamental e médio;
- s)** participação das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Esportes, Meio Ambiente e Assistência Social no desenvolvimento de programas de apoio às crianças e aos adolescentes com deficiência;
- t)** formação de equipes multidisciplinares que atendam poucas unidades escolares em cada região, prestando o atendimento necessário às crianças, aos adolescentes com deficiência e/ou em condições de risco e de suas famílias;
- u)** aulas de Libras para pais e familiares;
- v)** garantia de cursos de especialização em educação especial/inclusiva – áreas diversas: deficiência auditiva, intelectual, visual, física, surdocegueira e múltiplas deficiências para os docentes que atuam na rede pública;

- w) implantação de pelo menos uma Saai de cada deficiência em cada microrregião, com a finalidade de criar uma rede de apoio a todas as unidades educacionais da rede;
- x) garantia de todos os recursos necessários para o atendimento às crianças com deficiência, eliminando a burocratização em suas aquisições.
- y) ampliar o módulo de professores de educação infantil e ensino fundamental com formação necessária para o aluno surdocego (surdocegueira/guia-interpretação) ou múltiplo deficiente (múltipla deficiência/instrutor mediador), de modo a apoiar o trabalho docente, principalmente em relação aos surdos com necessidades múltiplas.
- z) manutenção das atuais Emebs;
- aa) são necessários estrutura física, recursos materiais e humanos e apoio à formação, com qualidade social, de gestores, professores e demais profissionais de educação nas escolas públicas, tendo como princípio a igualdade de direitos e a diversidade étnico-racial, de idade, de orientação sexual e religiosa, bem como a garantia dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e elevadas habilidades/superdotação;
- bb) divulgação pela SME sobre o funcionamento das Emebs na rede e nos veículos de comunicação;
- cc) grade diferenciada para as Emebs, ampliação de Libras na educação infantil, ensino Fundamental I e II e inclusão da Língua Inglesa (instrumental) no ensino fundamental II;
- dd) informatização do livro de demandas das Emebs;
- ee) intérprete de Libras para todas as unidades da rede;
- ff) ampliação no atendimento de crianças de 0 a 3 anos.
- gg) grade diferenciada para as Emebs;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 3 - DEMOCRACIA E LUTA

ACRESCENTAR APÓS AS LETRAS gg):

- ❖ **estabelecimento de redução do número de alunos por sala a cada aluno de inclusão. A sala deve ter diminuição de quatro alunos a cada aluno de inclusão;**
- ❖ **garantir formação e visitação pelos profissionais do Cefai nas unidades escolares.**

6.10.3 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA E VIOLÊNCIA NO COTIDIANO ESCOLAR

6.10.3.A - Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) revela que o problema da educação, nos aspectos violência e indisciplina, podem estar associados à imensa desigualdade regional, de renda e de oportunidades, fruto do injusto sistema de desenvolvimento econômico e de concentração de renda, vigentes historicamente no país. Devemos lutar contra este modelo e adotar medidas imediatas que mitiguem sua repercussão no ambiente escolar, na forma de violência e indisciplina, até que se conquiste uma sociedade baseada na igualdade de condições e oportunidades. Uma sociedade socialmente justa e igualitária.

6.10.3.B - A escola é um local que reproduz todas as relações e comportamentos existentes na sociedade capitalista. A banalização da violência é uma das marcas do nosso tempo. A escola não ficou imune a ela e há décadas as ações violentas intensificaram-se e diversificaram-se em seu interior.

6.10.3.C - A violência que há pouco tempo se mostrava no desacato a professores e pequenas brigas entre alunos hoje tem uma dimensão muito mais grave. Ocorre desde Intimidações físicas e verbais à degradação do espaço físico, furto, atos de vandalismo, inclusive portes de armas e trafico de entorpecentes, assim como seu consumo.

6.10.3.D - A omissão dos governos na criação de políticas públicas de fortalecimento da cidadania, geração de emprego e renda, de saúde, cultural, esporte e lazer, para jovens e adolescentes especialmente na periferia ou em bolsões de miséria, acabam por exponenciar e exacerbar a violência da sociedade capitalista com reflexos no cotidiano escolar. A responsabilidade por projetos contra a violência não pode ser exclusiva da escola e de seus profissionais. Entretanto, em seu projeto político-pedagógico a questão da violência deve estar contemplada, sendo essa uma construção coletiva e com ampla participação da comunidade.

6.10.4 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES RELACIONADAS À EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ÀS QUESTÕES DA VIOLÊNCIA NO COTIDIANO ESCOLAR:

- a) o SINPEEM deve apoiar todas as iniciativas que visem à disseminação de política direcionada à transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos, que contemplem a diversidade com vistas à igualdade.
- b) realização de processos de formação inicial e continuada dos docentes em consonância com as atuais demandas educacionais e sociais para um ambiente educacional inclusivo;
- c) garantia de que na formação inicial e continuada a concepção de educação inclusiva esteja sempre presente, o que pressupõe a reestruturação dos aspectos constitutivos da formação dos professores, com vistas ao exercício da docência no respeito às diferenças e no reconhecimento da valorização da diversidade, tendo como compromisso o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos, por meio de um currículo que favoreça a escolarização e estimule as transformações pedagógicas das escolas, visando à atualização de suas práticas, como meio de atender às necessidades dos estudantes durante o percurso;
- d) a ampliação do número de aparelhos de cultura e lazer nos bairros periféricos, com bibliotecas, teatros, música, Centro Desportivo Comunitário (CDC), casas de cultura etc.;

- e) ao divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nas escolas municipais, garantir a construção da cidadania das crianças, dos jovens e dos adolescentes através da vivência de seus direitos e da conscientização coletiva da importância da prática dos deveres, contidos nas normas disciplinares, construídas nas escolas municipais;
- f) programas e projetos de segurança para as escolas e implementação de políticas de inclusão social (esportes, cultura, lazer etc.) que visem ao combate à violência, prioritariamente, nos bairros com maior índice de violência e tráfico de drogas;
- g) aulas públicas e no espaço escolar com pais e familiares dos alunos sobre a proteção à criança e ao adolescente e a inclusão destes, quando em conflito com a lei;
- h) articulação entre educação e trabalho no combate à violência na sociedade e na escola, tendo como eixo a diversidade na implantação de políticas públicas;
- i) garantia, pelo poder público, à universalidade dos direitos, superando as desigualdades sociais;
- j) igualdade de gênero;
- k) combate ao racismo e a toda forma de discriminação. O racismo, a discriminação e a xenofobia agravam as condições da pobreza e violência, pois marginalizam, tanto na escola como na sociedade, indivíduos, grupos e comunidades, se constituindo em poderoso mecanismo de segregação que fortalece outras formas de discriminação, como de classe, de gênero, de opção sexual, de origem étnica e de religião;
- l) promoção e participação em campanhas pela paz, pelo respeito ao ambiente e à dignidade humana e pela erradicação da pobreza;
- m) afastamento e proteção imediata aos profissionais de educação sob risco de vida ou agressão nas escolas, sem perda de direitos;
- n) criação de um núcleo, pela SME, para discutir a violência e ações para enfrentá-la no ambiente escolar;
- o) pelo direito de os professores de Arte e de Educação Física comporem um terço da jornada dirigida aos educandos com projetos, oficinas e participação em campeonatos e atividades afins;
- p) realização de campanha em defesa da vida e combate à violência na escola e na sociedade, em conjunto com outras entidades;
- q) organização de atos e passeatas, em conjunto com outras entidades, contra a violência e pela paz;
- r) valorização da criação de cargos aos trabalhadores indígenas dos Centros de Educação e Cultura Indígena (Cecis) da cidade de São Paulo;
- s) exigir o oferecimento de curso de formação inicial aos educadores indígenas que atuam nos três Cecis da cidade de São Paulo.

6.11 - FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO

6.11.A - A vinculação de receitas orçamentárias para a manutenção e desenvolvimento do ensino é bandeira histórica do SINPEEM.

6.11.B - Em 2001, lutamos contra a mudança da Lei Orgânica do Município, que teve como consequência a redução do percentual de 30% para 25% e a apropriação de 5% anteriormente vinculados ao cumprimento dos gastos com educação, conforme determina a LDB, destinados a partir de então para programas de assistência.

6.11.C - Os discursos neoliberais afirmam que o problema não é falta de investimento e sim má gestão dos recursos existentes para este setor. Afirmam, também, que a baixa qualidade do ensino é responsabilidade dos professores. Há recursos, entretanto é preciso reverter as prioridades, garantindo o investimento público na implementação dos direitos sociais universais.

6.11.D - Na Conferência Municipal de Educação de São Paulo foi aprovada a reivindicação para que sejam aplicados 10% do PIB em educação.

6.11.E - O Congresso Nacional aprovou, após forte pressão da sociedade, comandada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a obrigação da aplicação de 10% do PIB em manutenção e desenvolvimento de ensino imediatamente. Entretanto, há pressões de parlamentares que compõem inclusive a base parlamentar de sustentação do governo Dilma que são contrários a esta vinculação.

6.11.F - Temos a certeza de que esta medida só será efetivada se houver pressão de toda a sociedade para que a educação seja, de fato, considerada como investimento e não como gasto sem retorno.

6.11.G - No âmbito do município de São Paulo, lutamos pela volta da aplicação de 30% das receitas e transferências correntes em manutenção e desenvolvimento do ensino, reconhecendo que se faz necessário também a elaboração e aprovação de uma reforma tributária pautada pela justiça social e o equilíbrio regional, que garantam recursos financeiros para a efetivação dos direitos sociais e distribuição de renda.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 6.11.G POR:

Defendemos o fim do pagamento da dívida externa e interna, pois a dívida pública já consome quase a metade do orçamento brasileiro. Isso é necessário para atender às necessidades dos trabalhadores com a melhoria dos serviços públicos, como a educação, saúde, transportes e moradia.

6.11.1 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) verba pública exclusivamente para a escola pública estatal;
- b) mais verbas para a educação; 10% do PIB já;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA “já” AS FRASES “financiamento da educação pública também com base no Custo Aluno/Qualidade Inicial (CAQi); pelo reajuste do piso nacional nunca inferior ao aumento do Fundeb”, FICANDO A LETRA b DO PARÁGRAFO 6.11.1 COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- b) mais verbas para a educação; 10% do PIB já; financiamento da educação pública também com base no Custo Aluno/Qualidade inicial (CAQi); pelo reajuste do piso nacional nunca inferior ao aumento do Fundeb;**
- c) financiamento integral da educação pública pelo Estado.
- d) desvinculação dos recursos destinados à educação de qualquer nível de contingenciamento de recursos provenientes das receitas da união;
- e) efetivação da responsabilização administrativa e fiscal dos gestores públicos que não executem a integralidade dos recursos orçamentários destinados à educação e a perda de mandato nos termos da legislação em vigor;
- f) cumprimento dos artigos 70 (com exclusão do inciso V) e 71 da LDB, que definem quais as despesas que são consideradas ou não como despesas com educação;
- g) realização de estudos anuais sobre custo/aluno/qualidade na cidade de São Paulo;
- h) descentralização e democratização com controle social dos recursos vinculados à educação;
- i) lutar contra todo tipo de privatização na educação (terceirizações, convênios, administrações indiretas, ONGs e organizações sociais);
- j) realização, com participação do SINPEEM, de estudos semestrais sobre curso/gasto de verbas escolares destinadas à manutenção e/ou reforma dos aspectos físicos das unidades escolares.

6.12 - REGIMENTO ESCOLAR: UMA ATUALIZAÇÃO NECESSÁRIA

6.12.A - A SME anunciou que fará discussão sobre o regimento, como um dos itens da proposta para a organização da educação da rede municipal. Entendemos como fato urgente a necessidade da aprovação do regimento escolar pelo Conselho de Escola como inadiável. Por meio do debate, antes de sua aprovação podemos não só traçar um diagnóstico da realidade de cada unidade como também dar legitimidade ao conjunto de normas que visem assegurar a decisão coletiva da escola, bem como do sistema disciplinar que reduza as ocorrências na unidade.

6.12.B - Nos 16 anos que se seguiram entre a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), até o momento, a sociedade brasileira mudou significativamente. Surgiram novas demandas sociais e políticas inexistentes na época que justificam a adequação do Regimento Escolar.

6.12.C - Sem esgotar a totalidade dos assuntos e apenas para citar, não podem ser desconsiderados assuntos como a nova realidade da educação infantil, especialmente a integração das creches ao sistema municipal de ensino; o novo ensino fundamental de nove anos e sua regulamentação municipal, o protagonismo infantojuvenil e as questões referentes à Lei nº 8.069/90 (ECA), à temática de inclusão dos alunos com deficiência, o uso das novas tecnologias de comunicação, entre outros.

6.12.D - Todos os assuntos relevantes à educação nacional foram debatidos nos nossos últimos anos. É preciso olhar com atenção este material e cobrarmos do poder público que assegurem todas as condições, não só para que se debata o regimento, mas que os instrumentos que fazem do ato de educar e de gestão da educação, sejam participativos, democráticos e sejam respeitados.

6.12.1 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS A SEREM CONSIDERADOS NA ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO ESCOLAR

6.12.1.A - A educação na escola tem por objetivo a formação básica do aluno com uma consciência social, crítica, solidária e democrática, em que esse aluno, inclusive se deficiente, vá gradativamente se percebendo como agente do processo de construção do conhecimento e de transformação das relações entre os homens em sociedade, por meio da ampliação e recriação de suas experiências, da sua articulação com o saber organizado e da relação da teoria com a prática, respeitando-se as especificidades da educação básica.

6.12.1.B - É também função da educação escolar ter em vista um projeto de nação sustentado pelos pilares da igualdade, da liberdade, da pluralidade, da diversidade, do respeito, da justiça social, da solidariedade e da sustentabilidade.

6.12.2 - A EDUCAÇÃO INFANTIL E O REGIMENTO ESCOLAR

6.12.2.A - As propostas pedagógicas da educação infantil devem considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

6.12.2.B - Na construção da sua proposta político-pedagógica há que observar-se a inseparabilidade entre educar, brincar e cuidar.

6.12.2.C - As escolas deverão estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas os seguintes princípios:

- a) éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- b) dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- c) estéticos: da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

6.13 - PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

6.13.A - No ensino fundamental, acolher significa também cuidar e educar, como forma de garantir a aprendizagem dos conteúdos curriculares, para que o estudante desenvolva interesses e sensibilidades que lhe permitam usufruir dos bens culturais disponíveis na comunidade, na sua cidade ou na sociedade em geral, e que lhe possibilitem ainda sentir-se como produtor valorizado desses bens. (Resolução CNE/CEB nº 04/2010, artigo 23, parágrafo único).

6.13.B - No ensino médio, as propostas pedagógicas das escolas e os currículos constantes dessas propostas incluirão competências básicas, conteúdos e formas de tratamento dos conteúdos e ainda observarão:

- a) desenvolvimento da capacidade de aprender e continuar aprendendo, da autonomia intelectual e do pensamento crítico, de modo a ser capaz de prosseguir os estudos e de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento;
- b) constituição de significados socialmente construídos e reconhecidos como verdadeiros sobre o mundo físico e natural, sobre a realidade social e política;
- c) compreensão do significado das ciências, das letras e das artes e do processo de transformação da sociedade e da cultura, em especial as do Brasil, de modo a possuir as competências e habilidades necessárias ao exercício da cidadania e do trabalho;
- d) domínio dos princípios e fundamentos científico-tecnológicos que presidem a produção moderna de bens, serviços e conhecimentos, tanto em seus produtos como em seus processos, de modo a ser capaz de relacionar a teoria com a prática e o desenvolvimento da flexibilidade para novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- e) competência no uso da língua portuguesa, das línguas estrangeiras e outras linguagens contemporâneas como instrumentos de comunicação e como processos de constituição e conhecimento e de exercício de cidadania.

6.13.C - Os princípios pedagógicos da identidade, diversidade e autonomia, da interdisciplinaridade e da contextualização, serão adotados como estruturadores dos currículos do ensino médio.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 3 - DEMOCRACIA E LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 6.13.C:

- ❖ **constituição de um Grupo de Trabalho (GT) formado por representantes das Emefms e por diretores do SINPEEM, aclamados pelo Congresso, para estudar, debater e apresentar, em 120 dias, um diagnóstico e propostas para o ensino médio municipal;**
- ❖ **organização, pelo SINPEEM, de encontros específicos (cursos sindicais) para os associados do ensino médio, com abono de ponto, durante todo o ano;**
- ❖ **organização de um seminário para discussão do diagnóstico preparado pelo GT- Ensino Médio, no final do primeiro bimestre escolar.**

6.14 - GESTÃO DEMOCRÁTICA

6.14.A - A gestão da escola deve ser entendida como um processo que rege o seu funcionamento, compreendendo a tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação referentes à política educacional no âmbito da unidade escolar, com base na legislação em vigor, nas diretrizes fixadas no calendário de atividades escolares da rede municipal de ensino e no projeto político pedagógico aprovado pelo Conselho da Unidade.

6.14.B - A gestão da escola será desenvolvida de modo coletivo, sendo o Conselho de Escola a instância de elaboração, deliberação, acompanhamento e avaliação do planejamento e do funcionamento da escola.

6.15 - IMPORTÂNCIA DO CONSELHO DE ESCOLA

6.15.A - O Conselho de Escola deve ser um colegiado constituído, de acordo com as normas traçadas em seu Regimento, por representantes das categoria de servidores em exercício na escola e por representantes dos pais e de alunos.

6.15.B - A atuação e a representação de qualquer dos integrantes do Conselho de Escola tem como obrigação visar ao interesse maior dos educandos, inspiradas nas finalidades e objetivos da educação pública da rede municipal de ensino.

6.15.C - A ação do Conselho de Escola, na nossa concepção e proposta tem que estar articulada com a ação dos profissionais que nela atuam, preservando a especificidade de cada área de atuação.

6.15.D - O Conselho de Escola tem que ter natureza deliberativa, cabendo-lhe estabelecer para o âmbito da escola diretrizes e critérios gerais relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, compatíveis com as orientações e diretrizes da política educacional da Secretária Municipal de Educação, participando e se responsabilizando social e coletivamente pela implementação de suas deliberações.

6.15.E - As atribuições do Conselho de Escola devem ser definidos em função do projeto coletivo da unidade, das suas condições reais, da organização do próprio conselho e das competências dos profissionais em exercício na escola.

6.15.F - Entendemos e defendemos como atribuições do Conselho de Escola:

1 - discutir e adequar para o âmbito da escola as diretrizes da política educacional naquilo que as especificidades locais exigirem:

- a) definir as diretrizes, prioridades e metas de ação da escola para cada período letivo, que deverão orientar a elaboração do projeto pedagógico;
- b) elaborar, aprovando o projeto pedagógico e acompanhando a sua execução;
- c) avaliar o desempenho da escola, em face das diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

2 - decidir sobre a organização e o funcionamento da escola, o atendimento à demanda e demais aspectos pertinentes:

- a) deliberar quanto ao atendimento e acomodação da demanda, turnos de funcionamento, distribuição dos ciclos e classes por turnos, utilização do espaço físico, considerando a demanda e a qualidade de ensino;
- b) garantir a ocupação e/ou cessão do prédio escolar, inclusive para outras atividades além das de ensino, fixando critérios para o uso e preservação de suas instalações, a serem registrados no projeto pedagógico;
- c) realizar eleições para: ocupação de cargos de especialistas de educação, vagos ou em substituição, por tempo superior a 30 dias (professor orientador de sala de leitura, professor orientador de informática, salas de apoio e acompanhamento à inclusão (Saais), com mandatos de um ano, tendo direito à reeleição);

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA “educação” a frase “e também o assistente de diretor”, FICANDO A LETRA c DO ITEM 2 DO PARÁGRAFO 6.15.F COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

- c) realizar eleições para: ocupação de cargos de especialistas de educação, vagos ou em substituição, **“e também o assistente de diretor”**, por tempo superior a 30 dias (professor orientador de sala de leitura, professor orientador de informática, salas de apoio e acompanhamento à inclusão (Saais), com mandatos de um ano, tendo direito à reeleição);
- d) os segmentos que compõem o Conselho (equipes docente, técnica, de apoio à educação, discente, pais ou responsáveis), quando ocorrer eleição para ocupantes de cargo ou função, realizarão assembleia prévia e escolherão, por maioria simples, o indica do segmento.

- e) destituir, com fundamentação legal, os profissionais eleitos, desde que haja quorum mínimo de dois terços dos membros do Conselho. A destituição só poderá ser aprovada por maioria simples dos presentes;
- f) analisar, aprovar e acompanhar projetos pedagógicos propostos pela equipe escolar e/ou pela comunidade escolar, para serem desenvolvidos na escola;
- g) arbitrar sobre impasses de natureza administrativa e pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela equipe escolar;
- h) propor alternativas de solução aos problemas de natureza pedagógica e administrativa, tanto aqueles detectados pelo próprio Conselho como os que foram a ele encaminhados;
- i) discutir e arbitrar sobre critérios e procedimentos de avaliação relativos ao processo educativo e à atuação dos diferentes segmentos da comunidade escolar.

3 - decidir sobre os procedimentos relativos à integração com as instituições auxiliares da escola, com outras escolas, e com outras Secretarias Municipais;

4 - traçar normas de convivência para o funcionamento da escola, dentro dos parâmetros da legislação em vigor em especial o ECA, com ampla participação dos educandos e organizações estudantis;

5 - quanto à utilização das verbas:

- a) tomar conhecimento do valor das verbas de qualquer natureza;
- b) decidir, após consulta aos pares, o plano de aplicação das verbas;
- c) analisar aprovar ou rejeitar a prestação de contas das verbas;
- d) incentivar a constituição do grêmio estudantil, acompanhar a eleição de seus membros, apoiar suas atividades e garantir o seu funcionamento.

6.15.G - O Conselho de Escola será um centro permanente de debate, de articulação entre os vários setores da escola, tendo em vista o atendimento das necessidades comuns e a solução dos conflitos que possam interferir no funcionamento da escola e nos problemas administrativos e pedagógicos que esta enfrenta.

7 - QUESTÃO FUNCIONAL

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A PALAVRA “FUNCIONAL” AS PALAVRAS “E ESTATUTO DO SINPEEM”, FICANDO O PARÁGRAFO 7 COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

7 – QUESTÃO FUNCIONAL E ESTATUTO DE SINPEEM

7.1 - SINPEEM NA DEFESA PERMANENTE PELA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE DIREITOS

7.1.A - O contínuo agravamento da crise social e a incapacidade dos poderes públicos de dar respostas efetivas em relação à baixa qualidade do ensino, ao atendimento à saúde, à crescente violência e à insegurança não podem deixar de ser vinculados às políticas de arrocho salarial, falta de investimentos em formação, redução e desmonte de quadros de pessoal, terceirização de serviços, contratos de convênios, privatização, desestruturação de carreiras e eliminação de direitos dos servidores, implementados por diferentes governos de Municípios, Estados e União.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 7.1.A:

Não podemos aceitar o argumento de que não há recursos. O pagamento da dívida pública, as isenções fiscais para o setor empresarial, o recurso público usado para a copa e as olimpíadas, o dinheiro público que se perde na corrupção e mensalão. Há verba, é preciso reverter as prioridades, garantindo o investimento público na implementação dos direitos sociais universais.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 5 – MOVIMENTO UNIFICADO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 7.1.A:

Exigir afastamento periódico para estudos, atualização nas universidades públicas, em diversas áreas do conhecimento. Contra a pretensa “formação continuada nas unidades escolares. trata-se de proselitismo governamental recheado de charlatanismo teórico, chantagem e que nada representa além de transformar-se em assédio aos profissionais. As “orientações” vindas dos gabinetes e de seus cargos políticos são movidas pelas conveniências administrativas governamentais. Nada têm de formação são desprovidas de qualquer cientificidade.

7.1.B - Nos últimos anos várias medidas que prejudicam os trabalhadores em educação foram adotadas pelos diferentes governos. A ex-prefeita Marta Suplicy alterou a forma de avaliação de desempenho e os critérios de promoção por merecimento dificultando a mudança de grau. José Serra e Gilberto Kassab aprofundaram os ataques instituindo o decreto falta/ aula, provocando o acúmulo de faltas justificadas e injustificadas, causando prejuízos à carreira. Haddad vetou o Projeto de Lei nº 310/2012, que ampliaria o direito de carreira.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 7.1.B:

A greve foi construída pelos trabalhadores que se indignaram com a falta de respeito do governo, que além de vetar o PL nº 310/2012, apresentou proposta de reajuste de 11%, parcelados em cinco vezes. A Direção majoritária do sindicato no princípio não tinha disposição para a greve a greve. A decisão acertada no dia 29 de abril, que aprovou o calendário de greve, foi proposta da oposição, que apostava nessa mesa do SINP e em algumas mobilizações pontuais.

7.1.C - A tabela de pontos para evolução funcional também sofreu alterações, dificultando a evolução. Os Conselhos de Escola perderam parte de sua autonomia. Os cargos de secretário de escola e de assistente de diretor, que anteriormente eram escolhidos pelos Conselhos de Escola, passaram ser cargos de confiança, interferindo diretamente no funcionamento democrático das escolas.

7.1.D - Os agentes escolares também foram duramente atacados. Os concursos simplesmente foram ignorados e o que se viu nos últimos anos foi a ampliação da terceirização dos serviços de limpeza e de merenda, repassando recursos públicos para empresas privadas, que exploram os trabalhadores em busca de altos lucros.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 7.1.D:

As reivindicações do quadro de apoio não foram atendidas. Ao assumir e vetar o PL 310, Haddad manteve os profissionais do quadro de apoio, que cumprem funções de ATE, sem receber por isso, mantendo uma injustiça histórica. Defendemos a ampliação do número de profissionais do quadro de apoio e evolução funcional.

7.1.E - Os profissionais de educação, por meio do SINPEEM, por ter claro que a nossa luta é muito maior que a legítima defesa dos nossos direitos corporativos específicos, nunca deixou de realizar ações em defesa dos serviços públicos, da educação pública de qualidade, pela valorização e direitos profissionais, melhorias e direitos para os trabalhadores em geral.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 6 – OPOSIÇÃO DE LUTA

SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 7.1.E POR:

A direção do SINPEEM tem optado por desviar a luta dos trabalhadores para as mesas de negociação, aderindo ao SINP, no qual a pauta é definida pelo governo. Na greve deste ano, a direção não cumpriu seu papel de organizar a luta; quem o fez foi a base que fortaleceu os comandos e mostrou disposição para construir o movimento. Apesar do alto índice de adesão, atos as DREs, apoio da comunidade, assembleias coesas votando de forma unânime pela continuidade da luta, a direção do Sinpeem aproveitou a ameaça de corte de ponto para direcionar a categoria em uma única reivindicação: o pagamento dos dias parados. Como o governo endurecera, aproveitou a oportunidade de aceitação das propostas já postas desde o início da greve e fechou com o pagamento dos dias parados. Isso demonstra o caráter traidor desta direção, pois entregou a luta construída em 17 dias de greve a troco de nada. Saímos como entramos. Com o não cumprimento dos acordos firmados ao fim da greve e com a Reforma apresentada à margem de uma discussão com a categoria, essa direção não mobilizou os trabalhadores para as assembleias marcadas e continua apostando no SINP como forma de conseguirmos nossas reivindicações.

7.1.F - A nossa carreira, por exemplo, consolidada na legislação que temos, foi estruturada depois de muitos anos de luta, tendo como parâmetro orientador a função social da profissão de educador (docentes, gestores e pessoal do apoio à educação) e as necessidades educativas.

7.1.G - Na organização do quadro e das carreiras contidas no nosso estatuto, sempre consideramos que as suas composições, desenvolvimento, critérios de avaliação e qualificação devem explicitar o nosso compromisso social com a formação das novas gerações, com a qualidade da escola e com os serviços públicos.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 7.1.G:

Para garantir o trabalho coletivo na escola, a implementação de um Projeto Político Pedagógico coerente e consistente e o atendimento de qualidade aos alunos é fundamental garantir a JEIF para todos os profissionais que por ela optarem. A manutenção das jornadas, conquista da greve, é importante, mas a luta pela JEIF para todos é fundamental, assim como a atenção a forma como a manutenção das jornadas vai ocorrer.

7.1.H - Com certeza, somos uma entidade que obteve conquistas importantes para a categoria, sem jamais deixar de continuar promovendo ações pela ampliação dos direitos e atendimento às reivindicações de todos os profissionais de educação. Esta afirmação, longe de se caracterizar como manifestação ufana, pode ser comprovada por meio de comparações com o que é obtido por outras categorias dos servidores municipais, profissionais de educação de outras redes e com o conjunto dos trabalhadores, mesmo da iniciativa privada.

7.1.I - Devemos continuar atuando sempre considerando o que conquistamos sem jamais ficarmos presos ao passado e às reivindicações, direitos e necessidades da nossa categoria.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 7.1.A AO 7.1.I POR:

Os problemas vividos pelos trabalhadores no município de São Paulo, de forma geral, expressam os constantes ataques dos vários governos (Marta/PT, Serra/PSDB, Kassab/PSD e o atual Haddad/PT). Ou seja, arrocho salarial, retirada de direitos, ampliação da jornada de trabalho e política de reajustes parcelados.

Entre os trabalhadores do município, o quadro de apoio é o setor que possui menor salário e direitos. Em relação aos salários, recebem pouco mais de um salário mínimo e o restante são gratificações. Sua jornada é extensa e estafante.

Sendo assim, é necessário que o sindicato defenda para todos os trabalhadores o salário mínimo vital. Que nenhum trabalhador da educação, ou qualquer outro trabalhador, não receba menos que R\$ 4.000,00.

Além disso, há o problema da terceirização dos serviços. Desta forma, uma parcela possui estabilidade e outra é regida por contratos precários, que beneficiam apenas os capitalistas.

7.1.2 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

a) lutar pela ampliação e por novos direitos;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

ACRESCENTAR APÓS A LETRA a DO PARÁGRAFO 7.1.2:

- ❖ **isonomia salarial;**
 - ❖ **aumento real de salário e reposição das perdas salariais;**
 - ❖ **não à política de bônus, incorporação de todas as gratificações;**
 - ❖ **fim da avaliação de desempenho;**
 - ❖ **não à diminuição de representantes de escola. Garantia de um representante por período e por segmento nas reuniões de representantes de escola.**
- b) defender a gestão democrática, com funcionamento legal do Conselho Deliberativo nas unidades e nas DREs;
- c) lutar pela definição da organização e fixação do campo de atuação dos profissionais do ensino;
- d) defender a manutenção do provimento dos cargos da carreira do magistério por concursos de provas e títulos;

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR A LETRA d DO PARÁGRAFO 7.1.2 POR:

- ❖ **ingresso no serviço público sem concurso e estabilidade para todos;**

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA d DO PARÁGRAFO 7.1.2:

❖ **fim da supervisão escolar;**

e) lutar pela reorganização das carreiras que integram o quadro de apoio;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

ACRESCENTAR APÓS A LETRA e:

❖ **a escolha de horário de trabalho dos ates, quando não houver acordo, deve respeitar de tempo no cargo e tempo na escola, assim como a escolha e atribuição de aulas dos professores;**

❖ **direito dos profissionais em educação participarem das reuniões de pais de seus filhos com dispensa das horas;**

f) defender a composição das carreiras do quadro de apoio em classes e categorias distintas por evolução funcional e de acesso;

g) defender a ampliação da quantidade dos níveis e graus das tabelas de vencimentos do quadro do magistério, contidas em anexo da Lei nº 14.660/07;

h) exigir ajuste nos critérios e interstícios da tabela que combina tempo e título, para fins de evolução funcional, permitindo que o fator título seja, de fato, um acelerador para que os integrantes dos quadros do magistério e de apoio possam chegar à última referência em menor tempo;

i) inclusão na Jeif, independentemente de regência de classe/aula;

j) garantia da mesma composição na Jeif para os professores dos CEIs;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA j DO PARÁGRAFO 7.1.2:

❖ **1/3 da jornada para formação na JBD e na JB, jornada de 30 horas para especialistas e Quadro de Apoio;**

- k) gratificação de 50% pelo serviço noturno, prestado a partir das 19 horas;
- l) hora/aula excedente e de qualquer hora/trabalho além das jornadas a que estão submetidos os profissionais de educação, com valor 100% superior;
- m) direito de enquadramentos para os comissionados estáveis e não estáveis;
- n) direito de incorporação para fins de aposentadoria pelo exercício de cargos e jornadas especiais de trabalho;
- o) redução da jornada do quadro de apoio sem redução de salários;
- p) formação pedagógica e capacitação técnica continuada;
- q) direito de opção para que os todos servidores que hoje atuam na educação possam integrar o Quadro dos Profissionais de Educação.
- r) imediata ampliação do módulo de funcionários do quadro de apoio;
- s) ampliação dos atuais módulos dos professores;
- t) ampliação dos atuais módulos dos supervisores.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

ACRESCENTAR APÓS A LETRA t DO PARÁGRAFO 7.1.2:

❖ **trabalho igual, salário igual.**

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 3 – DEMOCRACIA E LUTA

ACRESCENTAR APÓS A LETRA t:

- ❖ que os assistentes de direção e os secretários voltem a ser eleitos pelos Conselhos de Escola;
- ❖ que o quadro de apoio tenha evolução pelos mesmos critérios dos professores: só tempo, só títulos ou combinação de títulos e tempo e retirar a avaliação da chefia;
- ❖ que o SINPEEM construa uma grade de cursos regionais para o Quadro de Apoio e para os ATEs, para que os mesmos possam ter formação.
- ❖ que tenham uma escala dos funcionários do quadro de apoio e, mediante o critério tempo, possam fazer escolher o turno de trabalho no início de cada ano letivo ou no final deste;
- ❖ colônias com preços escalonados para atender todos os associados.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS A LETRA t DO PARÁGRAFO 7.1.2:

- ❖ contra a exigência do registro dos professores de educação física da rede no Cref. A exigência de filiação ao Cref deve se circunscrever tão somente à atuação do bacharel em Educação Física, não estendendo qualquer jurisdição aos profissionais da educação básica.

7.2 - SINPEEM DEFENDE CARREIRA OPERACIONAL E TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

7.2.A - Não aceitamos a terceirização dos serviços. Defendemos os direitos do quadro de apoio, sua carreira e a investidura nos cargos por concurso público.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 7.2.A:

Impulsionaremos a campanha nacional da CUT contra o Projeto de Lei nº 4.330.

7.2.B - O quadro de apoio vem se transformando em cargo em extinção. Enquanto isso, a terceirização vai se ampliando. Os terceirizados recebem um salário mínimo e as empresas recebem por trabalhador o equivalente a quatro mínimos.

7.2.C - Para os atuais agentes escolares e agentes de apoio, defendemos a mudança de denominações e atribuições, combinada com a realização de concursos para os cargos das carreiras que integram este quadro.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 7.2.C:

É central para a campanha salarial de 2014 a realização urgente de concurso para agentes escolares e de apoio.

7.2.D - Transformação e mudança das atribuições sem desvincular da obrigatoriedade de realização de concurso público para os cargos das carreiras do apoio à educação.

7.2.E - Precisamos do quadro operacional e de auxílio técnico-administrativo escolar composto de cargos de provimento efetivo e funções de livre provimento exclusivamente nas unidades escolares, com as seguintes configurações:

a) classe I – serviços de apoio operacional:

- 1) agente de serviços gerais;
- 2) agente de vigilância e zeladoria;
- 3) auxiliar de merendeira
- 4) merendeira.

b) classe II – serviços de apoio ao aluno:

- 1) agente de apoio ao aluno;
- 2) auxiliar de enfermagem;
- 3) enfermeiro.

c) classe III: serviços administrativos:

- 1) auxiliar técnico de educação I e II;
- 2) secretário de escola;

7.2.1 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM:

- a) criação de uma política de trabalho de formação continuada para o quadro de apoio;
- b) complementação de escolaridade sob responsabilidade do governo;
- c) garantia de substituição nas licenças do quadro de apoio;
- d) incorporação dos vigias escolares (agentes de apoio) ao QPE;
- e) sala para o quadro de apoio em todas as unidades de trabalho, com infraestrutura adequada;
- f) realização urgente de concursos para o quadro de apoio e fim das terceirizações; abertura de concurso público já;
- g) continuação da luta pelo enquadramento dos agentes de apoio ao QPE;
- h) evolução funcional para o quadro de apoio de acordo com os princípios utilizados na construção das tabelas de evolução do magistério;
- i) ampliação do número de cargos de auxiliares técnicos;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS a letra i DO PARÁGRAFO 7.2.1:

- ❖ **por mais cargos de auxiliares técnicos; equiparação salarial entre ATEs I e II; concurso para secretário de escola;**
- j) cursos oferecidos pela administração, específicos para os profissionais do quadro de apoio de níveis fundamental, médio e superior;
- k) afastamento remunerado e diminuição da carga horária para estudar;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR APÓS A LETRA K DO PARÁGRAFO 7.2.1:

- ❖ **redução da jornada de trabalho para 30h sem redução de salário;**
- l) horário de formação dentro da jornada de trabalho, com direito à pontuação para evolução funcional;

- m) aumento do módulo de funcionários;
- n) aparelhos e equipamentos dimensionados para trabalhar em grandes áreas e com grandes volumes;
- o) vestiários com chuveiros e local adequado para refeições.

7.3 - PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

7.3.A - A saúde física e mental dos trabalhadores tem sido afetada pelas condições de trabalho e de salário.

7.3.B - As mazelas sociais se manifestam nas salas de aula. A Unesco aponta que 30% dos afastamentos em escolas da rede pública no Brasil são motivados pela violência e que os professores brasileiros têm o pior salário, comparados aos seus colegas de profissão de outros 32 países de economia equivalente, os obrigando a elevar a carga horária.

7.3.C - A superlotação das salas de aula, a obrigatoriedade da extensão das jornadas, a convivência diária com a violência na escola e seu entorno fazem com que professores, agentes de apoio, auxiliares técnicos e gestores se vejam submetidos a um ambiente que resulta em estresse, depressão e na Síndrome de Burnout (quadro em que o profissional desenvolve uma relação apática com o ofício).

7.3.D - As doenças ocupacionais não se restringem, porém, aos danos psicológicos. Tendinites, bursites, disfonias, disfunções ortopédicas e problemas circulatórios fazem parte do dia a dia do professor.

7.3.E - No tocante à jornada de trabalho dos funcionários de escola, além de extensa, existe a sobrecarga de trabalho, notadamente física, nos casos de limpeza, alimentação e segurança. O manuseio de produtos químicos e a carência de equipamentos de proteção fazem do exercício profissional uma jornada insalubre.

7.3.F - A cada ano, o número de readaptações e de afastamentos de servidores por doença aumenta. Restringir o tratamento ou instituir mecanismos que vinculem ganhos pecuniários à permanência no local de trabalho, que levam o funcionário a trabalhar, inclusive doente, pode gerar problemas crônicos e, conseqüentemente, readaptações definitivas. Precisamos avançar no debate sobre a promoção da saúde do trabalhador e não punir aqueles que ficam doentes.

7.3.G - Condenar o profissional de educação à falta de uma política de prevenção é condená-lo ao adoecimento. Penalizá-lo por estar em licença para tratamento da saúde é bárbaro e ilegal.

7.3.H - Devemos exigir do governo ações preventivas, assistência e reabilitação profissional como política permanente de proteção à saúde dos servidores da educação.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 7.3.H:

A Cipa foi um importante conquista na educação, porém não está funcionando efetivamente nas escolas. Temos incontáveis problemas devido às péssimas condições de trabalho que trazem ao trabalhador graves problemas de saúde. O SINPEEM deve contribuir com o fortalecimento das Cipas dando formação aos cipeiros para que estes possam atuar em seus locais de trabalho e contribuir de forma efetiva com a saúde do trabalhador.

7.3.1 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM

7.3.1.A - Exigir:

a) investimento na proteção e prevenção à saúde do trabalhador;

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

ACRESCENTAR APÓS A LETRA a DO PARÁGRAFO 7.3.1.A:

❖ **fortalecimento e autonomia das Cipas nas escolas e formação para todos;**

❖ **não à discriminação aos readaptados;**

b) descentralização do atendimento médico ambulatorial e com especializações, facilitando o agendamento de consultas e exames;

c) modernização e ampliação da aparelhagem de exames por imagem e exames laboratoriais;

d) extensão do atendimento aos filhos de servidores, independentemente da idade, com deficiências físicas, mentais, auditivas e oftalmológicas;

e) contratação, por meio de concurso público, de profissionais das diversas áreas da saúde para melhor atender aos servidores e seus dependentes;

f) criação de equipes multidisciplinares para atendimento domiciliar daqueles que estiverem impossibilitados de locomoção;

g) criação do Programa de Assistência e Prevenção à Saúde do Servidor;

h) nenhum desconto referente às ausências por licença-saúde;

i) saúde pública, gratuita, estatal e de qualidade para todos;

- j) reconhecimento das doenças do trabalho;
- k) não à privatização do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM);
- l) criação do Centro de Reabilitação Profissional.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 7.4, 7.5 e 7.6 COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

A Diretoria do SINPEEM aplicará o estatuto para subsedes e coordenações regionais compostas por conselheiros eleitos. Conforme o Art. 30, § 12, terá subsedes nas regiões Leste I, Leste II, Norte, Sul e Oeste.

A diretoria do SINPEEM aplicará o Estatuto para a composição do Conselho Geral, respeitando o Art. 30 – parágrafo § 1º - O Conselho Regional do SINPEEM será composto por até 15% do total de representantes sindicais das unidades de trabalho.

O 24º Congresso do SINPEEM modifica o artigo 10º - inciso XI, passando a vigorar a seguinte redação: há impedimento para exercer mandato no Legislativo e/ou Executivo com o cargo na diretoria do sindicato.

8 - POLÍTICAS PERMANENTES DO SINPEEM

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 8:

O preconceito é o irmão gêmeo da ignorância.

As diferenças como dispositivos ideológicos da sociedade de classe.

O capitalismo, como forma de organização social desigual, cria uma série de dispositivos ideológicos que tem como finalidade dividir os trabalhadores. O machismo, o racismo, a homofobia são expressões dessa forma de atuar.

Na realidade, a divisão fundante é a de classe: burguesia e trabalhadores. A burguesia criou, para a classe trabalhadora, dispositivos que a hierarquizam e que dificultam a sua unidade. Portanto, trabalhadores (as) branco (as) /negros (as), heterossexuais/homossexuais, e assim por diante, são fracionamentos utilizados para a divisão dos trabalhadores.

8.1 - QUESTÃO RACIAL

8.1.A - No Brasil, a ideia de uma história em que os conflitos se harmonizam passou a fazer parte do senso comum dos brasileiros e da cultura política do país, tendo sido veiculada pelos sucessivos governos, principalmente a partir da década de 40.

8.1.B - Incorporado por parte da maioria da população, o mito da “democracia racial” se tornou um enorme obstáculo para o embate das demandas e de questões étnico-raciais e sociais e para o movimento negro e outros segmentos, como os movimentos indígenas, femininos e homossexuais, que têm, por particularidade, a luta por uma identidade diferenciada e reivindicações específicas.

8.1.C - Hoje, as evidências do cotidiano são comprovadas pelas estatísticas e pesquisas conglomeradas de várias ordens, capazes de averiguar o fenômeno do racismo e da discriminação racial, em toda a sua complexidade, e do perfil dos discriminados.

8.1.D - Em pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceitos, mas 98% disseram conhecer algumas pessoas que manifestaram algum tipo de discriminação racial.

8.1.E - A questão é muito difícil para o último país das Américas a abolir a escravidão, em 1888. No entanto, assim como o nacionalismo é um limite, uma invenção, é preciso deixar claro que o racismo não se trata de um discurso ocasional.

8.1.F - O fato é que não se manipula no vazio e que, apesar de muitas vezes pragmáticos, rituais, ícones e representações nacionais dificilmente se impõem de forma apenas exterior.

8.1.G - Entender as marcas simbólicas do poder político significa perceber como é possível descobrir a intencionalidade da cultura política, além de atentar para o fortalecimento de um imaginário nacional, que buscou raízes nos ditos populares e em certa maneira particular de entender a cor e a raça.

8.1.H - Estamos diante, portanto, de representações que, além de estarem ancoradas nas estruturas socioeconômicas mais imediatas, são partilhadas coletivamente, mesmo que reapropriadas segundo padrões nem sempre idênticos. E mais: neste processo a composição da população miscigenada sempre pareceu chamar a atenção.

8.1.I - No contexto atual, a respeito das características do racismo nacional e da extensão que o separa de uma igualdade racial, vale a pena ressaltar o grande êxito dos movimentos negro e sindical pelas vitórias acumuladas ao longo das últimas décadas.

8.1.J - Há diversas conquistas, principalmente nas décadas de 80 e 90, no século XX, especialmente no que diz respeito às propostas educacionais, decisórias na transformação do agir da sociedade brasileira, que resultaram num movimento mais consistente e aguerrido. Por meio desta sua união foi derrotado, ao longo dos anos, o “mito da democracia racial”, por exemplo.

8.1.K - Ocorreram debates e mobilizações na mídia, produções intelectuais e foram instituídas leis como a nº 10.639/2001.

8.1.L - Posteriormente à reformulação na Lei nº 11.645/2007, universidades, escolas e movimentos sociais passaram a buscar alternativas e novas propostas pedagógicas. Também impulsionaram o debate no âmbito nacional e esclareceram dúvidas para melhor obter sucesso na elaboração de material didático que contemple os diversos grupos étnicos brasileiros.

8.1.M - No entanto, não se deve omitir que a história da pedagogia e suas práticas nunca contemplaram os afrodescendentes no Brasil, na elaboração dos diversos materiais com conteúdos que não apreciam as contribuições e propostas, a formação de uma educação crítica realizada por educadores discordantes da educação privilegiada aos valores eurocêntricos. Mentes infectadas por mentiras eurocêntricas, embasadas nos racionalismos e cartesianismos que apregoam nas formações acadêmicas a incapacidade dos não europeus e ensinam a desenvoltura do saber surgido na Grécia e desenvolvido no mundo ocidental.

8.1.N - A pedagogia eurocêntrica é inserida a todo o momento através da comunicação, especialmente do poder televisivo. A mídia se tornou o grande caminho da desconstrução das diversas tradições da oralidade ainda existentes e paradoxalmente de formação que invade os neurônios e afirma o projeto mistificador de uma pedagogia inclusiva de direito a todos, através de programas beneficentes de leis como cotas, retirando a palavra reparações da escravidão.

8.1.O - A ideia de diversidade cultural, pluriétnica e multifacetada demonstra etimologicamente que a maioria da população afrodescendente está fora do poder real. No entanto, apostamos na educação como o melhor caminho para a inserção de transformações imediatas que ampliem os horizontes na construção de um projeto político-libertador dos descendentes de africanos no Brasil.

8.1.1 - POLÍTICAS DIRECIONADAS AOS NEGROS INTEGRANTES DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

8.1.1.A - Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 97 milhões de pessoas se declararam negras ou pardas, revelando um enegrecimento da população brasileira.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 8.1.1.A:

O agravamento da crise econômica mundial tem levado a uma situação de polarização social e o conseqüente aumento da xenofobia e do racismo em todo o globo. Com a proximidade dos grandes eventos (Copa e Olimpíadas) e a política de higienização social já em curso em todo o país, que se traduz nas remoções forçadas das comunidades e no crescente processo de criminalização da pobreza.

8.1.1.B - Tal enegrecimento abre uma nova discussão na sociedade brasileira, especialmente no que tange a tipificação de moléstias específicas da população negra a exigir novos procedimentos na área da saúde, no tratamento e diagnóstico destas novas realidades detectadas nas pesquisas.

8.1.1.C - Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) confirmam a tendência observada pelo IBGE no que se refere ao crescimento da população brasileira, apontando uma progressiva estagnação no crescimento da população.

8.1.1.D - Esta estagnação só não será mais veloz porque a taxa de fecundidade da mulher negra é superior à da mulher branca – 2,1 e 1,6, respectivamente –, exigindo do Estado políticas públicas de combate à anemia falciforme, por exemplo.

8.1.1.E - O debate sobre a política de cotas, superado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é um marco importante na luta dos negros.

8.1.1.F - No que se refere à educação, ações no sentido de efetivar nos currículos escolares a Lei nº 11.645/08 são urgentes e necessárias.

8.1.2 - REIVINDICAÇÕES, CAMPANHAS E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM

8.1.2.A - O SINPEEM deve defender e lutar por:

- a) implantação de modelo de gestão pública de promoção da igualdade racial;
- b) qualificações de servidores e gestores públicos representantes de órgãos municipais;
- c) construção do mapa da cidadania da população negra;
- d) identificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra;

- e) realização de censo dos servidores públicos negros;
- f) projetos de saúde para a população negra;
- g) projetos de apoio à juventude;
- h) implementação da política de transversalidade nos programas do governo municipal;
- i) implementação da Lei nº 10.639/2003, que dispõe sobre a capacitação dos professores e aprimoramento dos currículos;
- j) adoção de estratégias que garantam a produção de conhecimento;
- k) divulgação dos direitos humanos aos servidores públicos e aos alunos da rede municipal de ensino;
- l) incentivo à adoção de programas de diversidade racial;
- m) implementação de espaços culturais, como o Museu de História da África, no município de São Paulo;
- n) lutar contra o genocídio da população negra.

8.2 - QUESTÃO DE GÊNERO

8.2.1 - A LUTA DA MULHER PELO ESPAÇO A QUE TEM DIREITO

8.2.1.A - As relações entre homens e mulheres ao longo do desenvolvimento da presença humana na Terra foram marcadas por desigualdade e opressão das mulheres.

8.2.1.B - De uma perspectiva histórica, os últimos cem anos têm configurado uma verdadeira revolução no tocante à crescente presença das mulheres em todas as instâncias da vida pública. No processo de ampliação da experiência democrática, o importante é articular as demandas e lutas por temas que unam mulheres e homens na continuidade histórica de responsabilidades humanas e sociais.

8.2.1.C - O tratamento que se dá à questão de gênero é uma forma de enfatizar a dimensão social e, portanto, histórica e cultural, das concepções cristalizadas relativas às desigualdades entre os gêneros feminino e masculino.

8.2.1.D - No Brasil, nossa formação sociocultural presidiu a integração de nosso território. A população brasileira, com base nos dados do último censo demográfico e nas estatísticas intercensitárias, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), é majoritariamente formada por mulheres, distribuídas igualmente em todos os níveis socioeconômicos presentes e, também igualmente, por todo o território nacional. Ou seja, não existem regiões com predomínio numérico populacional do sexo masculino.

8.2.1.E - Ainda que a população do Brasil se localize majoritariamente nas áreas urbanas, a distribuição espacial das mulheres também não ocorre de maneira igual. O que se destaca é a concentração de populações de baixa renda nas áreas mais afastadas do centro, ocorrendo, especialmente, em ambientes não adequados ao assentamento humano. As questões relativas à organização familiar e mesmo à fertilidade têm profunda conotação socioeconômica e, como consequência, possuem localização físico-territorial precisa.

8.2.1.F - Pode-se, assim, visualizar duas situações no âmbito das questões relativas à vulnerabilidade da mulher. Uma, ligada ao gênero feminino, focaliza a violência doméstica e a violência urbana. A outra, sobre a vulnerabilidade socioeconômica, diz respeito à mulher no sentido da organização da família. As mulheres são responsáveis por 58% delas. Daí a importância de sua condição educacional, sua habilidade no trabalho e seus resultados materiais, a habitação e os equipamentos urbanos necessários à sua sobrevivência, como elemento estratégico de justiça social e de uma sociedade mais igualitária.

8.2.1.G - Por isso, uma das prioridades na promoção da cidadania precisa ser a igualdade de gênero, a ser defendida por meio de uma lei da paridade, em que a mulher tenha efetivamente os mesmos direitos. É necessário, ainda, reformar o Código do Trabalho para dar condições de conciliação entre vida familiar e vida profissional.

8.2.1.H - Enfrentar estas assimetrias de gênero não constitui apenas um valor em si mesmo, mas igualmente um forte papel na redução de nossas históricas desigualdades.

8.2.1.I - As diferenças de gênero são transformadas em desigualdades sociais. Através da violência social, o assédio moral, sexual, no trabalho, nos ambientes escolares e fundamentalmente nas próprias residências, onde se encontram os maiores índices de violência. A cultura do machismo tem permeado todas as classes sociais, sem distinção.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 8.2.1.I:

O Estatuto do Nascituro prevê a concessão de toda forma de assistência à mãe que tiver a criança gerada pelo ato sexual violento. Se há uma preocupação que os legisladores e governantes desse país devem ter é com o fim do estupro e não com o fim dos abortos realizados em decorrência do estupro. O Estatuto do Nascituro banaliza a violência e criminaliza as mulheres. O artigo 30, nas disposições finais, enquadra o aborto como crime hediondo, na mesma categoria jurídica do estupro, homicídio, latrocínio etc.

8.2.1.J - As mulheres, como principais vítimas da pobreza e dos mais baixos salários, asseguram os maiores índices de violência, gerada por esta resistência do mundo competitivo de forma arbitrária. Sem dúvida, essa realidade arremessa as mulheres a um cotidiano enraizado em distorções socioeconômicas, que compatibilizam com as esferas da humilhação e da indignação.

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 8.2.1.J:

As mulheres têm direito a tomar decisões sobre sua vida com autonomia. A criminalização não evita o aborto no Brasil. As mulheres pobres, negras e jovens, do campo e da periferia são as que mais sofrem com a criminalização. Elas que recorrem a clínicas clandestinas e a outros meios precários e inseguros, já que não podem pagar pelo serviço clandestino privado. Essa questão deve ser enfrentada com seriedade e sem hipocrisia. Defendemos a não criminalização da prática do aborto, pelo fim da perseguição, condenação e morte das mulheres.

Combater a exclusão de transexuais e travestis das escolas públicas por discriminações e agressões na escola. Defendemos a aprovação de projetos que garantam os direitos homoafetivos como o casamento igualitário; aprovação do PLC nº 122 que criminaliza a homofobia; debate e conhecimento pela rede municipal de ensino da Lei Estadual nº 10.948 que dispõe sobre penalidades à prática de discriminação em razão de orientação sexual; reconhecimento do nome social de travestis e outros nas escolas públicas.

8.2.2 - CAMPANHAS, REIVINDICAÇÕES E AÇÕES POLÍTICAS DO SINPEEM

8.2.2.A - O SINPEEM deve defender e lutar por:

- a) políticas públicas específicas em favor das mulheres;**
- b) garantir no ensino público a valorização da educação, com ênfase em gênero;**
- c) promover a construção de um currículo com diretrizes que contemplem a questão de gênero;**
- d) promover políticas de combate à discriminação de gênero, à lesbofobia (ou lesbifobia) e à homofobia;**
- e) combater a exploração sexual infantojuvenil;**
- f) combater o tráfico de mulheres;**
- g) exigir a inclusão na Lei nº 14.660/07 da licença-maternidade como sendo de efetivo exercício. Esta exclusão tem penalizado as servidoras que engravidam no decorrer do cumprimento do estágio probatório;**
- h) exigir a revogação do artigo 7º do Decreto nº 52.622/11, que dispõe sobre o horário de estudante e impede o gozo cumulativo com horário especial para amamentação, regulamentado pelo Decreto nº 45.323/04;**
- i) exigir a implementação de políticas públicas de saúde que permitam à mulher fazer livre escolha sobre sua sexualidade e seu corpo.**

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

ACRESCENTAR APÓS A LETRA I DO PARÁGRAFO 8.2.2.:

- ❖ **contra o Estatuto do Nascituro e a Bolsa Estupro! Aborto seguro e legal!
Defender a vida é legalizar o aborto. Veta Dilma!**

EMENDA ADITIVA

PROPONENTE: GRUPO 10 – EDUCADORES SOCIALISTAS NA LUTA

ACRESCENTAR APÓS O PARÁGRAFO 8.2.2.:

MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE E MOVIMENTO ESTUDANTIL

A luta dos estudantes é fundamental para a transformação social e para a defesa de uma educação de qualidade. Depois de protagonizar lutas históricas, a juventude já deu provas suficientes de sua força, como no Fora Collor e na luta contra o aumento da passagem de ônibus e metrô. Com o imobilismo das principais entidades estudantis (UNE, UBES e UMES), que se transformaram em fábricas de carteirinha a serviço dos governos, é necessário impulsionar a formação de grêmios nas escolas municipais. Para que sejam eficazes em suas mobilizações, os grêmios devem ser livres, isto é, não podem depender da direção da escola para funcionarem, e devem ser de luta, ou seja, não podem exercer um papel “decorativo” entre os estudantes, mobilizando os alunos para além da realização de festas e campeonatos.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROPONENTE: GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 8.1 AO 8.2.2.A POR:

Vivemos em uma sociedade de classes, que coloca em oposição uma imensa maioria de explorados e uma minoria de exploradores. Todas as formas de opressão têm raiz na contradição fundamental entre os detentores dos meios de produção, a burguesia, e aqueles que vendem sua força de trabalho para sobreviver, a classe operária.

O racismo, a homofobia, o machismo somente serão erradicados com o fim da sociedade de classes. As bandeiras específicas serão conquistadas apenas se as ligarmos às mais gerais, através de uma luta unitária dos oprimidos contra a classe dominante.

A divisão dos explorados em movimentos específicos, com reivindicações corporativistas, nos enfraquece e nos desvia da luta anticapitalista. Defendemos: fim de toda opressão e preconceito por meio da luta contra o capitalismo.

ASSINAM O TEXTO REFERÊNCIA

GRUPO 1 – COMPROMISSO E LUTA

Claudio Fonseca, Adelson Cavalcanti de Queiroz, Cleide Filizzola da Silva, Cleiton Gomes da Silva, Doroty Keiko Sato, Eliazar Alves Varela, Fidelcino Rodrigues de Oliveira, João Antônio Donizzetti de Carvalho, João Baptista Nazareth Jr., Josafá Araújo de Souza, José Corsino da Costa, José Donizete Fernandes, Júlia Maia, Lillian Maria Pacheco, Luzinete Josefa da Rocha, Maria Cristina Augusto Martins, Nilda Santana de Souza, Mônica dos Santos Castellano Rodrigues, Myrtes Faria da Silva, Floreal Marim Botias Júnior, Patrícia Pimenta Furbino, Reni Oliveira Pereira e Teresinha Chiappim. Também assinam: Adalésio Vieira de Oliveira, Ademar de Souza Zanini, Ademir Cioti, Adirce Aparecida Rodrigues Matoso, Adriana dos Santos Silva, Adriana Gomes da Silva Azevedo, Agostinho Simões da Silva, Alcina de Lourdes Pires R. Paes de Toledo, Alcina de Lourdes Pires R. Paes de Toledo, Alcina Jesus Santos, Alencar Ribeiro Pimentel, Alessandra Civantos Lima, Alessandra Rojas Maciel de Ávila, Alex Oscar Gonçalves Pereira, Alex Sandra Silva Costa de Jesus, Alexandre Alves Matias, Alexandre Machado Rosa, Alexandro Belchior Corrêa, Alex Sandro Alves de Barros, Aline Aparecida Machado Bortoto, Amanda Tatiana da Rocha Gerez, Amós Fernandes, Ana Amélia Hipólito Reis da Silva, Ana Cristina Ramires da Silva, Ana Maria Sabino Rocha, Ana Paula Barbosa da Silva, Ana Paula de Macedo Reinfederon, Ana Paula Nascimento Todovertto, Ana Paula Ribeiro F. E. Castro Lammoglia, Anadir Soares de Oliveira, Anderson Miranda de Souza, André Brighi Sanches, André Luiz Mendes Costa, Anezite Padilha de Souza, Ângela Avelino Cortez, Ângela Caravante Aleluia Negro, Ângela de Cassia Alves, Ângela Venâncio da Silva, Angélica Tobal, Anne Frank, Antônia Floriano de Oliveira, Antônia Itália Scaldelai Strabelli, Antônia Lima da Silva, Antônia Maria Ferreira de Souza Oliveira, Antônio Aparecido dos Santos, Antônio Bispo Pereira Júnior, Antônio Carlos Todovertto, Antônio Di Giorgi Filho, Antônio Zamai, Anunziata Stella Petrarca, Aparecida Dias Conde, Aparecida Regina Batista de Paula, Araci Soares Silva, Arismar Campion, Arisvan Ferreira de Lima, Arlindo José da Silva, Áurea Gonçalves Veiga, Balbino de Jesus Gomes, Benedito Adão Monteiro, Benvinda Maria Leonidas Bezerra, Camila de Mello Pires, Camilla Juliana Pacheco, Carla Martins Valente, Carlos de Castro Lira, Carlos Honorato, Carmen Maria Souza Gomes Teixeira, Carolina de Souza Leis Frontini, Carolina Gonçalves Milanez, Cátia Raphael Gonçalves, Cecília de Oliveira, Célia Maria dos Santos Alencar, Celina Caetano de Souza, Célio dos Santos Gonçalves, César Augusto Meciano, Christiane Araújo Tejo Schmidt, Cibele Batista da Silva, Cibele da Rocha Ferreira de Moraes, Cíntia Aparecida Silva de Oliveira, Cíntia Rodrigues dos Santos, Clara Lúcia Camilo, Claudemira Maria de Jesus Moura, Cláudia Regina Fugihara, Cláudia Regina Serradella, Claudete Machado Rocha, Claudinei Lombe, Cláudia Gomes Vieira Monte, Cleonice Alves dos Santos, Cleonice Helena Oliveira da Silva, Cleusa Maria Marques, Cleusa Rocha dos Santos, Clice Araújo dos Santos, Clóvis de Carvalho Moraes, Conceição de Maria da Silva Freitas, Cristina Aparecida Rodrigues do Aguiar, Cristina Aparecida Silva Bezerra, Cristiane Fares Farah, Cristiane Maria de Souza, Daiane Eugenia de Souza, Daisy de Medeiros Melchior, Dalva de Souza Santos, Daniela Apolinário da Silva, Daniela Clemente Barros, Daniela do Amaral Maia, Daniele Pereira Barbosa, David Vieira da Costa, Dalva Donizzetti Lepres, Daniel Franca Almeida, Deborah de Andrade Galvão, Deise Olímpia Ferreira, Deiseluce Cruvinel Maurici, Denide de Fátima da Cruz Coutinho, Denise Mutschele Bifoni, Deuel Barreto Garcia, Dília Aparecida Timotino, Dimas Noronha Marins de Melo, Dinah Costa Cunha, Donizeth Pires da Silva, Doraci Krause de Oliveira, Dorcas Rosa Schwarzer, Dóris Aguiar Anicelli, Dorli Ribeiro Basílio, Douglas Alves de Oliveira, Douglas de Barros, Durvalino Rodrigues dos Santos, Edgar Tadeu Pereira, Edimar José de Souza, Edna Aparecida Eleotério, Edna de Oliveira Calabianqui, Edna Maria Marino, Ednaldo Aparecido da Silva, Edson Alencar Barbosa, Eduardo Henriques de Macedo, Edvaldo Pinto Gabriel, Eglair Pereira Lima, Elaine Alves da Silva, Elaine Carvalho Loureiro, Elaine Cristina dos Santos, Elaine Cristina Ramos de Almeida, Elaine Cristina Gimenes de Freitas, Elaine Cristina Prince Gomes, Elaine da Rocha dos Santos, Elaine Nunes Fernandes da Silva, Elaine Paula Ribeiro Reis, Elaine Radaic da Silva Penezio, Elen Zulmira Honorato Prince, Eliana Eiko Marianno Kawagoe Batista, Eliana Ferreira dos Santos Rocha, Eliana Santos Matos, Eliana Silveira, Elisa Maria Veloso Camera, Elisabete Pozzani Reis, Elisana Aparecida Domiciano de Joani, Elizabete Ferraz Paes, Elisabete da Silva Salles, Elisabete Santa Anna, Elizabeth da Costa Vieira Cordeiro, Ely Neves Matos, Elza Aparecida Vicenmtini Lins, Elza Correia dos Santos, Elza da Cruz Pratis Besogli, Elza de Souza Soares, Ema Ali El Sayed, Emília de Andrade Mello Santos, Enéas Cavalcante de Queiroz, Érica Aparecida Rodrigues Molina, Ernesto Cruz Macena, Esmeraldo Falleiros de Mello, Eufrasia Rodrigues Rasino, Eulina Rodrigues da Silva Zamai, Eunice Aparecida Alfredo, Eunice Moraes Domingues, Eunice Oliveira, Eurides Pontes dos Santos Soares, Eva Isildinha Bortoletto Magnani, Evandro Gabriel, Evandro Stelzer, Evanildo Ferreira de Carvalho, Evaristo Ceschin, Eversan Aparecida Egdio da Silva, Ézio José Ribeiro de Souza, Fábila Gordano Guilherme Kadayán, Fábio Ricardo dos Santos, Fábila de Moura Silva dos Santos, Fátima Aparecida Altran de Souza, Fátima Aparecida de Oliveira, Fátima Aparecida Pereira da Silva Bernardino, Fátima Botelho dos Santos, Felício Camargo Neto, Fernandes Pikauskas, Fernando Oliveira dos Santos, Filomena Scola Delgado Y Delgado, Flávia Matrigani Mercado Gutierrez, Flávia Paulina Góis Fontes, Flórisa Rodrigues da Silva, Francilene de Souza Tavares, Francisca Pereira da Rocha, Francisca Zulmira de Souza, Francisco Livino de Noronha Neto, Francisco Tadeu da Silva, Gabriela Fidellis do Nascimento, Genoveva Carmo Rodrigues de Andrade, Gentil Salvador, Gentil Tadeu Gomes, Geraldo de Castro, Gerson de Carvalho, Gessilene Sousa de Moraes, Gilberto Adão, Gilene Cruz Felix de Souza, Gilvane Alves de Oliveira Lima, Gilvânio Guedes dos Santos, Gisele Quaresma Caetano, Gislaire Dario Barbosa, Gislaire Gomes da Silva, Gislene de Souza Gomes, Heitor Rodrigues de Figueiredo, Helena Carlos Ferrari Rosa dos Santos, Helena do Carmo Silva, Heleny Soares de Lima Serrano, Heloísa Valle Fernandes, Henriqueta Marques Montanha, Herbert Vicente Bastos, Hernando Feitosa Bezerra, Hosana Santos Souza, Iraci Garcia do Amaral, Isabel Aparecida Braga, Isabel de Jesus Bezerra Silva, Isabela Crisóstomo Cândido de Oliveira, Israel Pereira de Lima, Ivanildo Alves da Silva, Ivone Aparecida Neves, Izequiel Rodrigues, Izilda de Gouveia da Mata, Izildo Batista de Barcellos, Jacinta Maria de O. da Cruz, Jacira Moraes dos Reis, Jaime Alves da Silva, Jair da Silva Santos, Jane Munhoz, Janete Portera dos Santos, Jaqueline dos Santos, Jaqueline Xavier Lima, Jenny Bolea Balestero, Joana D'Arc de Castro Farias, Joalice Arlete da Silva Santos, João Alberto Batista Garcia, João Batista, João Carlos Marques da Silva, João de Oliveira Neto, João Gilberto de Araújo, João Luis Lopes Pinheiro, João Oliveira Ferreira da Costa, Joel Santana de Oliveira, Jonias Sales de Souza, José Augusto de Souza, José Aparecido Batista, José Carlos Pinto de Freitas, José Carlos Santiago Segura, José Geremias Caetano, José Jacinto dos Santos Júnior, José Luiz Garcia da Silva, José Roberto de Oliveira Almeida, José Oliva de Santana, Josefa Maria Muricy, Josefina Maria de Jesus Conceição, Josenilda Pereira Macedo Nosse, Jovilina Leal Costa Cais, Judite de Caires dos Santos Nascimento, Júlia Aparecida Brancaccio, Júlia Efigênia Neto, Júlia Maria Franceschini, Juliana Cristina de Arruda Bernardo, Karen Cristina Machado, Kátia Batista Milani Martinez, Kátia Cristina Pereira Campos Dias, Kátia Helena Siqueira de Araújo, Kátia Maria Requena Duarte, Kátia Regina Gianpaulo, Kátia Rocha, Kátia Sirlene Limonte Victorino, Kátia Tomaz, Kelly Cristina Bulgarelli Silveira, Larissa Verônica dos Santos Souza, Leandro Gomes Molina, Leila Maria da Silva Chicoli, Leila

Ribeiro da Rocha, Leilane Dolenc de Souza Góes, Lilian Castelhanos, Lilian Mara Reis Ferreira, Lindamar Garcia Rosas Gonçalves, Lourdes Pereira dos Santos, Lucas Vinha Teixeira, Luci Ferreira Hernandes, Luci de Lourdes Marao Vidal, Lúcia Teixeira Ribeiro, Luciana Aparecida Tresseno Resende, Luciana Correa, Luciana Germano Augusto, Luciana Serafim, Luciane Oliveira de Sousa, Luciane Rodrigues Jubilato, Luciano Antônio de Souza, Luciano Nunes de Almeida, Lucilene Galassi Santoro, Lucila de Jesus Nepomucena, Lucila Simões de Vasconcelos Pereira, Lucimar Lima de Souza, Lucimar Martins Ribeiro, Lucy Ferreira de Almeida, Luís Roberto Gullo Pereira, Luiz Claudio Ferreira da Silva, Luiz Gomes de Oliveira, Luiz Gustavo Firmino, Luiz Henrique da Costa, Madalena dos Santos Poças, Magda Valderez Rodrigues, Magali de Fátima Oliveira, Maira Aparecida Adriano de Oliveira, Marcela Sheila Teodora Santana, Marcelo da Silva Santos, Marcelo Marcatti, Márcia Aparecida Ciriaco Paz, Márcia Almeida, Márcia Aparecida Nogueira Valadares, Márcia Aparecida Richardi, Márcia Araújo Feitosa, Márcia das Neves, Márcia Helena da Fonseca Gomes, Marcos Antônio dos Reis, Marco Antônio Porto de Franca, Marcos Campos Carneiro, Marcos Ken-Iti Morikawa, Marcos Roberto Afonso, Margarida Eulina de Oliveira, Margarida Silvério, Maria Adalbeci Saldanha, Maria Adélia Gonçalves Ruotolo, Maria Agle Alves Pereira, Maria Angélica Moutinho Cavalcanti, Maria Aparecida Ferreira de Moraes, Maria Aparecida Gieczewski, Maria Aparecida Barbosa, Maria Aparecida Silva dos Santos, Maria Aparecida Souza, Maria Auxiliadora Fernandes, Maria Auxiliadora Shibao, Maria Barbosa de Lima, Maria Benedita Pedro, Maria Bernadete Toledo Santana, Maria Cecília Botelho Chemello, Maria Cecília do Nascimento Miron de Freitas Coelho, Maria Célia Barbosa da Silva, Maria Claudia da Silva Reis, Maria Cristina Fregonesi, Maria de Cássia Flor Teixeira, Maria das Dores Santana Alaminos, Maria das Graças Matrigani M. Gutierrez, Maria de Fátima Augusto Calvo de Lima, Maria de Lourdes Quintino de Lima, Maria do Carmo Neta Franklin, Maria do Socorro Alves dos Santos, Maria do Socorro Galdino Chaves, Maria do Rosário Gomes, Maria dos Anjos Góis Fontes, Maria dos Prazeres Garcia Martins, Maria Estela de Almeida, Maria Eunice dos Santos, Maria José de Paula, Maria Helena de Sal Assunção, Maria Helena da Silva, Maria Helena de Souza França, Maria Hélia Vieira Ferreira, Maria Inês Leandro, Maria Iracema Mendes, Maria Janiere M. Quintino Kupper, Maria José da Silva, Maria José Viana Silva Andrade, Maria Geruza Barbosa Nogueira, Maria Gorethe da Rocha Sousa, Maria Ivone Nunes da Silva, Maria Leonor de Fátima, Maria Lúcia dos Santos Oliveira, Maria Márcia de Oliveira, Maria Otilia da Cunha, Maria Salete Guedes Leal, Maria Sirlei Reino, Maria Sueli de Vasconcelos, Maria Sueli Santos da Silva, Marieta Emília Pereira Gomes, Marilena Veras Abreu, Marina Aceiro Antônio, Marinalva da Silva Santos, Marineusa Medeiros da Silva, Marisa de Lima Garcia, Marizabel Ferreira de Souza Tavares, Marlene Aparecida, Maurício Ferreira Telis, Medeiros, Marlene de Paiva Barros, Marlene do Amaral, Marlene dos Santos Silva de Arruda, Marlene Gomes Guimarães de Oliveira, Marley Pereira, Marli Janete Martins, Mary Sericawa Brocco, Matilde Zigrini Gomes, Maura Sales da Silva Santos, Melissa Cecília Vieira Trigo, Meire Tassinari, Miluci Pirolli de Oliveira, Miriam Aparecida da Silva, Miriam Rodrigues Sanches, Mirvania Maria Graciano Abrantes, Meire Antônia Vitorino, Mônica Guedes Cunha, Mônica Lemos Amoroso, Neide Angelin, Nilde Antônia da Silva Fonseca, Neucília Borges da Silva, Neuza Maria Alves Wajman, Nicanor Pereira da Silva, Nice Beraldo, Niisa de Sena Silva, Nilton Tadeu Toledo de Almeida, Nilza de Abreu Lira, Nivea Maria Paiva Otoni, Noemia Alves de Souza, Norma Aparecida de Souza Barros, Odair Perez Bernal, Ondina Rita Pimenta de Figueiredo, Osni Breus Silva, Otoniel de Lima, Oziel da Silva Lima, Patrícia Lopes, Paula Luana de Sanctis Ayres da Gama, Paula Vanessa Alves Carvalho Ribeiro, Paulo Eduardo Pereira Marques, Priscila Pita de Almeida, Raimundo Matias de Araújo, Raquel Crispim Garcia Lopes, Regina Angélica de Campos Faria, Regina Angélica de Delomo Pereira, Regina Aparecida Paulo Lyrio, Regina Butsher Cruz, Rejane Júlia da Silva, Regina Cristina Scoton Machado Miranda, Rejane Márcia G. Ferreira Macedo, Renata Rodrigues Ludovino, Renato Alves de Melo, Ricardo Cardoso de Moraes, Ricardo Marcolino Pinto, Rita de Cássia da Rocha Cunha, Rivanda Oliveira de Santana, Roberta Batista Apolinário da Silva, Roberta Batista dos Santos, Roberto Jorge Guanaes Simões, Roberto Marçal da Silva, Rodrigo Muniz Munhoz, Ronaldo Coelho de Sousa, Ronaldo Vicente Vaio, Roni Chiappin Guimarães, Roque de Campos, Roque Melchior, Rosa Ângela Falce de Souza, Rosa Maria Santana Magalhães, Rosana Alves, Rosana Aparecida Bezerra, Rosana Rodrigues da Silva, Rosângela A. Pagano de Oliveira G da Silva, Rosângela Diamantina Bezerra, Rosângela Galvão Cavalcante de Queiroz, Rosângela Moreira Yamanaka, Rosângela Ribeiro Rocha, Rosângela Terassi, Roseleine da Gama, Roselene de Jesus Santana, Roseli da Silva Cerqueira, Roseli D'Agostino Jurevits, Rosely Aparecida Corrêa Pinto Reis, Rosemeire Cardini Pereira, Rosemeire Rodrigues Bittencourt, Rosimeire Camargo Moros, Rosimeire Lopes Mendes da Silva, Rubens de Rício, Ruy Barboza, Salete Pereira, Salma Felix Mendonça Cruces, Sandra Nascimento de Araújo, Sandra Regina Pereira Monteiro, Sara Cristina Valentin, Sarah Martins Lopes, Sebastião Maximiano Silva, Selma de Fátima da Cruz, Selma Regina Alexandre Pereira, Selmo Henrique de Araújo, Semiranis Perillo Correia Lopes, Sérgio Augusto Sella, Sérgio de Oliveira, Sérgio Roberto Cardoso, Severina Maria Padilha dos Santos, Silvana de Oliveira Castilho Costa, Silvana Ramos da Silva, Silvania Ruede Felipe Elias, Silvia Néia da Silveira, Silvio César da Silva, Silvio Marciel Monari, Simone Correia de Souza, Solange Aparecida de Oliveira, Sônia Aparecida de Brito Valdivieso, Sônia Aparecida Romé, Sônia Conceição Santos, Sônia Maria Gama Silva, Sônia Maria Marçal, Sônia Natalina dos Santos, Sônia Rachel Rodrigues Bettoni, Sônia Regina Piesco, Sônia Regina Thomaz dos Santos Ribeiro, Sônia Rosa Augusto Ingesta, Sônia Soares Andrade, Soraia Emiko Sekii Stizz, Sueli Aparecida Aceiro, Sueli Cholla, Sueli Fernandes, Sueli Gomes, Sueli Leite Monteiro Matias, Sueli Marta de Moura Fidalgo, Suzana Ludovina Ramos de Souza, Suzeli Oliveira Pereira, Sueli Pozzani, Susamar Pereira da Costa, Suze Modesto de Souza Dias, Tânia Expedita de Oliveira, Tânia Meire Ferraz, Telma Geralda Felipe, Temício Firmino da Costa, Teresa Cristina dos Santos Martins, Terezinha Belo Oliveira Garbosa, Terezinha de Souza Oliveira, Thania Lucien Feitosa da Silva, Ubirajara Araújo Julião, Umberto Crespilho, Ursula Andrade Furian Alves, Vagner Corrêa Leite, Valdete de Fátima Soares Caetano, Valdiva Ribeiro do Nascimento Santana, Valéria de Jesus Silva, Valéria Maria Ferreira Szapak, Valério de Jesus Silva, Vanda Aparecida Batista, Vanderlei José Domingos, Vanessa Soares Benetti, Vera Lúcia Gonçalves Stramaro, Vera Hloísa Boaretto, Victor Rhafael de Paula Oliveira, Vita Mizael da Veiga Dias, Viviane dos Santos, Viviane Pavanello Garcia Artero, Wallace Laboissiere, Walkisse Moura, Walquíria de Jesus, Willian Balduino, Wilma Aparecida Soares, Wilson Akio Kiyomen, Wilson Antônio da Silva, Wilson Martins, Winstya Peixoto de Mesquita Eufrásio, Yara Arroyo Gomes Corrêa, Yuri Alexandre Lisboa e Zilma Santos de Souza.

ASSINAM AS EMENDAS

GRUPO 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

Ana Paula Carvalho, Denise Assis da Silva, Elisângela Lisboa Micheletti, Gustavo de Andrade Galbes, Gustavo Tadeu Sanches, Mônica da Silva Rodrigues e Sérgio Augusto Brunetto. Também assinam: Adriana Oliveira Costa, Agnaldo Ferreira, Aldimária A. Lopes, Alexandre Guimarães da Silva, Ana Eloisa Carvalho, Ana Gomes dos S. Souza, Ana Lucia Aparecida Ferreira, Ana Maria Esteves, Ana Paula Batista, Andréia Antônia Delmaschio, Ângela Cintia Sbrissa Cunha, Antônio Carlos da Silva, Antônio Sergio Figueiredo, Antônio Souza Maia, Carla Regina Alves Membríbes, Carlos Napolitano, Célia Regina Carvalho, Charleston R. S. Lopes, Cibele da Silva Luko, Cintia Lucia de Oliveira Freire, Claudete Ap. Coimbra Lira e Silva, Claudia Aparecida Rocha Galante, Claudia Raslosnek Ziteli, Cláudia Regina Moura, Claudiné Mendes da Silva, Cleide Pires Maciel Sanchez, Cleonice Guilherme Stralho, Cristiane Donizete Pereira da Cruz, Damaris Ap. Fellari Espósito, Daniela Cosnta Ramos Pissai, Daniela de Santana Lobato, Daniela Duarte Castro, Daniella Caterina B. Aliende, Davi do Carmo Ferreira Silva, Dilmá Correa de Oliveira, Domingas Maria de Almeida, Edem Elhage Omar, Edilson Affonso Edson Caro, Elaine Ap. Toso Matuda, Eliane Aparecida de Souza, Elias Santos Oliveira, Eliete Tavares de Oliveira, Elizabete Baptista de Godoy, Eloisa Siqueira Assencio Barbosa, Elton Carlos de Oliveira Freire, Elzira Rodrigues Oliveira, Ênio Tadeu de Freitas, Erika Gisella Andrade Prado, Ezilda Gonçalves, Fátima Carvalho de Souza, Fernanda Mendes, Francisco Inácio da Luz Júnior, Gertrudes Maria Holanda Lavor., Gislene Mercês Assunção, Graziela Cristina Moreli, Guilherme Redondo, Heraldto Rasful, Ivani Aparecida de Azevedo, Ivone Paladini, Jailza Ramos de Santana, Janete Teresa Domingos, Jeferson Pereira dos Santos, José Antônio Valoura, José Paulo Barbosa, José Roberto Lakatos, José Roberto M. Vasconcelos, Josenilda Roque Caetano, Júlio Cesar Casegas Catarino, Karina de Oliveira Francisco, Karina dos Santos Cabral, Karine Cristiane Ferreira Aleix, Leni M. Valerio Martins de Freitas, Leonor Antunes, Liliâne Battistin, Lucimar Aparecida B. Lara, Luiz Carlos Borges, Luiz Henrique Oliveira Ferreira, Magda Marli C. Gusmão dos Santos, Mahyr Aparecido Joaquin, Maite Tays de Oliveira Joaquin, Márcia Rodrigues da Silva, Marcia Tonelotto Bruns, Maria Angélica de Oliveira, Maria Antônia V. Pecegueiro, Maria Aparecida Delfino da Silva, Maria Aparecida Macedo, Maria Cícera de Almeida, Maria da Conceição Pereira da Silva, Maria das Graças Lima Pereira, Maria de Fátima Aguiar Cordeiro, Maria Deusly Correia De Holanda, Maria Dilmá da Chaga, Maria Isabel Garcia Chiaretti, Maria Izabel da Penha Cortizio, Maria Izabel Porcaro, Maria Luiza Valentim de Souza, Maria Marta Santos de Campos, Maria Novaes de Oliveira, Maria Odete de Santana, Maria Raquel Dugate Pedrosa, Marilene Pereira da Silva, Marina Beatriz dos Santos, Mario Moraes Júnior, Marisa Vital Caetano, Marli A. C. Menegacci, Marta Júlia de Souza Silva, Maurício Beranger, Maurício Silva Reis, Meire Festa, Mirian de Souza Amorim, Monica Palarthy, Neuza Carvalho Melo, Nilda Alves dos Santos Ikemoto, Nilton Carlos Pereira, Nilton Carlos Pereira, Nilzeti Miranda da Silva, Noemi Batista Soares, Oberaci Musa, Oliveira da Silva Reis, Paulo Henrique Cardoso dos Santos, Priscila Cristina Santos, Priscila Leme B. Malaquias, Eliana Almeida Antunes Queiroz Silvia Regina Bortoleti, Ricardo Bellini Neto, Ricardo Rodrigues Pinto, Rita de Cassia Aroni, Roberto Cezario Leite, Roberto Rosas de Moraes, Rosalinda Marlene do Nascimento, Rosana Guimarães da Silva Gomes, Rosângela Moreira Yanamaka, Roseli Zapparoli, Rosely Alves Carmona Kiss, Rosemarie R M Barros, Rosmeiry Tanaka Costa, Sandra Aparecida Melo, Selma Fernanda Garofalo, Silene Ap. Albuquerque da Silva, Silvia Carvalho dos Santos, Silvia Regina dos Santos Piza, Sonia Maria Cordeiro, Sonia Pereira, Sonia Regina Silva Martins, Sonia Regina V. Veiga, Tania Mara Gonçalves, Tania Regina de Oliveira Borges Ferreira, Telma Cristina Menecatte de Oliveira, Ursula A. Paiva, Valéria Fortunato Koury, Vania Ap. Moreira da Silva, Vera Lucia Conceição dos Santos, Vera Lúcia de Lima, Zenia Ferreira dos Santos, Zilberto Luiz Salim.

GRUPO 3 – DEMOCRACIA E LUTA

Assinam: Almir Bento de Freitas, Romildo Rodrigues, Serafim Alves, Adriana Bertani Leite, Adriana Kiler, Alana Micaela Formazza, Ana Cristina Santos Silva, Ana Lúcia da Silva Oliveira, Ana Lúcia de Barros Aranha, Andrea Deziderio e Silva, Andréia Ferreira de Souza, Andréia Nogueira dos Anjos, Ângela Regina Ferreira, Aparecido Orique Fernandes, Bernardete de Lourdes Bellangero, Carlos Luiz da Silva, Cátia Roberta Santos, Célia Regina Vigatto, Cícero Souza Silva, Cleber Ferreira Santos, Gonçalves Senna, Gleniza Dias de Amorim, Cleonice da Silva, Cristiane Viana Brito, Cristina Helena Cortez, Dalva das Graças Araújo, Débora A. Sasso, Edite dos Santos Diniz, Edson W. Machado, Eduardo O. Correia, Elenice Neves Romualdo, Elenita de Lemos Valero, Eloá dos Santos Mattos Fonseca, Eloisa Lima Bicudo, Fábio Alves Bertelli, Fernanda de A. Fernandes, Fernando Araújo de Oliveira, Gislene Cristina da S. Mendes, Gselma dos Anjos Santos, Ilda A. A. Silva Inês Burriel de Araújo, Isnaldo B. C. Silva, Ivani dos Santos, Jairo Alves Martins, Jamayka Tabata Marchetti, Janice H. dos Santos, Jefferson C. Oliveira, Jéssica Silva, João Maria de Sene, Joelma da S. Oliveira, José Alves Pereira, ton Gilo da Silva, Juliana Rodrigues Chinelli Santos, Justina Cimino Cardoso, Juvenal Francisco da Silveira, Lindonil Rodrigues dos Reis, Lívia Magdalena Ribeiro, Luanah Farias Alves, Lúcia Cândido, Luciana Ferraz Francisco, Lucy Gabrielli Bonifácio da Silva, Luiza A. M. Sanchez, Marcelo Pavan, Márcia Solange Braz Sobrinho, Márcia V. Cezário, Marcos Roberto da Silva, Marcos Rozendo de Lima, Maria Bernardete G. Santiago, Maria das Dores, Maria de Andrade de Lourdes Alves, Maria E. G. Souza, Maria José de S. Santos, Maria J. Ferminiano, Mário Chaves, Marlei Pereira, Marta Aparecida O. Ronchi, Marta Barboza Meira, Mateus Carvalho Manço, Mércia Aparecida da Silva Alvez, Michelle Santos Rodrigues, Miriam Vieira, Natanael Bispo, Nelita K. Santos Vitarelli Miraglia, Neusa Aparecida dos Santos, Otávio Câmara Filho, Paulo de França Silva, Raquel Delfino, Ronaldo José da Silva, Rosa Maria Faccio, Rosemeire Rodrigues, Rubens Pereira, Samuel Firmo, Sandra Regina Carvalho, Silvana Maria Rodrigues da Conceição, Silvia Aparecida Costa M. de Souza, Simone Aparecida de Lima, Simone Aparecida Santana, Sonia Maria da Silva, Taiz Soares da Silva, Tatiane Silva de Farias, Teodulo A. B. Silva, Tereza Baldo Gomes Mazoni, Valdete Asteria de O. B. Ferreira, Valdo V. Prado, Valéria da Silva Santos, Vânia Chrispiniano, Wagner Rezende, Wagner Sanches, William Antônio Guimarães, William José dos Santos.

GRUPO 4 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA SINPEEM

Assinam: Lourdes Quadros Alves, Adriana Almeida Nascimento, Adriana Olivares Ferreira, Alessandra Sitta, Alex Henrique Jacinto, Alice Ito Kawahara, Amanda Pinheiro da Penha, Angela Santiago Gimenes, Aniceia Lopes Bernardes Barros, Ariana Gonçalves, Bruno Raphael Santos, Cátia Da Silva Rocha, César Alvares Raya, Clarice Bonfim, Claudia Andressa de Barros, Cláudio Soares de Sousa, Christian Mary M. Meucci, Daiana Araújo Biral, Daniela Candido de Caires, Douglas Rosseto, Eliane Borges Rodrigues, Emerson Cleber Da Silva, Éverton Nonato da Silva, Fabiana N. Fernandes, Fátima Aparecida De Souza Braga, Fernando Da Silva Santos, Flávia Marín Vieira, Gildete G. Santos, Gilson Prestes, Gislene Lopes Bosnich, Helena Maria Martins Da Silva, Helenice De Jesus Neri, Irany Castardo, Ivani Pacheco, Janaina Rodrigues Prazeres, Jaqueline A. dos Santos Pelegrino, Jefferson Junior Dias de Oliveira, João Batista Magalhaes P de Barros Filho, José Saraiva Silva, José Soares da Silva, Josefa Guedes da Silva, Jucinaldo Souza Azevedo, Júlio Cesar Rizzo, Karla Cristina, Katia Cilene de Camargo, Lenice Helena Jonas, Lillian Cristina Costa Mattos Osson, Lillian Cristina Costa Mattos Osson, Lucas Antônio Nizuma, Luciana do Amaral e Silva, Luís A Costa, Marcia Clemente, Marcia Paulo da Silva, Marcia Peres Resende Oliveira, Marcia Vieira, Marco Aurélio Duarte, Maral de Fátima Santos, Maria Elizabete de Amorim, Maria Emília Fonseca de Moraes, Maria Inês F. da Rocha, Maria Magali M da Rocha, Marilda Piscitelli, Marta Branco Lopes, Marta Regina Rocha, Nayara Alves Navarro, Nívia Leão Almeida, Norma Rocha de Castro, Odete Corellas Olivares, Odete M Melo, Paulo Alexandre Rico Estêvão, Pedro José Domingues, Priscila da Silva Oliveira, Rafael Fernandez Soares, Regina Souza Dominguez, Renata Maria Castanharí, Richard Araújo, Rita De Cassia Coelho, Rita de Cassia Furlanetti Sztitiko, Rita De Cassia Furlanetti Sztitiko, Roberto Bezerra dos Santos, Rosa Maria de Araújo, Rosângela De Jesus Loureiro, Rosângela Raze, Roselene Aparecida Lippman, Roseli Paschoal, Rosimara Maciel, Salete Maria, Sara Iemes da Silva, Sérgio Ranzotti Casa Nova, Simone Maria de Souza, Sirlene S Maciel, Sonia Maria Z Barbosa, Tadia Aparecida Bravo, Thiago Lemes da Silva, Thiago Cavalcanti Guerra, Veruska Oliveira Tenório, Vilson Antônio Fiorentin, Wanderleia Ferreira Andrade Silva, Yeda Maria Pinheiro.

GRUPO 5 – MOVIMENTO UNIFICADO DE OPOSIÇÃO CLASSISTA

Assinam: João Evangelista Domingues, Adão Francisco, Adelina Ferreira, Adriana Valeria B. de Medeiros, Airton B. Gomes, Alexandre Nícolas, Aline Cristina Correia, Aline Pinheiro Romano, Aline R. Reis Vidal, Amanda Gomes Melo, Amauri Valadão, Amílcar R Alvares, Amime M. Batista, Ana Cristina S. Oliveira, Ana Paula Narciso da C. Rodrigues, Ana Paula S Gonçalves, André de Albuquerque, André dos Reis, André Machado Ribeiro, Andréia Oliveira Paulino, Ângela Cristina Custodio, Ângela Gomes da Silva, Antônia Vieira de Moraes, Arlete de Moraes Carvalho, Beatriz Aparecida Tangerino, Bernadete Pedrosa Dantas Lopes, Camila Lopes Pereira, Carla Lamberti, Carlos Eduardo Nobrega Amorim, Célia Silva de Oliveira, Celma M. G. Demutt, Cibele de Nápoles Galat, Cilene Silva Nascimento, Claudete Coelho Barreto, Claudiana A. Lima, Conceição Aparecida Leite, Débora D. N. de Vivo, Deborah R.C. Martinez, Denis Montagner, Denise B. V. da Silva, Dercy Gaspar, Edgard R. da Silva Jr., Edimar P.de Magalhães, Elaine Cristina de Abreu, Elizete Auxiliadora Moreira, Elizete F. do Amaral, Elizeth Ignez da Silva, Elói Alves do Nascimento, Ercília Aparecida Roza, Erika D. F. Roberto, Erisvaldo Amarante de Araújo, Eurydice Ferri Schoede, Evaristo Anacleto da Silva, Fabiana C. Frísco, Fernanda Lopes C. Saika, Fernanda Luci Ruiz Magalhães, Flávia M. Montesi, Flávio Rogério de Assis, Floriza A. Faria, Francisco José F. Lemos, Gilmar N. Magalhães, Giocondo Felizardo, Gustavo Molina Turra, Helena Pereira de Queiroz, Inácio Schons, Iracélia Alves Custódio, Isabel Cristina Silva, Ivonete Alves Oliveira, Jaimilton Sousa, Jaqueline G. Santos, João A. Moriz Filho, João Henrique O. da Silva, Jomar Oliveira Souza, José Albino R. Andrade, José de Arimatea Ribeiro, José Divino Trindade, José Vicente Palaro, Juraci Lopes Duarte, Juracy Lurdes Gomes Pereira, Keiko Oura, Laércio Amaro Calista, Lenira R. Cardoso, Leonardo Vinícius Blasetto, Lillian de Souza Nunes, Lúcia Iara C. Brasil, Lúcia Helena O. Sansurino, Lúcia Rosa da Silva, Luciana França Otranto Chagas, Luís Henrique T. Ferreira, Luiz Paixão dos Santos, Luzinete Compri Vieira, Márcia Mendes dos Santos, Marco Antônio Zavão, Marcos Robinson da Nobrega, Maria Cleidmar Nascimento, Maria Cristina de O. Silva, Maria da Gloria R.S. Barbosa, Maria de Fatima Andrade, Maria Isabel T. Resende, Maria Lucia F. Azevedo, Maria Lucia P. Parante da Silva, Maria Moraes de Oliveira, Maria Tereza L. Borges, Maristo Terezinha Sodrê, Mariana L. Asprino, Maristela Aparecida Pereira, Marli de Amorim O. Silva, Miriam Melo, Monica A. Savoldi, Mônica Estela M.M. Coletti, Mônica Francesheti, Monique Pinto Alexandre, Nilma Leony dos Santos, Paulo Antônio deMmatos Mendes, Paulo Roberto da Silva, Poliana T.T. Menezes, Regina Alves de O. Silva, Renata Pinheiro Pimentel, Renata Toledo Machado, Rita Parecida Mariani, Roberto Souza Meira, Ronaldo Antônio Braguin, Rosana Bechi Marato, Rosângela Luzia Torres, Rosimeire Rodrigues dos Santos, Sandra Regina M. Vianna, Simone Ribeiro M., Solange Praça, Sonia Maria Borges, Sonia R. Guerra, Sueli Alves Cruz, Tais G. Zavão, Taiza G. Oliveira, Talvânio Lima de Souza, Tânia da Silva Rossi, Valdir Carlos da Fonseca, Vanessa I. Rocha, Vanessa Souza Silva Marques, Vânia B. P. Temerloclou, Vera Lucia Goulart Maldonado, Wadson Rogério Menegildo, Wagner José Escudeiro, Yara Augusto Leão.

GRUPO 6 – OPOSIÇÃO DE LUTA

Assinam: Sebastião Eduardo de Lira, Adauto Dias Rosa, Alessandro Julherdes Juns Gonçalves, Ana Paula Pesseti, André Luiz Gandra, Anilda de Fátima Piva, Antônio Carlos Pedrão, Antônio de Souza, Camila de Oliveira, Carina Cesáreo, Carla Correia da Silva, Carlos Alberto Pereira Campos, Carlos Alberto Vieira de Jesus, Cinthya Eugenio Armelindo, Clarice Ângela Pereira Dani, Cláudia Correia, Cláudia Maria Chablob Farias, Cláudia Maria R. Ricciarelli, Cleber A. Ferreira, Cleusa Maria dos Santos, Diana Carolina Quiroga Furlan, Djanira Fernades, Donizete A. Sudário, Edna Sueli Rodrigues, Eduardo Vaz, Elaine Cristina Balbino Torkos, Eliane Pereira dos Santos, Eliane Rodrigues Mestre, Elisângela Cruz de Carvalho, Emerson Luís Ribeiro da Silva, Ermelinda Vigilante, Ester da Silva Kataoka, Fabio Serra da Fonseca, Flávia Germanetti Manne, France Rita Melo de Lucas, Gilda Zonta Sanches da Silva, Gislene de Oliveira Gonçalves, Gislene de Oliveira Gonçalves, Irene R. Mordomo, Isabel Cristina F. da Silva, Janete Ignez V. S. Ramos, Jaqueline Lopes da Mata, Joelma M. Ferreira da Costa, Joi Roberto Drummond, Juliana Mendes de Freitas, Juliano Marcel Doxe, Kátia Aperedida dos Santos Imbo, Keiko Maria Yida, Lígia Maria da S. Paula, Lucia Belisario Sales Costa, Lucy Ana Pereira Martins, Luzineide Souza Carneiro, Manuela Henrique Nogueira, Márcia Acebedo Lois, Márcia Elaine de Freitas, Márcio Pereira de Castro, Maria Aparecida Pedroso, Maria Cecília Pinto Silva, Maria Clara Altieri da Silva, Maria Raquel S. Palmares, Marisa Botassi, Marli Aparecida Estrozi Teixeira, Marli Genicolo, Maurício Cordeiro Genu, Mauro Romera Peinado, Nádia Portela Amaral, Nadir Marangoni, Paulo Aberto Rodrigues Barbosa, Reginaldo Aparecido Bezerra, Renata Mendes Soares, Rinaldo Souza Araújo, Roberto Rosas de Moraes, Rodrigo C. Pires, Rosa Pugliese Chivavassa, Rosana Aparecida Bueno de Almeida, Roseli Dias da Silva, Rosemeire Gonçalves Oliveira, Rosemary A. Natal Sena, Sandro Aparecido Gregoli, Sidnei B. Carvalho, Sílvia de Moraes Ferreira, Sílvia Mendes, Solange C. P. N. Neves, Sueli de Souza Santos, Tânia Gonzaga de Moraes, Tatiana Arakaki de Lima, Telma Esteves, Terezinha Ap. A. A. Lima, Thaís Midoni e Silva e Valéria Rufino Martins.

GRUPO 7 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

Gicélia Santos Silva, Alexandre Pinheiro Costa, Tales Amaro Ferreira, Verônica Maria da Silva, Erivaldo Martins, Jorge Arlen Almeida. Também assinam: Ábine Fernando Silva,,Adriana Pinheiro Costa, Aldir Maria Ferreira Silva, Alessandra V. Duarte, Alex Sandro M de Souza, Alice Ferreira, Alice Jardim dos S. Pereira, Altamir Aparecido Xavier, Ana Aparecida S. Batista, Ana Cecília Buzo, Ana Maria Vicione Guincione, Ana Rita Rodrigues de Andrade, Andréa Rios de Moraes, Arthur H. Oliveir, Beatriz da Graça Gonçalves, Catarina Galli S., Cibele Alves de Oliveira, Cintia Yinuma do Couto, Cleobes , Ives Ferreira, Clóvis Cardoso de Sá, Daisy Ramos Stracke, Daniel Bocchini , Daniela Maria Assunção Chaves, David Bachelli, Demétrio Ramos Paiva, Dora Alice Ramos, Edna Grottoli, Edneia Nazário da Silva, Edson Abreu Bonfim, Eduardo Luiz Dantas, Egle de Lima Barbosa, Elaine Regina dos Santos, Elenir Regina P. Borgonovi, Eleuza Ap. Ribeiro, Eliana Dias da Silva Fonseca, Eny Traverzino, Érika Portes, Evaldo Assis Moreira, Fabiana Ribeiro Oliveira, Fátima Salvador Duarte, Felipe Gonçalves de Souza N. da Silva, Fernanda Bonifácio Leite,,Fernanda Marques da Silva ,Fernanda Michele F. Teófilo, Fernando Henrique C. Gomes, Geraldo Silveira de Moraes, Gisele Cardoso de Lima, Hilda dos Santos Roque, Ilma Alves de Castro, Inês Nunes Moraes, Joaquim Rodrigues dos S. Filho, Jorge Alberto Tanzi, José Roberto Lara, Laís Helena Dotto Rodrigues, Leonardo Moraes Fraga, Leonor da Silva Santos, Lisete Aparecida Lopes, Lóide Pereira dos Anjos, Lucilene dos Santos, Marcelo B. Jorge, Márcia C. Santos, Márcia C. Santos Silva, Marcia Passini, Márcio Pereira de Souza, Márcio Roberto Thomaz, Maria Ap. F. Spinola, Maria das Graças Barbutto Rossato, Maria Lúcia S.R. Silva, Maria Suelli de França, Mariana Andrade da C. Romual, Marília de C.C. Vilela, Marizete de F. Prudêncio, Marlei Luciane Bernum, Marta Guedes Lima, Meire Dalva Figueiredo dos Santos, Mônica Cristina Chiste, Monica dos Santos Lima, Paula Neves, Paula Silveira de Oliveira Silva, Renata Santos Susi, Rita de Cássia da Costa Moreira, Rita de Cássia Fernandes de Souza, Rolanda Camarão Bento, Rosana de Paula Silva, Rozenilde Santos de Almeida, Rubens de Souza Cabral, Sandra D. Peteom Torrano, Silvana Aparecida da Silva, Simone Rodrigues da Silva, Tales Amaro Ferreira, Tarcísio Tadeu M. da Silva, Tatiana Nardoto Chuisoli, Teresa Ap. Sardinha Spinola, Vagner Correa Leite, Valéria Avanzi, Vanessa Sena, Vera Lucia Guirra, Vitor Xavier Neto, Vitória Keiko Vassoler , Viviane Vieira dos Santos.

GRUPO 8 – ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR (APRA)

Laura de Carvalho Cymbalista, Maria Aparecida Freitas Sales, Eduardo Terra Coelho, Maria Hildete Gonçalves Nepomuceno Resende, Antônio Bonfim Moreira e Sylvie Bonifácio Klein. Também assinam: Aderaldo dos Santos Junior, Adriana Catanho, Alberto Maffei Delmonds, Alessandra dos Santos Amaral, Ana Caroline de A. Gabriel, Ana Célia Romano de Carvalho, André César de Andrade, Andréia Nascimento Silva, Ângela Ap. Melle Cazagrande, Ângela Rojo, Antônio Cardoso da Mata, Antonio Cavalcanti Rego, Antônio T. Bezerra da Silva, Aparecido Dias de Lima, Avany Viana de Oliveiraj, Beatriz Lima Prado Lopez, Cacilda da Graça, Carlos Eduardo de Jesus, Caroline Ferrarezi Fernandes, Célia Aparecida Felipe Borges, Claudete Ap. Coimbra Lira, Cláudia Luzia Rodrigues Bellio, Cláudia R. C. Luna, Cláudio Alves Rodrigues, Cleonice Artão Ribeiro, Clóvis dos Santos Costa Jr., Daniela Rosalez Soares, Danielle Rocha, Dário de Oliveira, Davi Duarte, Débora Brunelli, Deise Rosalio Silva, Denilce Cruz Pauliquevis Fernandes, Denise Santolin Vietri, Dilma Sacramento de Souza, Eder Marques Loliola, Edilene P. dos S. Silva, Edileusa Maria dos Santos, Edith Batista Bria, Edna Alves Francisco de Oliveira, Edna Medeiros Sampaio, Edson A. Albertão, Eduardo Kawamura, Elaine Eni Ishi, Elder de Lima Magalhães, Érica Rodrigues Dias da Silva, Ermínia Garcia, Fábio Figueiredo Resende, Fabrício Monteiro Pomponet, Fátima M. dos Santos de Oliveira, Fátima Wilson Ferreira, Felipe Almeida dos Santos, Fernanda Mayumi G. Zerbinato, Fernanda Medeiros Bezerra das Neves, Flávia M. Borges, Francisco José de Lima Neto, Gabriel Vicente França, Geraldo dos Santos Júnior, Gisleide Rosa Ferreira da Silva, Helena Maria Queiroz Brito, Henderson Rodrigues Rocha, Indira Arruda Pineda Castellanos, Irenilde Vieira Bispo de Brito, Isaque de Souza, Ivone de Assis Braz, Izabel Cristina Marcelino, Jaci M. dos Santos, Jaqueline da Costa Batista, Josafá Rehem Nascimento Vieira, José Odir Soares de Oliveira, José Carlos Carvalho de Lima, José Roberto Marques da Silva, Júlia Leis de Almeida, Kátia G. Turollo do Nascimento, Lauro Cornélio da Rocha, Leonardo de Almeida Mannini, Leonardo Martins Pandori, Leonardo Soares e Rodrigues de Oliveira, Liliani Medeiros Barra Lage, Luanna Nascimento Gomes de Figueiredo, Luciana Criado Gomes Cocca, Luciana Kiyomi Fukui, Luciana Lema Barbosa, Luciana Salvadori, Lucinéia Cristina Brandão, Lucineide Carvalho Silva, Mabel Martins Mansano, Magali Emília Pereira da Rocha, Manoel S. Costa, Manuel Marques Viscaíno, Mara Rubia Martins de Novais, Márcio Alberto Mendes, Marcio da Silva Batista, Márcio dos S. Leite Oliveira, Márcio Fernando Aranha, Marcos César da Costa, Marcos Muller, Maria Antônia Neres Izidorio, Maria Aparecida Santiago Maia, Maria Celeste M. França, Maria Celma dos Santos Coelho, Maria Cristina Monteiro, Maria Paula Borges Cruz, Maria Sônia Henrique, Mariane de Oliveira, Marinalva Conceição Domingues, Mariza de Fátima Cipriano, Marlene da Silva, Marli A. Rodrigues, Meire da Silva, Miriam Cecília Silva, Miriam Elena Cugler, Nerli Gomes, Nilson Alves de Souza, Odilene Stahl Mosz, Patrícia Aparecida de Oliveira, Patrícia dos S. Fermino, Rafaela Sabino da Silva, Regina Maria Tavares, Rosália Ap. da S. Beline, Rosângela Almeida Santos Sebastião, Rosângela da Cruz Alves, Rosângela Justino da Silva, Rosilene Silva Vieira, Rosilene Valério da Silva, Sandra Cristina Lima da Silva, Sandra Francisca de Oliveira Silva, Sandra Saraiva Leão, Sidnei Aparecido Soares, Silvia Maria Antoniazzi, Simone Gorete de Oliveira, Solange Oliveira Ferreira, Sonia Maria Junqueira, Sueli de Souza Silva, Sueli Magalhães Freitas, Tânia Airão, Tânia Mara dos Passos, Tatiane de Morais Silva, Tomaz Humberto Jabanji, Valdete Nunes Bispo, Valdir Alves de Oliveira, Valdirene Chaves da Silva, Vera Lúcia Gomes da Silva, Vitor Yoshi Yashinaga, Vivian Alves Nunes, Vivian Humanes Rubio, Wagner Roberto de Castro e William Pedro da Cunha.

GRUPO 9 – ALANI, NELSON E OUTROS

Alani Widniczek, Nelson Galvão, Rogério Marinelli, Solange Souza Santos, Valna Widniczek, Carin Moraes, Francisco D. da Silva, Juliano Godoi, Teresa Mendes, Luciana Zucci, Bruno Lippi, Raquel Foresti, Elaine Fernandes e Davi do Carmo Ferreira. Também assinam: Adriana Pereira, Alice Yoko Horikawa, Aline M.P.F. Guerra, Ana Carla G. Tavares, Ana Cristina da Silva, Ana Elise B. de Oliveira, Ana Maria Kobayashi, Ana Paula D. Santana, Ana Paula Tiquiri, Ana Rosa Silva, Andrei C. Franco, Andreia Vidal de Almeida, Andressa Vitale, Andreval Celestino dos Santos, Ângela M. P. de Aguiar, Anna Fabíola, Antenor L. Berton, Aparecida Bastos, Bárbara Menezes, Beatriz M. de Oliveira, Bruno Gonçalves Lippi, Camila dos Santos, Camila Z. da Silva, Carin Sanches de Moraes, Carla Berro, Carla Gvozdas, Carlos Eduardo dos Santos, Carlos Tadeu dos Santos, Carolina Aparecida da Maia, Caroline Brito Machado, Cassiana Maria P. França, Célia Rita de Carvalho, Celso Tavares Pudêncio, Cláudia Barbosa, Cláudia E. D. Favaro, Cláudia Rodrigues Aguiar Cerqueira, Cleber Soares Souza, Cleusa J. Almeida, Clóvis Rodrigues Pereira, Conceição Aparecida Ribeiro, Corali Maria Turbak, Cristiane de Andrade Galvão, Cristiane N. F. de Oliveira, Cristiane R. G. Manzaneres, Cristiano Gomes de Oliveira, Dalila Oliveira Silva, Daniela Bento, Daniela Maria Oliveira, Davi do Carmo Ferreira, Débora A.R.B. de Almeida, Débora Cristina Prates, Denise Leone Moro, Diogo Rodrigues, Dirce Neves Gusmão, Dorina Ferreira, Dulcineia Pereira Lima, Durval Gregoleti Júnior, Edelma J. de Sá, Landim, Edilene de Oliveira, Edinamar G. M. Ribeiro, Edmar Aparecido Lebron, Edna B. Q. Ferreira, Edna Bonassi, Edna Horochk, Edna Regina de Oliveira, Edson Alexandre da Silva, Eduardo Casanova Nunes, Elaine Aparecida Alves, Elaine Aparecida Ulmam, Elaine C. E. dos Santos, Elaine Souza de Carvalho, Elda Maria Paz de Carvalho, Eliege Zapalá, Elisberto S. dos S. Alves, Eliza Brilhante L. Belmo, Ellen Cristina F. C. Toledo, Elza Harumi Oikawa, Enoque de S. Sousa, Erik Fonseca dos Santos Silva, Evânia T. N. dos Santos, Everton F. Micheletti, F. Gonçalves Turarir, Fabiana Emiko Oshiro, Fábio Soares do Amaral, Fabíola Martin Docal, Fausto Keith Yamasi, Fernando César Vaghetti, Fernando Guimarães Herrmann, Fernando Reyes, Genival Teixeira Vasconcelos Filho, Geraldo D. Pinho Jr., Gilvanha M. A. G., Gilza Sezário da Silva, Gislaire Aparecida de Bartoloni, Gislene Gorge V. de Souza, Gladiston de S. Coelho, Herminia de A.M. Correa, Iris Marques Pinto, Irleidy C. Bezerra, Irmã F. Avakian, Irma Rodrigues, Isaíra Regina S. Silva, Ivan Aparecido Silva, Jéssica da Cruz M. Campos, Jéssica S. L. Valentino, Joana D. M. Ramires, Joana D. P. Batista, João Roberto Moura, Joice da Silva Oliveira, José Maria Jader Um, Júlia da Silva Lima, Juliana de C. Vetutti, Juliana de Oliveira, Júlio C. Rocha Lima, Leilianna Maria Santos Sousa, Lenice O. Luna, Lenilda F. da Silva, Leonora D. P. Silva, Luciana Ganbellini, Luciana A. Pantana, Luciene Esteves Telmo, Lucineide V da Silva, Lúcio Serrano, Luiza Fernando R.B. Castellano, Manoel S. da Silva, Márcia Cristina Mendes, Márcia P. dos Santos, Márcia R. Barbosa, Márcia Regina P. Meschiatt, Márcia V. dos Santos Resende, Márcio James, Marcos H Rocha, Marcos Luís dos Santos, Marcos Ribeiro das Neves, Maria Aglaê Alves Pereira, Maria Angélica P. Rodrigues, Maria Aparecida da Silva, Maria Aparecida Pisani Montes, Maria Betânia Rangel Valença, Maria Cleonice Firminocardoso, Maria Cristina, Maria de F. Sanches, Maria de Lourdes N.Rocha, Maria do Socorro A. da Silva, Maria Helena Markus, Maria José Moreira, Maria Lucia de Moraes Pitta, Maria Nery P. S. Colignea, Maria Rita, Marília Gnassi, Marina D. Barreth, Marineusa Costa Santos, Marins Godoi, Marisa Barbosa, Marlene Machado S., Mercedes Batista B.Liorbano, Mércia Vasco, Mirian Soares Ribeiro Rodrigo, Mônica D. Teodósio, Mônica L.S Fernandes, Monique Costa, Nelson Rogério Barbieri, Nilda Siqueira Lima, Nyna Taylor G. Escudero, Osvaldo Bueno, Pâmela A. S. V. Quina, Patrícia Henrique, Patrícia M. B. Assis, Paula Maria L. R. Neto, Paulo Henrique Almeida Marcellino, Paulo S. dos Santos, Priscila Pettine, Priscila Raed Costa, Rafael de Souza Santos, Ranúzia Coelho Bernardes, Regina C. C. Medeiros, Regina G. Marques, Regina Padovan Ciccio, Renan B. Ferreira, Renata Bodani Pereira, Renato Rodrigues da Silva, Rescini Mohamad, Roberta A. F. Raimundo, Rodrigo de J. Ribeiro, Rosângela A. S. Teixeira, Rosângela de O.S., Rosângela M. Mago, Roselaine Alves, Roseli Aparecida Campanholi, Roseli Aparecida Spera Prates, Roseli Vieira, Rosely da Silva Motta, Sandra R. Leite, Silvânia F. Jesus, Sliвания L. Rufato, Solange Ap. Ribeiro da Silva, Solange E. Ramos, Solange Machado de Almeida, Sônia Maria Antunes, Sônia Thereza Bauchiglioni, Sueli Cancherini Sevo, Sueli Vieira de Lima, Suzana Rodrigues, Tais Lopes, Talita Moreira Santos, Tânia Figueiredo, Tânia Lobo M. Silva, Tássio J. Silva, Thais Oloni T. de Farias, Thais S. C. Silva, Valdinéia dos S. Gomes, Vani de Freitas Andrade, Vera Fatima Freitas, Vera Lucia Ferreira, Vera Nei A. de S. Delmano, Vilma M. dos Reis, Vinícius Rossetti F. S. Padilha, Virgínia Ap. de Paula, Wania de F. R. Picon e Zenaide L. de Almeida.

GRUPO 10 – EDUCADORES SOCIALISTAS NA LUTA

Assinam: Dimitri Aurélio da Silveira, Adailton da Silva Lima, Adriana Moura de Oliveira, Aline Patrícia Avelino Ferraz, Almir Santos Alvarenga, Ana Christina Dantas Araújo, Ana Cristina Cerboncini, Ana Lucia rebelo de Oliveira, Ana Maria Di Prinzioliveira, Anderson da Conceição, Andreia Amaral Sousa, Andrezza Cristina Braga, Antoninha de Oliveira, Aurea Baptistina Tofoli, Beatriz Regina de Faria Tierno, Caio Henrique Arruda da Silva, Carina Kelly Honorato, Carmelita Rodrigues Carlos, Carolina Passarelli Daud, Cecília Inês Negri, César Alvares Raya, Charleston Ricardo S. Lopes, Claudio Martins Mendes, Cristina Illa Longhi Drumond, Dayane Camporeze, Débora Maria Barberis de Sousa, Denise Malone Simões Gomes, Edil Aparecida Ramos, Edna Aparecida Vieira Buck, Edna Marcello Casado, Edna Maria Scatena, Eliana Pereira dos Santos Costa, Eliane Maria Batista Corrêa, Elisabete de Oliveira Leme, Elisabeth Kibune, Francisco Torres Filho, Gisele Hipólito Moreira, Giselle Machado Fernandes, Ingrid Forgione Ferraz, Israel Baboni Cordeiro de Melo Júnior, Israel Bezerra de Vasconcelos, Ivanilde Xavier P. Matos, Ivoneide de Carvalho Martins, Jacyr Conrado Gerardini, Jandira Conceição Brasil Gouvêa, Jarbas de Holanda Gonçalves, Jasmim Maria de Fátima Tsuruta, Joeferson Faccin José de Almeida, Josefa R. A. Correa, Josilene G. Amorim, Juliana Ap. Ruas Chaves, Juliana dos Reis Domingues, Kátia J. Siguenaga, Kerli Cristina V. Silvestre, Kiyomi Kitayama, Laurent P. Jaques Mattalia, Lilian dos Anjos Santana, Lilian P. de Oliveira Theodoro, Lourdes Venâncio de Souza Dias, Luane Pimenta Bernardes, Lucélia Maria Santiago, Lúcia Clara Oliveira e Silva, Lúcia Yoco Hatanaka, Luciana Aparecida Capato, Luciano Santaella, Luciene de Paula Godoy, Lucimara Palermo de Brito, Luís Ivan Poletto, Luis Tadeu V. Festino, Lupe Fernanda Marques da Silva, Mara Regina P. Pereira, Marcos Paulo Araújo dos Santos, Maria Ap. de O. Luggatto, Maria Auxiliadora Fernandes, Maria de Fatima Cardoso de Lima, Maria Helena Casavechia, Maria Isabel Merigne de Camargo, Maria Ivanilde Bezerra de Freitas, Maria Izabel da Cruz de Sá, Maria José Andrade da Silva, Maria Jose Borges Souza, Maria Lucia Yokomizo Hoki, Maria Luciana de Oliveira Lima, Maria Rosa da Silva Buono, Maria Socorro Almeida Santos Kocker, Mariana Gonçalves Barbedo, Mariana Lopes Custódio, Mariana Rejailli Vigliar, Marilene Nogueira Yamashita, Marilene Ribeiro dos Santos, Marina Inês Mantovani Teixeira, Mariza Vitoria Brandão, Mari Magalhães, Marta Amaral Correia, Meire Kogati Higuchi, Mirian Pollon Ferreira, Mônica Pollon F. Bonamini, Nair C. de Souza, Neusa Fernandez Domingues, Neusa Maria Mecenero, Neusa P P Rodrigues, Patrícia Liagi Antolinio, Plínio Neves Manzano, Raina Oliveira dos Santos Garcia, Renata Agueira Bassan, Renata Ferreira Silva Maia, Ricardo Ishiyama Martins, Rita de Cássia Bordoni, Rodolfo de Jesus Chaves, Rosana Cecilia de Souza, Rosana Martins Brancaglioni, Rosângela Schiavetti, Roseli Gozzi Gianfaldoni, Rosi Mari dos Santos Melo, Rubens Benvenuto, Sandra Regina Francisco de Oliveira, Sérgio Fernando Monteiro de Araújo, Sheila Estevão da Silva, Silvana Dantas da Silva Esposito, Sonia Aparecida de Paulo, Sueli Miranda Marques da Silva, Tássia do Nascimento, Teresa C. de Assis, Valdélia Fandinho Carmona Goulart, Valter Diniz, Vera Lúcia E. Gonçalves e Vitor Hungaro.

legislação, manuais, informativos, programação do SINPEEM Park Hotel e do SINPEEM Peruíbe Hotel, excursões, hotéis conveniados, convênios diversos, relação de todas as escolas, Jornal do SINPEEM, boletins de representantes sindicais e sites úteis.

APROVEITE E MANTENHA SEU CADASTRO ATUALIZADO.

Entre em contato com a Secretaria do sindicato.

3329-4516

secretarias@sinpeem.com.br

Você também pode fazer a atualização preenchendo a ficha disponível no nosso site.

Acesse o site www.sinpeem.com.br
cadastre seu e-mail e receba nossas correspondências



1988 - 2013

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Avenida Santos Dumont, 596, Ponte Pequena - CEP 01101-080 - São Paulo-SP

Fone 3329-4500 – www.sinpeem.com.br – e-mail: sinpeem@sinpeem.com.br

DIRETORIA

Presidente	Claudio Fonseca
Vice-presidente	Adelson Cavalcanti de Queiroz
Secretário-geral	Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretária-geral	Laura de Carvalho Cymbalista
Secretária de Finanças	Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças	Cleide Filizzola da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio	Josafá Araújo de Souza
Secretária de Imprensa e Comunicação	Mônica dos Santos Castellano Rodrigues
Secretária de Assuntos Jurídicos	Nilda Santana de Souza
Vice-secretária de Assuntos Jurídicos	Lourdes Quadros Alves
Secretária de Formação	Maria Cristina Augusto Martins
Vice-secretária de Formação	Gicélia Santos Silva
Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais	Eliazar Alves Varela
Secretário de Política Sindical	João Baptista Nazareth Jr.
Secretária de Assuntos do Quadro de Apoio	Rení Oliveira Pereira
Vice-secretário de Assuntos do Quadro de Apoio	Rogério Marcos de Melo
Secretária de Seguridade Social/Aposentados	Myrtes Faria da Silva
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora	Patrícia Pimenta Furbino
Secretária de Políticas Sociais	Luzinete Josefa da Rocha
Secretário de Saúde e Segurança do Trabalhador	Floreal Marim Botias Júnior
Secretário de Organização de Subsedes/Regional	José Donizete Fernandes

DIRETORES REGIONAIS DE SUBSEDES

Alexandre Pinheiro Costa - Almir Bento de Freitas - Edson Silvino Barbosa da Silva
Eduardo Terra Coelho - Fidelcino Rodrigues de Oliveira - João Antonio Donizzetti de Carvalho
José Corsino da Costa - Júlia Maia - Lílian Maria Pacheco - Maria Aparecida Freitas Sales
Maria Hildete G. Nepomuceno Rezende - Teresinha Chiappim

